

FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

I MESTRADO EM ESTUDOS AFRICANOS
1998-2000

**Confluências das línguas caboverdiana e portuguesa.
Perspectiva interdisciplinar.**

Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos (Linguística)

Por

Maria de Lourdes Santos Lima

Orientador: Professor Doutor Mário Vilela

NOTA PRÉVIA

Tenho a noção de que tenho uma visão abrangente, tanto quanto possível completa, da vida, da cultura e da história do povo de Cabo Verde **através da língua**. Esta, lembremo-lo, constitui, a um tempo, molde e moldura duma sociedade, e na teoria peirciana dos signos tanto o símbolo como o ícone da sociedade de falantes.

Tenho consciência de que qualquer um dos pontos que eu trato, *de per si*, merecia um estudo mais aprofundado. Mas tendo em conta a minha actividade de docente do ensino superior -- tenho de ensinar literatura, história, cultura e língua -- sou obrigada a manipular todos estes parâmetros.

O necessário aprofundamento de uma das áreas, a Sintaxe, enquanto componente da Linguística, impõe-se como um imperativo. E penso ser nesse sentido que deverá ser desenvolvido um trabalho subsequente, continuação do presente, que -- sem dúvida limitado, pois que tratei um *corpus* que, se bem que extenso, não foi definido tão-só em função da vertente sintáctica -- ainda não foi focalizado em torno desta área disciplinar.

ABREVIATURAS

São as seguintes as abreviaturas utilizadas ao longo do trabalho:

B: Brava, a variante da Brava.
BLV: Barlavento, a variante de Barlavento.
Br. : Português do Brasil.
BV: Boavista, a variante de Boavista.
EUA: Estados Unidos da América
F/LF: francês (língua).
Fg: Fogo, a variante do Fogo.
Gbis: Guiné-Bissau, crioulo (enquanto LM /LV) da Guiné-Bissau
I/Ling.: inglês (língua).
I/LIt: italiano (língua).
LCV: a língua caboverdiana¹
LE: língua estrangeira
LII: língua Segunda
LM: língua materna
LP: a língua portuguesa
LV: língua veicular
M: Maio, a variante do Maio.
Mç: Moçambique
S.A. : Santo Antão, a variante de Santo Antão.
SN: São Nicolau, a variante de São Nicolau.
Sp/Esp: Espanhol (língua)
ST: Santiago, a variante de Santiago.
STP: São Tomé e Príncipe
STV: Sotavento, a variante de Sotavento.
SV: São Vicente, a variante de São Vicente.

¹ Note-se que a grafia padronizada para o substantivo e adjectivo relativos a Cabo Verde – cabo-verdiano, -a, etc. – constitui uma inobservância daquilo que está padronizado, ou seja, a norma em vigor prescreve a obrigatoriedade de **aglutinar** as formas compostas, quando não são entendidas como variantes livres, em vez de as justapor, e ainda quando disso não resulte a necessidade de criar novos grafemas para representar o som (é o que acontece, por exemplo, com “porto-riquenho”, que só é justaposto devido ao valor de “r”, que é variável de acordo com a contextualidade fonológica. Assim, justapondo as duas componentes da unidade evita-se tanto a não-correspondência entre som e grafia, como se mantém a proximidade com o radical (toponímico).

Portanto, ao longo do trabalho utilizo a grafia **caboverdiano,-a, etc.**

ABREVIATURAS GRAMATICAIIS:

Adj.: adjetivo

Adv.: Advérbio

Deriv.: Derivado, -ação

F: feminino

M: masculino

p.: pessoa

pl: plural

P.P.: particípio Passado.

s.: singular

Subst.: substantivo

V: verbo

A Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses
apoiou a realização deste trabalho com a Bolsa Bartolomeu Dias

ÍNDICE

0. Introdução

Pág. 3

I. O Crioulo na Formação da Caboverdianidade

Pág. 11 a 25

1. 0. Áreas Diversas em Diálogo e Interdisciplinaridade

1.1. Os Marcos (Dados da História)

1.2. A Redefinição Identitária (Dados da Antropologia)

II. Uma Nova Perspectiva de Análise: Crioulística, uma Ciência que Faz Sentido?

Pág. 26 a 63

2.1. O Escopo Científico: as Primeiras Abordagens do Crioulo

2.2. Descrição dos Factos Linguísticos mais Importantes:

2.2.1. Descrição dos Vários Crioulos - fonética, morfologia, sintaxe, fraseologias, discurso:

. Sotavento: Santiago, Fogo.

. Barlavento: Santo Antão, São Vicente, São Nicolau.

2.2.2. Um Crioulo ou Vários Crioulos?

III. A Sociedade e a Língua

Pág. 64 a 78

3.1. A Língua e a Afirmação da Caboverdianidade

3.2. Crioulo ou Caboverdiano e Questões de Ensino

3.3. O estatuto sociolinguístico

3.3.1. Importância dos vários crioulos nas manifestações culturais

3.3.2. Usos e funções

3.3.3. Auto e Hetero-Imagens

IV. CONCLUSÃO

Pág. 79 a 81

V. BIBLIOGRAFIA

Pág. 82 a 97

VI. ANEXOS

Pág. 98 a 381

6.1. Introdução

Pág. 99 a 104

ANEXO A: Um dicionário da LCV

Pág. 105 a 299

ANEXO B: Eufemismos e disfemismos

Pág. 300 a 320

ANEXO C: Antroponímia

Pág. 321 a 324

ANEXO D: Toponímia

Pág. 325 a 341

ANEXO E: Língua em Uso

Pág. 342 a 346

ANEXO F: Morfologia e sintaxe

Pág. 347 a 348

ANEXO G: Morfofonologia

Pág. 349

ANEXO H: Semântica

Pág. 350 a 352

ANEXO I: Dados culturais

Pág. 353 a 361

ANEXO J: Dados históricos

Pág. 362

ANEXO K: Africanismos na Língua Portuguesa

Pág. 363 a 365

ANEXO L: Alguns Inéditos

Pág. 366 a 368

ANEXO M: Sistema Verbal

Pág. 369 a 371

ANEXO N: Inquéritos

Pág. 372 a 377

ANEXO O: Guiões para recolhas

Pág. 378 a 381

VII. AGRADECIMENTOS

Pág. 382

0. Introdução

0.1. Um ponto de partida: Confluências /Coexistência

Uma comunidade nacional unida por uma língua comum? Esta tem sido a bandeira arvorada em momentos diferentes. O que tem diferido, é a classificação tipológica atribuída à língua materna caboverdiana. Ora dialecto, ora língua². Para muitos dos que vêm na língua caboverdiana uma língua de futuro e defendem a sua oficialização como etapa necessária para a aquisição de um estatuto digno a nível nacional, nem sempre, contudo, tem estado presente uma questão central em linguística: a da igualdade, em dignidade, primeiramente científica, de todas as línguas. É que, preocupados com a luta pelo reconhecimento da LCV enquanto língua primeira a nível oficial, primeiro terá sido preocupação central o da sua padronização. E padronizar tem significado ignorar as especificidades das línguas em presença na comunidade linguística nacional. Daí que especificidades que no passado foram entendidas como motivadoras de ininteligibilidade mútua entre falantes das duas áreas linguísticas tradicionalmente demarcadas, Barlavento e Sotavento, hoje se apresentem como uma realidade de certo modo atenuada, procurando-se, desta forma, centralizar a questão mais na necessidade de se eleger a língua empiricamente entendida como a da maioria da população caboverdiana, como aquela que deve constituir a língua-padrão³.

Por outro lado, emerge, nos últimos anos, uma política linguística mais decidida por parte de Portugal e do Brasil⁴, o que tem conduzido a uma acção

² Os estudos mais importantes sobre a língua, empreendidos na década de cinquenta do século XX, trazem títulos como “O Dialecto Crioulo de Cabo Verde”, “Contribuição para o Estudo do Dialecto Falado no Seu Arquipélago”. Cf. Bibliografia. Os estudos mais recentes, sobretudo no pós-independência, têm enfatizado que se trata de uma língua – atitude linguística a que não é estranha a realidade tanto político-social quanto cultural-identitário inerentes à nova situação, e ainda marcada pela ausência do *determinans* em muitas das denominações constantes, por exemplo, de títulos de livros e de documentos oficiais.

³ Lembrem-se as experiências, empreendidas a nível mundial, que procuravam dar resposta às reivindicações de “minorias” linguísticas – entendendo-se esta como os falantes de uma variedade outra que não a da região onde se centrava o poder político ou a “academia”. Por exemplo a Noruega, onde por quase um século, a partir dos meados do século XIX, duas variedades do norueguês, o Bokmal e o Nynorsk, foram tomadas como padrão obrigando à existência de duas grafias, duas gramáticas, dois dicionários. (Fontes: Storig, op.cit. Além disso, informações de emigrantes caboverdianos nesse país escandinavo, bem como o filme “A Canção da Noruega”, cuja história, acerca de um conhecido compositor nacional, se situa no século XIX, e em que essas tensões são implicitamente apresentadas). De notar que os correctores ortográficos dos programas informáticos “Windows” pós-1995 trazem as duas variedades – nynorsk e bokmal, respectivamente o coloquial (além disso, quanto à sua origem mais rural e dialectal) e o padrão (que, nessa realidade linguística concreta, se traduzem por diferenças, designadamente fonéticas, mínimas, constituindo diacríticos como na oposição que se estabelece, a nível diastrático, entre o par “snon-snön”).

⁴ E de que “as guerras dos acordos” são apenas um dos aspectos. Eis uma súpula dessas batalhas, cujo historial inclui datas que vão de 1911 à actualidade, com datas, como as de 1945 e 1986, aquela no Brasil e esta em Portugal, emblemáticas pelo acirrado fervor que despertaram num e noutro lado do Atlântico. No ano a seguir à queda da monarquia, dá-se em Portugal a primeira reforma ortográfica, que entra em vigor em 1916 e sofre algumas alterações em 1927. Só em 1931 o Brasil é chamado a

concertada de várias instituições no sentido da afirmação da língua portuguesa perante o domínio “globalizante” do inglês. Brandindo números, 200 milhões de falantes, que o colocam em sétima posição a nível mundial, argumentos são esgrimidos, que confluem com os que vêm sendo também apresentados pela potência dominante. Uma guerra de números que, se fosse levada à letra, colocaria, sim, o chinês no topo da pirâmide, seguido do hindi-urdu. De qualquer modo, esta é uma disputa com contornos outros que não os que decorrem da ciência linguística.

Confluências entre variantes e subvariantes, não desprezáveis na ciência linguística, a par da Coexistência entre língua portuguesa e língua caboverdiana: eis um ponto de partida para o estudo sobre qual a relação linguística que está em construção em Cabo Verde.

0.2. Algumas encruzilhadas no caminho

Que escrita utilizar? (Ou: Da fixação escrita da língua⁵)

“mesa negocial” e, assim, é aprovado o primeiro acordo ortográfico conjunto que, todavia, não surte grandes efeitos, insucesso que se repete depois na convenção ortográfica de 1943. Em 1945, os dois Estados aprovam, em Decreto-Lei, a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, que é adoptada em Portugal, mas não no Brasil, onde a Imprensa e a maioria do povo reage contra (De Cabo Verde, a reacção de João Lopes, “Contra a Reforma Ortográfica”, documenta-se no *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, de 1949. Ver nota a este bimensário no capítulo V). Nova lei reduzindo as divergências ortográficas é publicada, em 1971 no Brasil, e em 1973 em Portugal. O promotor do Acordo produzido pelas Academias dos dois países, em 1975, não é aprovado oficialmente devido ao contexto político português. Em 1986, pela primeira vez, os cinco países africanos lusófonos sentam-se à “mesa negocial” e também assinam o anteprojecto do novo Acordo, em que se privilegia o critério fonético em detrimento do etimológico, e afectando particularmente as consoantes não articuladas, o sistema de acentuação gráfica e a hifenação. Acesa polémica e vozes clamando, em Portugal, contra a unificação ortográfica absoluta. A Academia das Ciências de Lisboa reage contemporaneamente, ao retirar os aspectos mais polémicos do novo acordo, e ao admitir “um certo número de grafias duplas”, tal como reza o texto do anteprojecto de 1989. Tudo em nome da unificação ortográfica – que atinge “cerca de 98%” do vocabulário geral da língua, e a fim de prevenir “contra a desagregação da língua portuguesa”. Ano 2000: tudo continua na mesma, como antes de 1986, pelo menos no que concerne o Acordo oficial, porque as polémicas e os seus ecos, a única manifestação que sobra da “divulgação” mediática, têm conduzido a um certo laxismo na correcção ortográfica tanto de escreventes iniciantes como nos seniores que se desculpam: “Mas, não é isto que dita o Acordo?”

⁵ Que critérios na ESCRITA DA LÍNGUA CABOVERDIANA? Eis as posições acerca desta necessária padronização da escrita, a partir do séc. XIX:

1881 Francisco Adolfo Coelho *Os dialectos românicos ou neo-latinos da África, Ásia e América*. ETIMOLÓGICO.

1886 Joaquim Vieira Botelho da Costa/Custódio José Duarte *O crioulo de Cabo Verde: breves estudos sobre o crioulo das ilhas de Cabo Verde*. ETIMOLÓGICO.

1887 António de Paula Brito *Dialectos crioulos portugueses. Apontamentos para a Gramática do crioulo que se fala na Ilha de Santiago de Cabo Verde*. ETIMOLÓGICO. Funcionalmente FONÉTICO-FONOLÓGICO. (Reunidos em “Crioulos” no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 1967)

1894-9 Cónego Manuel Costa Teixeira. Fundador, e com colaboração vária in *Almanach Luso-africano* (Cf. Texto deste Autor, no Anexo I, 1ª parte), também fundador da *Escola Particular de instrução primaria complementar e superior*, em SV (B.O. nº 38, de 21/9/1912, p.1). ETIMOLÓGICO.

Perante algumas opções que tiveram de ser feitas no âmbito deste trabalho - e dado que a padronização se revela crucial para o futuro da escrita da língua caboverdiana -, apresentam-se, incisivamente, duas posições e sua discussão⁶ com vista a uma Solução.

I - POR UM ALFABETO FONÉTICO-FONOLÓGICO

1. Relação entre o som e a letra que o representa facilita a aprendizagem: consequências positivas no combate ao analfabetismo do adulto.
2. Ortografia actual - porque fundamentada nas línguas europeias, de escrita etimológica (P/I/F/), representa um estágio fonético muito antigo.
3. Porque preferir formas homófonas⁷, em detrimento da homonímia proposta pelos autores e linguistas mais influentes? Porque não foi ainda apresentado nenhum critério que demonstre a maior funcionalidade e /ou sistematicidade da homonímia em relação à homofonia.

II - CONTRA UM ALFABETO FONÉTICO-FONOLÓGICO

1. Combate ao analfabetismo do adulto, é apenas uma parte do problema da educação: a grande maioria dos escolarizáveis não são adultos e deverão aprender aquilo que lhes permita: a) Aceder ao bilinguismo. b) Enfrentar a concorrência a nível global e não ficarem em risco de guetização.
2. Tornado desnecessário, pois que na língua caboverdiana não existe um som que seja desconhecido ao alfabeto latino - e lembremo-nos que até o chinês está a tentar adoptar o alfabeto latino - : as nasais são as do português (e em parte do F/Sp)- as africadas tch/tx e dj - inexistentes no português- podem ser grafadas com o alfabeto latino.
3. Tal como o alfabeto latino, representa também uma tradição (sobretudo da Europa Central), com a desvantagem de esta ser estranha à cultura de que os crioulos fazem parte. Com efeito, os sinais diacríticos do Alfabeto

Colóquio do Mindelo FONÉTICO-FONOLÓGICO

1994 Proposta de Padronização (PP) FONÉTICO-FONOLÓGICO

1998 PP publicada no BO: FONÉTICO-FONOLÓGICO

⁶ Sintetizando as posições que actualmente vêm sendo defendidas, em Cabo Verde, a nível de cientistas da língua e da instituição responsável pela política linguística nacional. A primeira proposta de escrita padronizada da língua nacional surge na decorrência do Colóquio do Mindelo, em 1979. Os linguistas recomendavam a utilização de um alfabeto fonético-fonológico que tinha algumas virtudes, estas mantendo-se na proposta mais recente de escrita padronizada, mas também apresentava algumas desvantagens, como sinais diacríticos de procedência eslava, cuja reprodução manual obrigaria toda uma população, já alfabetizada, a aprender a escrever de novo e que também não seria a mais funcional para os novos alfabetizáveis, além do facto incontornável da incapacidade da sua reprodução na maioria dos teclados.

⁷ Por exemplo, /kzid(e)/ que corresponde a "coside" e "cozide".

Fonético Internacional⁸ são inspirados nos sons (e alfabeto) das línguas eslavas⁹.

4. Não é claro que a vantagem constituída pela facilitação da aprendizagem inicial se mantenha em fases posteriores de aprendizagem.
5. No caso concreto da língua caboverdiana, o bilinguismo pode ser dificultado por esta aprendizagem precoce dum alfabeto desligado de toda a tradição intelectual: a ortografia pouco etimológica não é desejável¹⁰.
6. Este alfabeto fiel à imediaticidade (vide 1ª vantagem, *supra*), sendo portanto a escrita cada vez mais a representação sincrónica da língua¹¹,

⁸ Surgido por proposta de um membro da chamada Escola de Praga, N.S.Trubetzkoy, em 1939.

⁹ Estas objecções devem ser atenuadas, porquanto se dirigem sobretudo ao Alfabeto proposto no Colóquio do Mindelo de 1979 e que foi revisto, com a publicação do decreto-lei que cria o ALUPEC – alfabeto unificado para a escrita do crioulo – e publicado no Boletim Oficial de 31-12-1998. Eis, em síntese, a proposta:

As bases do ALUPEC são lançadas em 1994 com a “Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Caboverdiano”, documento preparado pelo denominado “Grupo para a Padronização do Alfabeto” e em que pontificam os linguistas Manuel Veiga e Dulce Almada-Duarte e professores de Português como Alice Matos e Inês Brito. Esta proposta constitui a harmonização de dois modelos, o etimológico e o fonético-fonológico. Os fundamentos linguísticos e pedagógico-didáticos apresentados, em 1994, para este alfabeto unificado para a escrita do crioulo continuam a ser os mesmos de 1998. O decreto-lei aponta a fraqueza da escrita etimológica, a descrioulização progressiva a que a LCV se expõe dado “o confronto permanente com o português” e, tendo em vista o objectivo da oficialização da língua caboverdiana: 1. realça a) a funcionalidade, sistematicidade e economia do alfabeto fonético-fonológico, b) a necessidade de preservação, por um lado, da tradição da escrita e, por outro, da natureza intrínseca da LCV; e 2. recomenda: a) a necessidade de disciplinar e unificar a escrita da LCV através de uma escrita funcional e adequada ao teclado das máquinas de escrever e computadores, b) a autonomia do sistema da LCV. O alfabeto proposto – visando corresponder às considerações e recomendações produzidas – apresenta 26 caracteres: a, b, s, d, dj, e, f, g, i, j, k, l, lh, m, n, n com trema, nh, o, p, r, t, tx, u, v, x e z). Três dos quais corresponderão a novos sons – “dj”, oclusivo palatal sonoro; “tx”, oclusivo palatal surdo (em substituição do “tch” utilizado na escrita etimológica); e “n” encimado por trema (a assinalar o “n” velar palatal (ver Anexo G). Ora, relativamente ao segundo, cumpre dizer que a sua virtual existência vem contradizer a recomendação quanto à adequação e funcionalidade operativas (cf. *supra*, 2a) e além disso, tem sido sempre representado por “nh” (surgindo sempre em contexto inicial, talvez que uma medição fonético-fonológica desse conta da sua diferença em relação ao “nh” de outras posições...). Novos valores são atribuídos aos seguintes grafemas: 1. “s” – que passa a limitar-se à representação do fonema /s/, construtivo, alveolar surdo (mas os exemplos apresentados são exclusivamente representativos de algumas realizações na variante STV, subvariante ST). 2. “g” – que passa a representar apenas o som oclusivo velar sonoro, e qualquer que seja o contexto. 3. “h” – que passa a limitar-se a marcar os dígrafos “lh” e “nh” e a representar os símbolos internacionais como H (hora), Hm (hectómetro), He (hectare?!), Hg (hectograma), Hl (hectolitro), mas de cuja escrita é excluído (“ora”, em hominímia; “ectometru”, “ectare”, “ectograma” e “ectolitr”). 4. “j” – cujo novo valor recobre também uma parte da função do antigo “g”, portanto a representar o som construtivo palatal sonoro, em qualquer contexto. 5. “k” – a representar a oclusiva velar surda em qualquer contexto e a retirar totalmente de circulação o “c”, o que em termos não só linguísticos como sociolinguísticos constitui uma das fraquezas deste alfabeto (Vamos escrever Kabo Verde, Klaridade, Karlos, Maskarenhas, Kabral). 6. “x” – construtivo palatal surdo, em qualquer contexto. 7. “z” – construtivo palatal sonoro, em qualquer contexto..

10 Nenhuma língua, nem das dominantes (o que é compreensível, dada a imensa literatura produzida quer duma realidade como a de Cabo Verde (com uma reduzida produção literária na língua materna), o tem utilizado, porquanto constitui uma singularidade susceptível de conduzir a vários caminhos espinhosos, um dos quais, a “guetização”, é uma ameaça para os pequenos países.

sofre da impossibilidade de acompanhar as mudanças linguísticas (que cada vez se tornam mais prementes no novo contexto mundial).

SOLUÇÃO

1. Um compromisso entre uma escolha ortográfica que, além de sistemática e funcional, seja ainda uma ponte entre a tradição e a dinâmica do presente e do futuro, através da observância criteriosa da ortografia integrada com a representação, fiel, tanto quanto possível, da pronúncia¹².
2. Dicionários¹³ que incluam a pronúncia da palavra, podendo até incluir a representação dos sons segundo o alfabeto fonético internacional¹⁴.

03. Uma suspeita a meio do percurso

Ao fazer o levantamento não só do léxico mas também da série de categorias gramaticais da LCV, muitas vezes me detive a perguntar: Isto será o quê: um arcaísmo – sendo que o carácter arcaizante do fundo lexical, já tinha sido apontado¹⁵ –? Empréstimo do português dialectal? Para esta segunda pergunta, avultavam, sobretudo, as palavras que tinham uma acentuada característica minhota ou beirã. Seria isso, empréstimos que ficaram sobretudo mas não exclusivamente nas ilhas de BLV, e entre estas avultava a de S.A.? Mas se a história de há muito estabeleceu a proveniência do primeiro contingente humano europeu, que era constituído sobretudo por gente vinda do Algarve e do Alentejo?

04. O avolumar da suspeita

Depois, o exame sob uma perspectiva da fonologia do corpus seleccionado indiciava pistas que pareciam confirmar aquelas que o exame tão-só lexical indicara. Algumas características fonológicas da LCV que alguns estudiosos têm apontado como fortes argumentos da sua africanização, são encontráveis também nas duas variantes da LCV já referidas. Por exemplo, as sibilantes, que aparecem em grande número, maior do que no português (padrão) moderno.

¹¹ De facto, a grafia fonética é a mais fiel à língua falada. Mas adoptá-la teria de admitir várias grafias para uma mesma palavra, tantas quantas as realizações produzidas pelos falantes. A escrita fonético-fonológica, porque representativa duma certa “média” das realizações produzidas pelos falantes, constitui já uma solução de compromisso.

¹² Désignadamente, através de transcrição fonética convencionada, a qual permitiria a edição de manuais de representação da pronúncia.

¹³ Vd. Anexo A: Um dicionário da LCV.

¹⁴ Representação que no presente trabalho apenas não foi realizada devido a uma questão técnico-operativa: a ausência de um teclado contendo o Alfabeto Fonético Internacional.

¹⁵ BL 1957.

05. Tantas histórias quantas perguntas

O Crioulo, a LCV, é uma língua subsidiária do português? Entenda-se, do português tout-court, o que só tem uma leitura, o português contemporâneo? Ou trata-se, tal como o português contemporâneo de uma língua que evoluiu pelo seu próprio caminhar, partindo de uma língua-mãe, o português medieval? Este não estaria representado nas variantes dialectais do português de hoje (que não do português contemporâneo, porquanto este é, digamo-lo, mais uma entidade normativizada do que outra coisa)?

A situação linguística actual que decorre da coexistência da LCV e da LP, sendo que se assiste a uma modificação - o avanço da LP em detrimento da LCV devido ao avanço da escolarização - não poderia responder a muitas das dúvidas vindas de formular?

I. O Crioulo na Formação da Caboverdianidade

1. 0. Áreas Diversas em Diálogo e Interdisciplinaridade

O diálogo, contra o exclusivista enclausuramento em áreas disciplinares. Porque não existe facto linguístico que não seja simultaneamente um facto social.

A noção de multidisciplinaridade remete para a existência de várias áreas científicas, sem que se torne imediatamente presente ao espírito a necessidade de diálogo entre elas.

Uma noção confluyente vem conferir essa exactidão metodológica: a noção de interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade remete para a inevitável necessidade de reexaminar os estudos linguísticos sobre as ditas línguas mistas – as condicionantes extra-linguísticas, incluindo-se nestas não só as estruturas formais como estruturas de conteúdos procedentes de áreas diversas, e de cujo estudo as ditas línguas crioulas não podem prescindir¹⁶.

Reexame que deverá conduzir à reavaliação dos conceitos: língua/dialectos/crioulos.

Mas sem perder de vista que a linguística oferece algo único: a conferir-lhe credibilidade, um método rigoroso que, a partir de Saussure, se consolida no horizonte das ciências sociais.

¹⁶ Mfwene 1986.

1.1. Os Marcos (Dados da História)

Em quê os dados da História podem contribuir para explicar a identidade?

Para situar a necessidade de reexaminar as interpretações correntes perante novos dados trazidos pela evolução da investigação e consequente tomada de posição epistemológica perante a realidade, tenha-se presente a seguinte afirmação:

“As ciências sociais, as ciências humanas, que não são a história, têm mais do que esta a vocação de se ocuparem do presente. Assim como a história tem, mais do que elas, a vocação de se ocupar do passado e a vocação para a história estar em todas as ciências sociais, em todas as ciências humanas, a vocação de as penetrar a todas.”¹⁷

É nessa linha de pensamento que a História está presente no estudo, ora empreendido, cujo objecto é a situação linguística caboverdiana. Como se pode compreender a situação de coexistência das duas línguas, a caboverdiana e a portuguesa, a delimitação, tradicional, de duas grandes áreas culturais (que, é certo, começam por ser delimitadas pela geografia física, mas em que a evolução histórica intervém) sem que se procure compreender a sua evolução no tempo? Assim, primeiramente, se determinarão os factores estruturantes da síntese que é a realidade caboverdiana, nas suas várias facetas, e, por inerência, da sua língua.¹⁸ Desse sentido, decorre a estruturação em três partes daquilo que é propriamente a matéria histórica:

- . Do povoamento ao mundo que o mulato criou.
- . Os marcos da identidade nacional.
- . Que identidade na aldeia global?

Do povoamento ao mundo que o mulato criou

O povoamento do arquipélago caboverdiano só começa a tornar-se possível com a outorga, pela Coroa portuguesa, de privilégios de comércio com a costa africana, concedidos aos moradores da recém-descoberta Ilha de Santiago - ou de São Jacob, outra denominação, talvez a primeira que teve. A descoberta da ilha parece ter sido inicialmente pouco valorizada. É essa a leitura do historiador António Correia e Silva que refere o ineditismo dos termos da Carta de Privilégios de 1462. Permitindo comerciar a partir do arquipélago com os reinos da vizinha costa africana, esses privilégios ultrapassaram tudo o que fora até então concedido a agentes outros que não a Coroa.¹⁹

¹⁷ Carvalho, J.B., op.cit., p.65

¹⁸ Ver, à frente, o capítulo sobre a “Redefinição Identitária”.

¹⁹ Silva, A.L.C., op. cit., cap.2.

Iniciou-se o povoamento com gente vinda da metrópole portuguesa e, maioritariamente, escravos vindos, a partir de 1466, da vizinha costa africana. Em finais do século XV, terão nascido os primeiros mulatos que constituiriam, na expressão de Gabriel Mariano, os verdadeiros artífices da identidade caboverdiana. Feijó faz referência a “famílias do Algarve e Alentejo” que a par de “negros, na sua maioria da raça dos Jalofo”, teriam povoado Santiago e Fogo.²⁰ Esta referência à proveniência dos primeiros colonos portugueses é actualmente confirmada, incidentalmente, num estudo em que se considera a forte emigração algarvia para as terras recém-descobertas, Cabo Verde incluído.²¹

O povoamento das ilhas mais próximas - Maio, Boavista e Sal -, segundo Feijó, teria decorrido da libertação de escravos. Que para incentivar o seu povoamento, escravos tenham sido alforriado numa época precoce, não parece ser o entendimento de, nomeadamente, Carreira, Daniel Pereira, investigadores que, à luz de novos documentos demonstram que o povoamento efectivo dessas ilhas se faz muito posteriormente. No entanto, a interpretação de Feijó quanto à alforria visando o povoamento das outras ilhas, constitui uma chamada de atenção para o papel desempenhado no povoamento das ilhas por homens libertos da escravatura, possivelmente também por iniciativa própria e visando escapar tanto à recaptura como ao estigma da condição. O povoamento de São Vicente na recta final do século XVIII prova que muitas alforrias foram concedidas nessa altura.²²

Sem dúvida que - numa interpretação da psicossociologia dos grupos que constituem a unidade nacional - tais factos acerca da constituição dos grupos humanos “primitivos”, nas diferentes ilhas, não poderão ser descurados, enquanto sedimentos profundos da identidade específica.

. Os marcos da identidade nacional

Duas sub-unidades serão aqui consideradas: a afirmação do crioulo; as revoltas.

1. A afirmação do crioulo:

a) Fomento

Tem sido afirmado que o crioulo é a maior criação do homem caboverdiano. Fortes têm sido também as vozes a vituperar a sua existência.

Fomentado como factor de valorização do escravo, é institucionalizado o seu ensino a partir do século XVI. O escravo ladino é aquele que conhece esta língua, considerada então como “rudimentos da língua portuguesa”. E é a partir destes que a difusão do crioulo caboverdiano se faz em muitos outros pontos do tráfego negreiro, destinos da escravidão: Antilhas (Curaçao, S. Domingos, Haiti). Ao facto de também surgirem crioulos nas áreas asiáticas em que os portugueses estabeleceram entrepostos comerciais (Sri Lanka, Malaca), poderá não ser estranha a circunstância de para aí terem sido levados escravos da costa ocidental africana.

b) As proibições

²⁰ Feijó, A., op. cit.

²¹ Pimentel, op.cit., p. 50-51.

²² Cf. p. 84, nota 105.

A partir do século XIX, vários autores escrevem sobre o crioulo, para vituperar o seu uso.

O menosprezo tomou diversas formas: umas que tão-só a referiam claramente como “língua de pretos”, outras que eufemizavam essa rejeição, concedendo-lhe um lugar enquanto língua com expressão, mas “só na cultura”.

A este clima intelectual de menosprezo da língua falada pela maioria, seguem-se as proibições que, a partir do referido século, se começam a fazer sentir sobre o crioulo. Estas poderão decorrer da circunstância analisada em 2, a seguir. Isto é, da crescente consciência nacional que leva o povo a ousar afirmar-se perante as autoridades.

2. As revoltas

Ao longo da sua história, têm sido referidas revoltas da população contra as autoridades.

Assim, no século XVII, registam-se situações que assumem contornos susceptíveis de ser classificados como revoltas organizadas. Em 1651, 1661 e 1664, faixas da população da Cidade da Ribeira Grande revoltam-se contra as autoridades. Estas são acusadas de atitudes tirânicas e de desvios de dinheiro da Fazenda Real. Os habitantes patrocinam inclusive, num dos casos, a ida à Corte de um seu representante. As reacções dos visados não tardam: o Governador acusa os santiaguenses de serem “gente voluntária, e pouco obediente, e costumados já a desobedecerem.”²³

As revoltas do século XIX²⁴. Em 1811, o levantamento popular, contra um novo imposto, na Ribeira Grande, Santo Antão²⁵, e em Santiago²⁶. As revoltas camponesas da Ribeira dos Engenhos em 1822-3, da Achada Falcão em 1841, contra os “maus-tratos” dos feitores e a cobrança das rendas, a rebelião dos escravos em 1835, todas em Santiago, parecem ser sintomáticas de uma vincada consciência nacional. A especificidade, a identidade caboverdiana está aqui mais claramente expressa do que nas do século XVII, não obstante terem em comum o serem reacções contra os poderes atrabilários dos “agentes da autoridade”²⁷.

No século XX, em 1910, as revoltas de Santa Catarina - Ribeirão Manuel²⁸ e Engenhos, entre outras- e em São Vicente a greve dos estivadores. Em 1934, a celebrada marcha liderada pelo “Capitão Ambrósio”²⁹.

A possível interpretação de que as revoltas estejam em conexão com a situação metropolitana - no século XVI, a preocupação maior do poder régio seria com a

²³ Pereira, D., op.cit.

²⁴ Esta distância de século e meio, que poderia ser entendida como de quietação na sociedade civil deve ser relativizada. De facto, desde o último quartel do século XVII e até quase ao final do século XVIII assiste-se ao abandono do poder régio em relação a Cabo Verde, apenas interrompido pela inauguração da Catedral da Cidade da Ribeira Grande em 1693.

²⁵ Pereira, D., op.cit.

²⁶ Barcelos, C. J. op.cit.

²⁷ Pereira, D., op.cit.

²⁸ *Rubom Manel*, apoiada por um pároco que teria incitado os camponeses ao proferir o slogan: “Agora, pretos e brancos, ricos e pobres, são iguais”.

²⁹ De facto, um carpinteiro de um bairro popular são-vicentino que encabeçou a manifestação do grupo trazendo a “bandeira negra, da fome”.

restauração da metrópole, no século XIX o país ainda estava a tratar os rescaldos da Guerra Civil, no presente século as perturbações decorrentes da proclamação da República, as que antecederam a instauração do Estado Novo - não pode ser totalmente posta de lado. Mas sem dúvida que não poderiam surgir sem que houvesse uma capacidade afirmativa da população. E que decorre do sentir a própria especificidade perante a proclamada "unidade nacional". Especificidade que seria diferente da de um transmontano ou algarvio ou açoriano, como o frisou Gabriel Mariano.³⁰

Que identidade na aldeia global?

Os desafios da civilização da comunicação, agora situados à escala planetária, não podem ser ignorados quando se trata de considerar línguas que num contexto global se caracterizam pela fraca representação.

Com efeito, a diversidade linguística tende cada vez mais a ser considerada como "mais uma complicação!" Podendo até comprometer a eficácia económica e a coerência política.

³⁰ Mariano, G., op. cit.

1.2. A Redefinição Identitária (Dados da Antropologia)

1.2. A Redefinição Identitária. Dados da Antropologia

O tema será desenvolvido em duas secções:

1.2.1. Identidade : um enquadramento teórico

1.2.2. Construção identitária e construção nacional

1.2.1. Identidade : um enquadramento teórico

A construção da realidade social é um processo operado por diversas vias, nomeadamente a da construção do simbólico que passa pela linguagem. Como em qualquer construção, destaca-se o papel crucial da consciência, a qual decorre de uma determinada percepção da realidade. Com efeito, tal como o fizeram notar os existencialistas, a nossa consciencialização enquanto indivíduos só se dá a partir da altura em que percebemos alguma coisa, porque a consciência é sempre *consciência de alguma coisa*. Uma visão do eu e do outro que depende tanto de nós como do ambiente que nos rodeia. Daí o papel activo que o indivíduo exerce sobre o objecto da sua percepção, nomeadamente na escolha, e selecção, do que é importante para si, em detrimento de tudo o mais.

Num contexto de dominação, o indivíduo tomado como objecto é privado da sua responsabilidade. Mas a perversão operada faz-se sentir por duas vias: o dominador ao oprimir, oprime-se e reprime-se. Daí que a correlação de forças operada nestas circunstâncias acabe por deixar lugar à emergência da responsabilidade. Dominado e dominador poderão vir a encontrar-se em igualdade de forças – significando que há a possibilidade de “virar o jogo” – se dadas as circunstâncias ocorrer “um choque exterior (que ajude) a tomada de consciência”³¹.

Como é que a noção de consciência implícita na construção da realidade social, pode conviver com a constatação da natureza inconsciente dos fenómenos culturais – e, por inerência, da linguagem – tal como o demonstrou Franz Boas: “A estrutura da língua permanece desconhecida ao seu falante até surgir uma gramática científica, e mesmo então ela continua a modelar o discurso no exterior da consciência do sujeito, impondo ao seu pensamento quadros conceptuais que são apreendidos como categorias objectivas”³²? A resposta a esta questão, encontramos-la no citado antropólogo americano: a estrutura inconsciente pode ser atingida a partir da análise das estruturas sincrónicas e/ou diacrónicas. Dada a sua natureza de instituição colectiva e coerciva, a linguagem impõe-se aos indivíduos num quadro pré-estabelecido. Daí a importância do momento em que se opera a sua transição para o domínio científico. Pelas suas características: a) conduta inconsciente³³; e b) ausência de apreensão intuitiva mesmo aquando da formulação das regras gramaticais ou

³¹ Lé Goff, Jacques (1977). “Calendário” in *Enciclopédia Einaudi*. I, 390.

³² Boas, Franz (1908) “*Handbook of American Indian Languages*”, citado in Strauss, Claude Lévi- (1958). *Anthropologie Structurale*. Plon, Paris.p. 206.

³³ Estudos empreendidos a partir dos Formalistas Russos, nomeadamente Troubetzkoy, demonstram que a consciência desconhece todos os fonemas utilizados para diferenciar o sentido das palavras, como as oposições fonológicas que permitem analisar cada fonema em elementos diferenciais.

fonológicas numa dada língua, opera (e é controlada) em dois planos distintos: o plano do pensamento científico e o plano do uso³⁴. No primeiro, temos a formulação das regras da língua; no último, a sua elaboração colectiva. Pelas suas características, que o ligam à prática quotidiana imediata, o plano do uso sobrepõe-se ao plano do pensamento científico: tão-só o tomar consciência das regras não conduz à modificação individual pois a linguagem, enquanto fenómeno social, caracteriza-se por ser um objecto independente do observador.

O que fica dito no parágrafo precedente, é essencial para a compreensão do papel da consciência na construção identitária. Começemos por equacionar o binómio *grupos de referência - grupos de pertença*: no contexto das relações entre o eu e o mundo, existe sempre um posicionamento relativo em que a inter-relação entre a natureza e a sua representação se faz por três vias – diferenciação, identificação, oposição³⁵ – em que o mundo é apreendido em duas vertentes – o mundo espaço-temporal das palavras e coisas, o da história cultural e seus componentes³⁶. Daí decorre que a construção da identidade – enquanto processo individual que se desenvolve num contexto colectivo (aliás, este constitui-se em condição, *sine qua non*, para que tal construção se faça) – dependa de duas ordens de factores. Por um lado, da textura de relações entre o eu e o mundo, na qual intervêm a diferenciação, a identificação e a oposição – processos sucessivos, mas que têm em comum a intersubjectividade. Por outro lado, da intervenção pessoal a qual decorre tanto da consciência da separação corporal – entre sujeito e objecto – como da imagem ou da representação da consciência. Tal significa que num primeiro momento ocorre a visão especular do próprio corpo, seguido-se-lhe a perspectivação do lugar do eu agora em relação ao outro, o que implica que à natureza se sobreponha a cultura. Este processo, evolutivo, patenteia-se nas diferentes idades do indivíduo. Por exemplo, a adolescência define-se como a morte da infância, e assim sucessivamente. De igual modo, as idades culturais, chamemos-lhe assim, que foram definidas num contexto educacional, sucedem-se num processo semelhante³⁷.

Destaquemos, então, nas premissas acima examinadas aspectos que permitirão avançar para o ponto seguinte:

- . a linguagem na construção da identidade;
- . os processos intervenientes na construção da identidade;

1.2.2. Construção identitária e construção nacional

1.2.2.1. Caboverdianidade, africanidade, universalidade.

³⁴ Strauss, op. cit., p. 64-5.

³⁵ Piaget, Jean, op.cit., p. 5.

³⁶ Gonçalves, António Custódio (1991), Cap. IV.

³⁷ Kieran Egan, op.cit.

(1978). *O Desenvolvimento Educacional*. Colibri, Lisboa, 1992.

Povoamento, migração, e independência surgem como factores estruturantes na identidade nacional do povo caboverdiano.

Examinemo-los:

O povoamento inicia-se com a imigração, o elemento genésico da primeira síntese cultural ocorrida em Cabo Verde. Daí que na distinção operada entre o eu e o outro surja a constituição de um imaginário colectivo em que as diferenciações entre nós e os outros (passamos do processo individual ao colectivo) se consubstanciam em figuras de inclusão – exclusão. A título exemplificativo, lembremos a “gente gentiu” das histórias de formação³⁸, figura que parece ser comum ao imaginário nacional caboverdiano, estando presente em Barlavento e Sotavento, as duas áreas culturais convencionadas³⁹.

O povoamento é, aliás um factor em constante evolução. À primeira fase de povoamento, quatrocentista, seguiram-se várias outras, motivadas por circunstâncias diversas, entre as quais não serão de somenos importância as de ordem económica, nomeadamente as que ora relegavam ao abandono, ora atraíam ao interesse pelo território (no seu todo, ou parcelar).

O processo de povoamento desenvolvido, propiciando desde muito cedo a existência de homens negros livres, numa sociedade escravocrata, moldou desde o século XVII as identidades diferenciadas que constituem a unidade nacional⁴⁰.

A migração implica, sob determinadas condições, a reconstrução identitária. Que condições são essas, é a questão a tratar para se saber em que momentos da sua existência, a sociedade caboverdiana, no seu todo ou em parte, teve de se redefinir/reconstruir enquanto identidade nacional. Aqui, de novo, há que referir a premência do “choque exterior” a ajudar a “tomada de consciência”, num processo que já foi definido como de revitalização e recriação tanto no sentido biológico como no cultural⁴¹, e de que é objecto o “civilizador civilizado” (isto é, submetido a objecto receptor da cultura do Outro⁴²). Refira-se a circunstância histórica de o não-branco, o mestiço, “ter desde cedo assumido uma posição de supremacia na sociedade e na formação social caboverdiana”⁴³.

Vimos, pois, que a reconstrução identitária se processa condicionada por determinados factores. Como é gerado tal processo, e quem o impulsiona? Tal como sucede em todas as revoluções⁴⁴, são as elites a empreender os movimentos de

³⁸ Retomando aqui uma noção que vem do pensamento literário goethiano, a do “bildungsroman” (romance de formação), aqui entendida como obra de produção colectiva.

³⁹ Ver o Dicionário nos Anexos.

⁴⁰ Cf. Pereira, Daniel A. op. cit.

⁴¹ Cf. Le Goff, Jacques (1977). “Calendário” in *Enciclopédia Einaudi*. I, 390.

⁴² Cf. algumas leituras de Franz Fanon, nomeadamente *Masques Blanches*. Além da própria recensão de obras-chave do dito movimento da Negritude, feita no âmbito do estruturalismo francês, nomeadamente por Sartre.

⁴³ Pereira, D.A., op. cit. P. 202. Cf., ainda, Gabriel Mariano em *O Mundo que o Mulato Criou*.

⁴⁴ Tanto restritamente como no seu sentido mais lato, que é também o etimológico – a acção de arrastar, levar consigo.

renovação . Quando se fala, e não pouco frequentemente de revoluções populares, estas serão sempre conduzidas por indivíduos de elite, isto é, que se caracterizam pela capacidade impulsionadora conduzindo à sua “acção de escolher”⁴⁵. No caso de Cabo Verde, poder-se-á falar de uma verdadeira revolução, isto é, de uma posição clara de rejeição das estruturas vigentes? Ou, não se tratará tão-só de uma atitude de emulação, da parte dos actores, protagonistas da mudança, relativamente a modelos antigos e/ou trazidos de fora?

Para responder ao desafio, contido na interrogação supra, examine-se a frequência com que os movimentos migratórios se têm produzido desde a formação da sociedade do país-arquipélago (e não falemos da sua situação estratégica enquanto campo de experiências de miscigenação-aculturação de espécies botânicas – além das humanas⁴⁶) marcado pela sua dupla situação de colónia – entreposto de escravos. De facto, o povoamento de Cabo Verde implicou que, a partir do pólo colonial que é a Cidade da Ribeira Grande do século XVI tenham sido transferidos colonos para outras ilhas – brancos, senhores ou não, e negros, escravos ou não, recém-chegados ou de há muito aí radicados.

Às migrações – e à excessiva carga emotiva ligada ao tema da despedida⁴⁷ - se liga o mar como *leitmotiv* sempre presente. O mar que separa - as partidas são frequentes, seja inter-ilhas, seja para destinos mais longínquos – tem sido cantado desde um tempo que não se pode datar com a precisão que a História exige; felizmente, porém, a memória colectiva tem-no sabido guardar e preservar em formas sempre novas. A própria forma ritual para terminar uma história: “sapatin mar abóxe,/ sapatin mar arriba,/más piqnin ta ba panhá/más grande ta ba marrá”⁴⁸ – e que, pelas averiguações feitas, parece ser de apontar como criação autóctone – é ilustrativa da presença constante do mar, no imaginário colectivo caboverdiano.

Com o parágrafo supra, pretendeu-se, mais uma vez, destacar a interacção dinâmica presente nas relações entre o léxico, enquanto componente da ciência linguística, e a realidade - as realidades sociais, económicas, simbólicas, entre outras – a um tempo instituída e veiculada pela entidade língua.

Independência

⁴⁵ É este, aliás, o sentido da palavra originária – “ex-ligere”, do mesmo étimo de “eleger” o acto de extrair, escolher.

⁴⁶ E que tem sido interpretado de diferentes modos. Para uns: “Essa manobra monstruosa [dado o abolicionismo, senhores a estimularem a procriação entre os cativos existentes, a fim de comercializarem as crias.] - aliás nada original, pois reeditava prática já denunciada por Nicolau Clenardo no século XVI entre as famílias portuguesas, e que mais tarde seria posta em prática de forma institucionalizada nas ilhas de CV” – cf. Ramos Tinhorão, op.cit., p. 373.

⁴⁷ Tema presente em outras culturas, nomeadamente a portuguesa, mas sem o valor que tem na caboverdiana - o que se pode verificar na literatura caboverdiana que se distingue da portuguesa, desde a romântica (para não falar nas cantigas do período trovadoresco, a partir do século XII) à mais recente (e aqui parece-me poder incluir o tema nas obras de Lobo-Antunes, Manuel Alegre, João de Melo, no que elas contêm de experiências de emigrações – diferentes pelas motivações: num, a guerra colonial, noutro a deserção a essa mesma guerra, noutro, ainda, a emigração por motivos económicos derivados da descolonização (nomeadamente, em *Gente Feliz com Lágrimas*).

⁴⁸ “sapatinho mar abaixo,/ sapatinho mar arriba,/o mais pequenino que vá apanhar/ e o mais velho amarrar”. Cf. Dicionário nos Anexos.

É a identidade nacional, bem vincada, – constituída pela fisionomia própria de cada uma das ilhas (quicá mais reivindicada por algumas) – aliada à conjuntura internacional, que se deve a movimentação que conduziu à independência em 1975⁴⁹.

A independência, que começa por ser política, tem de abarcar as outras áreas constitutivas duma comunidade nacional. Daí a luta pela independência económica e pela afirmação cultural em todos os componentes desta. É neste sentido -- o da afirmação a manifestar-se de forma viva, para exorcizar os fantasmas do passado recente – que deve ser entendida a rejeição pela língua portuguesa e que envolveu a atmosfera caboverdiana à volta da independência. Uma das facetas dessa rejeição envolve a demanda – empreendida em alguns sectores vivos da sociedade caboverdiana – das raízes africanas da cultura nacional.⁵⁰

Cicatrizados os estigmas da dependência anterior – não obstante o surgimento de novas dependências, decorrentes tanto da estruturação globalizante da economia, como da situação periférica – a independência, enquanto processo em evolução, conduz, na vertente que no presente trabalho se examina, à coexistência da língua portuguesa, como “língua de comunicação com o exterior”, e do crioulo, ou melhor, do caboverdiano, como vem propondo, fundamentadamente, Manuel Veiga.

Ao contrário do que acontece em muitos dos países do continente africano, em que as transformações sociais – e societais – têm de ser analisadas no quadro das identidades e etnicidades, no contexto caboverdiano as coisas passam-se de maneira diferente. Uma diferença que é desde logo originária: desde a sua formação, a sociedade caboverdiana é formada por elementos díspares que tiveram de se ajustar entre si para formar uma unidade que diríamos “funcional”, na medida em que lhes permitia resolver os problemas básicos que a vida individual em interacção com a vida em sociedade, por mais numericamente restrita que esta seja, exige.

Sem dúvida que o espaço geomorfológico caboverdiano, só por si, constitui um desafio, pois que propicia – se não exige – a formação de novos padrões culturais. As diferentes relações que se estabelecem a nível da sociabilidade e da resolução de problemas práticos da vida quotidiana, são factores de produção de novas formas culturais.

Não é, por isso, surpreendente que a inserção nesse novo espaço físico produza uma cultura nova, manifesta nomeadamente através de uma língua que se renova. Esta, lembremo-lo, constitui – pelas suas características, intrínsecas à sua génese a um tempo individual e colectivo – molde e moldura da comunidade respectiva.

Temos, pois, que a frequência de movimentos migratórios se constitui como um factor de renovação cultural: a ilha começa por ser um espaço de transição. Transição de um meio social originário para um meio social de adopção (mesmo que seja forçada), o qual deve permitir novos reajustamentos. Tanto é assim que – e

⁴⁹ Cf. o caso dos territórios franceses que no Atlântico e no Pacífico continuam a ser tutelados pela (ex) colónia francesa; além dos casos sob a nítida influência anglo-saxónica, seja esta exercida pela Grã-Bretanha, seja pelos EUA.

⁵⁰ Cf. Laban, Michel, op.cit.; Lopes, J.V., op.cit. Além de algum material musical e também iconográfico da época e que não tendo sido ainda objecto de estudo aturado é, contudo, indiciador do comportamento aqui referido.

apenas para exemplificar – elementos do imaginário colectivo devem ser examinados na sua morfologia, de modo a tornar possível a compreensão do modo como a construção da realidade social se dá nos diferentes espaços – renovados espaços – que são as diferentes Ilhas. Falta ainda fazer o levantamento cultural da produção oral⁵¹ e seu posterior tratamento na perspectiva de uma análise comparativa, nomeadamente da produção oral do fantástico. As diferentes versões a que um mesmo conto é submetido nas diferentes Ilhas,⁵² a ausência de certos motivos em determinadas Ilhas, ou a presença de elementos diferentes na estrutura dum mesmo conto – são traços⁵³ que poderão contribuir para compreender a questão identitária na sociedade caboverdiana. Enquanto não se fizer tal estudo, exaustivamente e utilizando os instrumentos adequados, continuarão a faltar os elementos que permitam reconstituir, de forma integrada, o modo de construção da realidade social em Cabo Verde.

⁵¹ É certo haver várias iniciativas, nomeadamente as empreendidas em épocas distintas por Rui Romano, Tomé Varela, Oswaldo Osório, entre outros.

⁵² Cf. Anexo XII.

⁵³ No sentido Greimasiano.

II. Uma Nova Perspectiva de Análise: Crioulística, uma Ciência que Faz Sentido?

2.1. O Escopo Científico: as Primeiras Abordagens do Crioulo

2.1.0. No contexto do império colonial português

Como denominação de uma língua, o termo “crioulo” foi pela primeira vez utilizado no século XVII. Primeiro, em 1627, por Alonso de Sandoval, padre espanhol que escreve acerca de Cabo Verde, do processo de cristianização dos escravos⁵⁴. Em língua portuguesa, o primeiro uso documentado da expressão surge pela pena do Padre Fernão Queirós na sua obra “Conquista de Ceilão”⁵⁵. Precisamente para indicar a língua falada nesse então domínio do império colonial português, a cuja expansão marítima, com objectivos puramente comerciais, dos quase dois séculos anteriores, se seguiu na transição do 16º para o 17º século, o domínio territorial através da conquista e colonização, travada pelos sucessos de 1638-58 que escorraçaram os portugueses e instalaram os holandeses na ilha-território⁵⁶. A referência a Ceilão surge aqui enquanto paradigma da situação da língua portuguesa nos domínios do império colonial português. Mais sinteticamente, compare-se a situação em relação ao Brasil e a Cabo Verde. O que é motivado pelo facto, sabido, de que desde cedo se prestou uma atenção científica aos domínios orientais do império português (os primeiros documentos escritos da língua falada naquele que é a maior fatia do império português – o Brasil – só começam a surgir no século XVIII). E se nesse século, eram classificados como dialectos tanto o português do Brasil como o da Índia⁵⁷, não é menos verdade que no Brasil a situação linguística era *sui generis*: durante cerca de dois séculos verifica-se a coexistência de duas línguas – a portuguesa e a *língua geral*, esta a língua tupi falada por colonos e indígenas e cujo ensino e fomento foi promovido pelos Jesuítas. A *língua geral* tem, até à segunda metade do século de Setecentos, uma vida relativamente longa, permitida pelo quase abandono em que a Coroa deixara a possessão americana. Mas sob Pombal, ocorre o novo povoamento luso do Brasil e a par disso uma actuação firme do poder central, através do Directório que dita, em 1757, a proibição do uso da *Língua Geral* e a obrigatoriedade de falar a língua portuguesa. Uma medida de política linguística que só teria paralelo com a imposição, nos anos de 1930, por Getúlio Vargas, da obrigatoriedade da língua portuguesa à comunidade alemã imigrada⁵⁸. Ambas tiveram êxito, e num curto espaço de tempo: em menos de meio século, a *língua geral* desaparecera e no segundo caso, quase

⁵⁴ Sandoval, Alonso de, op. cit.

⁵⁵ Escrita em 1687, 30 anos depois do abandono português da ilha da canela, a mítica Taprobana camoniana.

⁵⁶ Albuquerque, Luís de *Dicionário dos Descobrimentos Portugueses*. 1º vol.

⁵⁷ D. Jerónimo, Contador de Argote. *Regras da Língua Portuguesa*...citado por

Paul Teyssier, op. cit., p.77.

⁵⁸ Relacionar, ainda, *infra*, com 2.2.1. a nota acerca do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre.

que da noite para o dia, os descendentes de alemães abandonaram a língua dos antepassados e passaram a falar português.

Temos, pois, que o uso da língua da potência imperial se torna objecto de regulamentação, com vista à sua imposição a partir do momento em que as atenções se voltam para o território colonial. E é nesse sentido que devemos compreender, de um lado, a tolerância manifestada pelos agentes da missionação - os Jesuítas em geral, e, em particular, o Padre António Vieira que escreve quase que incidentalmente sobre a língua no Brasil e em Cabo Verde. Para o Brasil, o português língua da escola, e o tupi a língua comum de europeus e índios. Sobre Cabo Verde, dirá, diplomaticamente, sobretudo tendo em conta a natureza do escrito - uma carta a um príncipe herdeiro⁵⁹ sugerindo-lhe investir na missionação em Cabo Verde, outra carta ao seu Prior - dirá que *se fala a língua portuguesa com um acento próprio*.

Uma atitude bem à dimensão do humanismo do “imperador da língua portuguesa”. No entanto, a relatividade deste juízo deve ser tida em conta. Com efeito, a necessidade de uma estratégia de inserção e inclusão de novos territórios vem ditar algumas das considerações expendidas pelo autor do *Sermão aos Peixes* acerca da língua falada em Cabo Verde. Atitude bem diferente da dum seu contemporâneo que, em vez de descrever, qualifica o crioulo como uma corruptela do português⁶⁰.

O bosquejo histórico vindo de fazer, conduz ainda à compreensão do quanto as nomenclaturas mesmo quando delimitadas pelo escopo científico, podem ser manipuladas ideologicamente⁶¹.

Nova atenção às colónias no final do século XIX: em Cabo Verde, algum avanço no ensino e na imprensa. Evolução a que não são estranhos os circunstanciados relatórios produzidos acerca da “língua crioula” e relacionados com as propostas de proibição do crioulo⁶².

Ensino:

Ao apregoado maior desenvolvimento cultural da então província de Cabo Verde, liga-se, inequivocamente a acção das missões católicas que, desde o povoamento inicial e do “centro operacional” constituído pela então Vila da Ribeira Grande, vinham tendo um papel fundamental na acção educativa: depois da ladinização, e que tinha um objectivo claramente mercantil - valorizar monetariamente o escravo que ia ser transaccionado -, a par da

⁵⁹ D. Teodósio, que morreu na juventude, sem ter ascendido ao trono.

⁶⁰ “Un portugais corrompu”. La Courbe, op.cit.

⁶¹ Questão retomada no Capítulo III.

⁶² Cf. 1.1. Os Marcos e 1.2. Redefinição Identitária.

formação de padres, que visava criar agentes de divulgação da fé e civilização europeia, - acções que seguem o seu percurso até ao fim da época áurea da sociedade escravocrata, surge um novo mercado, o da educação laica. Depois dos constantes apelos dos missionários jesuítas então instalados na Cidade da Ribeira Grande e de que as cartas do Padre António Vieira dão conta, instala-se o ensino também destinado aos leigos (pois que os testemunhos materiais na actual Cidade Velha dão disso conta). Mas que teve vida efémera, acompanhando a decadência da velha capital.

O ressurgimento do ensino institucionalizado apenas se efectuará no século XIX, com a criação do Seminário em São Nicolau, depois de se ter discutido, durante decénios, da sua instalação ou na Brava, de modo a valorizar a ilha periférica, ou em Santo Antão, então a segunda ilha, pela população e poder económico. E terá sido o critério de desenvolvimento económico da ilha a determinar a instalação, em 1864, do novel estabelecimento na (em)pobre(cida) São Nicolau. Entretanto, ensaiara-se, em 1860, por iniciativa de particulares, a criação do ensino secundário na Praia, mas que só se dá efectivamente em 1960 (decorridos quatro anos sobre a instalação, em 1956, de uma dependência do liceu de São Vicente), ano de inauguração do primeiro edifício liceal, de arquitectura especialmente concebida para esse fim, mas cujo risco e traço vinham de Lisboa, de onde irradiavam para o “Portugal do Minho a Timor”. Arquitectura denotada e conotada, literal e figurada, numa estratégia de globalização limitada, circunscrita ao império português, antecessora da actual globalização mundial.

O seminário, em cuja lista de discentes figuram alunos idos não só das outras ilhas, mas ainda rapazes das outras colónias e ainda portugueses, daqueles a quem a sua pequena terra natal não oferecendo qualquer horizonte se viam obrigados a emigrar para as colónias⁶³, viria a ter um papel importante tanto no desenvolvimento educacional como, ainda, na cultura literária caboverdiana.

É por iniciativa do cônego António Manuel Costa, director do Seminário são-nicolauense que surge a primeira publicação periódica caboverdiana dedicada à literatura, e onde, pela primeira vez, surgem traduzidas algumas estrofes d’*Os Lusíadas* em crioulo. O *Almanach Luso-Africano* é fundado em 1894. No entanto, a actividade de impressão vinha a ser exercida desde 1842, ano de instalação, na capital, da primeira tipografia que começa por publicar o Boletim do Governo. O *Almamach Luso-Africano* não terá ficado indiferente

⁶³ Documentada, a emigração, em narrativas tão diferentes como o romance queirosiano *A Ilustre Casa de Ramires* e o relato biográfico que segue, onde, ainda, se deduz do papel desempenhado pelo Seminário no ensino, também a emigrados “metropolitanos”: “António Bernardino Roque, Senador. Major-médico, reformado por doença em Abril de 1904, com 54 anos. Nascido em Lagoaça, Freixo-de-Espada-à-Cinta, muito novo ainda foi para Cabo Verde, em cujo seminário fez os seus primeiros estudos. Aos 22 anos, veio para Lisboa, onde cursou o Lyceu, Escola Polytechnica e Escola Médica, terminando o curso médico aos 31 anos de idade em 1889. Seguiu para Cabo Verde, e em 1890, partiu para Angola onde esteve até 1903”. (Publicado em *O Luso-Africano*, nº 199, de 21/4/1913).

ao ambiente cultural caboverdiano que impulsionou a produção escrita a nível do arquipélago, provada pelo facto de, presumivelmente (dada a limitada recolha feita nesse sentido), ter sido a partir de 1820⁶⁴ que surgem os primeiros artigos de imprensa assinados por caboverdianos, em 1894 documentando-se poemas publicados no *Almanach de Lembranças*, em Lisboa. Poemas da autoria de caboverdianos, e, depois do pioneirismo, em prosa, de Antónia Pusich, de mulheres poetisas caboverdianas⁶⁵.

2.2. Descrição dos Factos Linguísticos mais Importantes

Entre os factos linguísticos que serão tratados, avulta sem dúvida a necessidade do seu exame sob uma perspectiva sociolinguística. É apenas por uma questão de arrumação que surgem, a seguir, listados de A a H⁶⁶.

A: Dicionário de Uso

A compilação dicionarística, examinada à luz das etimologias permite avançar com algumas conclusões, tão provisórias quanto pode ser tudo o que é humano, e em especial num levantamento que não pôde ser tão exaustivo quanto se desejaria.

Assim, das cerca de cinco mil palavras, considere-se:

1. A origem portuguesa, de várias épocas, de boa parte do acervo vocabular (com as reservas apresentadas, a seguir, em 4.).

2. c. 200 podem provir de línguas africanas⁶⁷, de entre as quais:

a) Mandinga:

a 1) de certeza

bambalu, bémbeí, batanca, funcu, funguin, fongu, ;

denominações de espécies botânicas

a2) possível:

ca (adv. de negação), cimbrão, jigã, finingui, mandrião, tambaque

b) Fula

nhara, binde, bli/ buli (provenientes de denominações de espécies botânicas)

⁶⁴ Cf. João O. Nobre, op. cit.

⁶⁵ Conta-se a colaboração feminina, com a "*Humilde Camponesa*" e a "*A Africana*". Além de notícias referentes a personalidades que tinham passado por Cabo Verde – nesse caso, em 1895, a notícia do falecimento, em 1893, de D. M^a Luiza Sena Barcelos, que publicou poemas sob o pseudónimo da referida "*A Africana*".

⁶⁶ Veja-se Anexo B.

⁶⁷ Não foram considerados os africanismos arrolados no Anexo K (Vd.).

c) Quimbundo⁶⁸

culumbadu, carumbadu, crumbóde, gongon, manconha

d) Bantu (indeterminado)

batucu, batuque, carcuti, curcuti, curtiçã, congú, conguluta, cunculuta, cunquí, concô (acento na penúltima sílaba), pfá (<cufá)

d) formas que se pode suspeitar serem africanas

munegui, mopi, funaná

3. Um reduzido número, c. 100, de proveniência vária, fora da África negra:

a) Línguas europeias⁶⁹

boize, côde, dóngrí, óngri, sundlete,

b) Possível origem berbere⁷⁰

catxupa, clabedótche, cuscuz, tabói, zugra.

4. Um grande número, mais de 50%, de criação e de recriação semânticas na LCV, e que será objecto de tratamento na secção H.

B: Tabus linguísticos, entre o dito e o não-dito

Os eufemismos são empregues para atenuar realidades difíceis, dolorosas. São maioritariamente designadas com eufémicos, formalizados em unidades compósitas perifrásticas, as realidades solenes – a morte, a mais séria e grave, vem à cabeça. E tanto mais séria ela será considerada quanto mais ela representar o absurdo, o inexplicável, quer porque ainda não houve tempo para criar o distanciamento emocional quer em situações que configuram a crueldade da natureza condenando prematuramente ao corte com a vida mal esboçada, ou seja, quando se trata de crianças, mesmo num contexto histórico que tem revelado ser a mortalidade a companheira constante, e desde a primeira infância⁷¹.

Os disfemismos permitem – num contexto emocional e psico-social exigindo uma posição reactiva que poder-se-ia descrever como de “destruir para reconstruir” – dar ainda maior relevo a realidades duras, o que se faz cruamente, destacando-se o exacerbamento da expressão, constituindo-se a violência do sarcasmo como o único meio à disposição para enfrentar a violência materializada na vida real.

Porquê um estudo, por mais breve que seja, acerca dos eufemismos e disfemismos, num cenário como este, de estudo científico da linguagem?

⁶⁸ Considerados, porquanto podem não ter entrado pela mediação portuguesa.

⁶⁹ Considerados, porquanto podem não ter entrado pela mediação portuguesa podendo-se considerar para o caso do inglês várias mediações, entre as quais, migrantes, de longo e curto prazo.

⁷⁰ Considerados, porquanto podem não ter entrado pela edição portuguesa.

⁷¹ Vd as estatísticas da população ao longo da História, com as mortes que dizimam muitas vezes metade da população.

Antes de tudo, pelo que estas formas configurando uma modalidade expressiva da linguagem, revelam, da alma colectiva. Do modo como perante a necessidade de lidar com, nomear, ou representar realidades do mundo concreto e físico, abstracto e emocional, mental e conceptual, nas vertentes em que tocam esferas privadas, os falantes têm procurado corresponder a essa demanda a um tempo comunicativa e expressiva.

Com efeito, os eufemismos e disfemismos, nos seus aspectos respectivos de atenuação e exageração da realidade, podem constituir uma pista interessante para o conhecimento duma comunidade. Por duas razões: é através dos eufemismos e disfemismos que os interditos de uma sociedade simultaneamente se ocultam e se revelam. E é também por esse meio que se exprimem os temores e as certezas que a humana presença no mundo comporta.

Compreender isso, é importante para ter acesso à dimensão psicológica da colectividade que forjou esse meio de expressão. E se bem que em muitos dos eufemismos e disfemismos recolhidos ⁷², seja evidente a presença da herança portuguesa, não é também menos evidente que uma boa parte, senão a maioria, revelará a obra de criação colectiva, cuja compreensão pode ser uma das muitas chaves para a alma “crioula”⁷³.

Os campos semânticos a seguir delimitados, foram obtidos a partir de levantamentos lexicais posteriormente objecto de uma arrumação de acordo com a sua qualidade semântica.

SUPERSTIÇÃO

Fenómeno cuja compreensão deve ser enquadrada no âmbito histórico a fim de lhe conferir a adequada relativização, tal como propõem certos estudiosos, nomeadamente os que dedicaram a sua atenção à superstição nas sociedades clássicas⁷⁴ e que salientam o facto de a superstição dever ser compreendida no âmbito dos conhecimentos correntes na época - assim, o imperador do século I a.C.⁷⁵, que a História apresenta como um adepto da Astrologia não é supersticioso enquanto que um Presidente da República que nos nossos dias, e à luz dos conhecimentos científicos institucionalizados, compartilhasse dessa crença sê-lo-ia⁷⁶.

Hoje bastante limitadas, as superstições mantêm uma sobrevida nos tabus linguísticos, sobretudo nas sociedades em que a tradição rural é ainda

⁷² Vejam-se Anexos, de A a H.

⁷³ Objectivo ambicioso e inatingível?

⁷⁴ The Oxford Classical Dictionary

⁷⁵ Tibério, imperador romano.

⁷⁶ Hipótese que não está longe da realidade: nos anos 80 e 90, isso aconteceu, primeiro com a divulgação de que o presidente dos EUA, Reagan, consultava profissionais das ciências ocultas e posteriormente a notícia de que o falecido presidente francês, Mitterrand, se aconselhava com uma astróloga.

muito forte⁷⁷. São evitadas as palavras que são consideradas veículo de desgraça, e em seu lugar utilizam-se os eufemismos.

Das “superstições”, é talvez a que tem mais fundas raízes na cultura africana, o que é atestado pelos lexemas delimitando este campo semântico. A crença no poder do feitiço é extremamente vigorosa nos meios mais populares, embora se note alguma tendência para a sua atenuação. Iguamente com raízes africana, mas já a atestar a síntese cultural⁷⁸, é o lexema “bruxa /fetcera ti ta cmê na F.”, designando a crença em como são as feiticeiras as responsáveis por uma doença atingindo alguém. Trata-se geralmente de uma criança para cuja doença não se encontra uma cura, uma explicação médica (aliás, nos meios populares é raro haver uma explicação da medicina moderna para as doenças). Pode ser dito que consiste a acima referida síntese numa activação sincrética entre dois modos de explicar e lidar com o desconhecido, que decorrem de dois sistemas de representação, o africano⁷⁹ e o europeu, este, talvez com sobrevida apenas nos meios não-urbanos⁸⁰.

A crença no poder das pragas e das maldições, umas e outras algo indistintas aliás, está bem enraizado no fundo popular da alma caboverdiana. Ainda se acredita que, quando alguém merece, a praga surte efeito, especialmente quando parte de alguém com quem o amaldiçoado tem uma relação mediada pela religião: o padrinho, a madrinha, os pais.

O quebranto, superstição muito espalhada - não só no mundo rural -, até uma época recente, dava lugar a traumas profundos nas relações pessoais. E não se pode dizer que esteja totalmente erradicada. Um dos seus veículos mais famosos é a *oiada*, que se crê tão espalhada que até pessoas bem intencionadas poderão inadvertidamente *btá oiada*, e assim, *btá quebrente*, *quebrentá*.

Ao contrário da interdição que pesa em relação à mão esquerda e que na tradição de muitas culturas europeias⁸¹ é vigorosa, na língua caboverdiana tal não ocorre, senão modernamente e em meios de cultura mais escolarizada.

⁷⁷ Estudos realizados demonstram-no. Para o caso português, veja-se o citado estudo de Gabriel Frada.

⁷⁸ Vd. p.21.

⁷⁹ Mas as crenças no poder maléfico das feiticeiras, representado por algumas das suas atribuições, têm tanto de africano como de outras origens. Em algumas culturas africanas da costa ocidental, a crença no poder dos jabacouces, adivinhadores, tal como são descritos contemporaneamente (Vd. ainda Anexo A. - *Djabacosu*) e ainda capazes de “comer pessoas” como reporta Almada, 1504-6, p. 16.

⁸⁰ Veja-se o citado estudo de Gabriel Frada, e ainda o ensaio de Michelet, *La Sorcière*.

⁸¹ Nas línguas europeias ocidentais - espanhol, francês, inglês, italiano e português -, o conceito de esquerda está bem demarcado como conceito “pejorativo”, de amaldiçoado. Será herança da tradição judaico-cristã.

DOENÇAS

Objecto de designações eufemísticas são especialmente as doenças incuráveis, perigosas, repugnantes. Visam os eufemismos tanto proteger a sensibilidade quanto evitar patentear as fealdades da vida.

Entre elas, avulta a lepra, cuja evocação apenas se exprime em eufemismo. Um facto sociolinguístico cuja análise ganha em ser apoiada com o conhecimento das circunstâncias históricas do seu aparecimento. Estas mostram que está ainda bem fresco nas memórias das pessoas com quem se falou – duma geração que, em S.A, ainda tem presente a imagem terrífica da leprosaria da Sinagoga, onde esteve internado alguém que se conhecia, até familiar ou parente (terá havido um ou outro caso de falso diagnóstico e que, contaram os informantes, pôde ser resolvido aquando da presença na ilha, na segunda metade dos anos 50, do degredado político, o médico Agostinho Neto).

Neste caso, um dado interessante é que, na sua evocação, os informantes, além de reterem a imagem de casas sendo queimadas com os moradores dentro – tudo isto há apenas cinquenta anos – ainda conseguem reviver toda a compaixão, a piedade e a resignação perante o que acreditam ser a manifestação de uma vontade “mais alta”, esta exprimindo-se com um “doença é de Deus”.

No entanto, continua presente ainda um certo sentimento de vergonha, que acaba por, de certo modo, ser dissimulado com os sentimentos descritos no parágrafo anterior. Assim, pode sere entendido o uso dos eufemismos “*gafaria*”, “*doença de Lázare*”.

A tuberculose, que tem sido recentemente designado como o cancro do sé. XIX, tanto linguística como em termos médicos⁸² ao longo do século do seu surgimento e até meados do seguinte, foi considerado uma doença de que não se fala⁸³ e os médicos chamavam-lhe TB – o que evocava todo o mistério da sua origem e cura. Isto, nas várias línguas – francês, português, inglês... Quanto aos nomes correntes, as formas encontradas na LCV “*doença de peite, doença fraca, tizga*”⁸⁴ não andam longe (embora, note-se, não se trate de tradução, nem se calhar sequer de “intercomunicação”) da francesa “*poitrinaire, phtysie*”.

MISÉRIAS SOCIAIS

⁸² Sigo, no que à referência médica diz respeito, a leitura de ...

⁸³ “Unmentionable”, Mesma referência (p. 185).

⁸⁴ Para mais completa enumeração, consulte-se o Anexo B.

A dependência alcoólica e a prostituição.

A própria marginalização de que esses grupos são submetidos, revela nos diferentes usos dos termos que referem ou remetem para o seu universo. Assim, as variações diastráticas estão entre as que maior número de palavras suscitam. O interdito pesando em relação ao primeiro grupo referido é disso exemplo – e a consulta ao Anexo B confirmará que os termos podem ser classificados sob a designação de baixo calão, acentuando ainda mais essa marginalização.

A fome, que um levantamento histórico revelará estar presente desde os primórdios da ocupação das ilhas⁸⁵, é linguisticamente representada através dos eufemismos, os quais remetem, metaforicamente, para campos semânticos como a “a inevitabilidade história”(*Tempe de caristia*), “debilidade física”(*fraquin, un alma, tá co perna cangói*), a “magreza”(*fraquinha, stretu, stretinhu(-nha) delgadin(-nha)*). Nesta enumeração, note-se que a alguns dos semantemas se conota até, um valor apreciativo, como nos dois últimos exemplos referidos. A pouca frequência de disfemismos ligados à alimentação – tanto considerando-o enquanto campo semântico como campo lexical -- poderá estar relacionado com a realidade, em que impera a escassez, e que origina uma cultura da contenção e parcimónia (a que a presença de disfêmicos ligados à gula (pela proporção numérica, considerável) parece acentuar, por contraste pelo qual se sanciona linguística e sociolinguisticamente esse defeito moral (e social).⁸⁶

“DEFEITOS” FÍSICOS

Os estereótipos de beleza estão, regra geral, ligados a modelos ocidentais -- tanto é assim que na apreciação que se faz da beleza, sobretudo dos cabelos, se classifica positivamente o “cabel bom” em detrimento do “cabel bedju”, a STV, ou “cabel cuscuz” a BLV, aqui menos acentuada a agressividade implícita na avaliação quando se trata de auto-avaliação, visto que em tratando-se de hetero-avaliação, feita sobre esfera exterior ao grupo de pertença, dir-se-á “cabel de badiu”⁸⁷.

Nesta identificação, em que se valoriza o modelo ocidental, não é de menosprezar a avaliação regra geral positiva que se faz em relação a grupos étnicos com os quais supostamente os caboverdianos se identificarão. Daí as referências a “indianu, indianinha”, que nem sempre tem um valor referencial, mas antes sugestivo de beleza especificamente crioula, isto é, com alguns elementos antropossomáticos próximos de África que se aceitam – a cor escura -- para melhor

⁸⁵ Carreira, A, 1972, 1977.

⁸⁶ Anexo B.

⁸⁷ E não obstante a defesa que empreendeu, por exemplo, Gabriel Mariano ao argumentar que não há qualquer juízo de valor e que se trataria tão-só de um valor descritivo (cf. Laban, op.cit.). Em apoio da ideia que defendo, veja-se, ainda, a descrição do antagonismo entre duas irmãs na narrativa ficcional de Orlanda Amarílis, “Ilhéu dos Pássaros” (Cf.V. Bibliografia). Ou, ainda, durante a última campanha presidencial, a eleitora que defendia o candidato de “cabel finu”, porque já bastava “no governo um de cabel bedju” – esta é uma notícia de jornal.

rejeitar outros, também próximos do continente - - daí que sejam avaliados depreciativamente as feições "mais africanas": "*bece grosse*", "*bic sopra-cander*", "*nariz pófe*".

DEFEITOS MORAIS

O apego sórdido ao dinheiro, a avareza e o seu agente a serem causticamente mencionados nas diversas variantes, tanto em formas transformadas do português - *mesquinhin*, *smíticu*, --, como em formas autenticamente caboverdianas, entenda-se, crioulas - *dju*, *de unha séc* --, quanto em formas que serão de extracção africana - *curundi* --. Mas também surge a sanção contra o desperdício - *mõ lórgé*, *pródig*, *gastador*, -*era*.

O AMOR

A vinculação a códigos de cortesia a marcar as relações entre os sexos coexiste com a existência de códigos explícitos de dominação de um sexo pelo outro. E, daí, a menor carga negativa atribuída a determinadas falhas de carácter quando se trata do homem - a mulher adúltera mas não o homem adúltero, a mãe solteira, a rapariga (do homem casado), etc.. . E a existência de formas disfémicas apenas atribuídas ao sexo feminino -. Por outro lado, infere-se o manifesto menosprezo pelo homem considerado, fundamentada ou infundadamente, como pouco viril - *banana*, *home de saia* -- a par de uma certa misoginia, muitas vezes de extracção precisamente no universo feminino - *boi mônse*. Ainda a passividade a ser causticada especialmente no sexo masculino, enquanto a preguiça e a prodigalidade o são mais no sexo feminino, como os exemplos *supra* manifestam.

Conclui-se pois :

1. As superstições, que atestam tanto a presença europeia como a africana, devem ser compreendidas na dimensão interaccional que o homem, movido pelo temor do desconhecido, estabelece com o domínio do intemporal (de que a religião é uma das manifestações).
2. As relações de poder estabelecem códigos de conduta baseados designadamente em factores como o género, os atributos valorizados socialmente em função de um arquétipo europeu.
3. As relações sociais manifestam a coexistência entre marcas de solidariedade decorrente das dificuldades comuns a vencer no quotidiano e a necessidade de delimitação territorial que implica criar barreiras subtis e cheias de nuances no trato quotidiano.

4. As auto-imagens são construídas a partir da interacção com as imagens vindas de fora.

5. A síntese cultural constituída na sociedade crioula, operada a partir de elementos como as formas culturais africanas e as forma culturais europeias, não consegue impedir que às formas culturais africanas esteja associada uma visão disfórica, de que a quase exclusiva presença de disfemismos são a expressão.

C: ANTROPONÍMIA ⁸⁸

Sob esta designação serão considerados tanto a antroponímia oficial - aquela que constitui o nome civil de cada indivíduo⁸⁹ - como outras formas, que não obstante a sua inexistência *no papel* têm uma vida muito intensa na vida social, sobretudo da camada mais popular, mas geralmente sem reflexo na vida civil⁹⁰. É o caso do hipocorístico enquanto nome individual (II.1) e enquanto elemento de formação do nome de família (II.2).

I - Os nomes próprios: uma realidade em mudança

Na sociedade caboverdiana, os apelidos hoje existentes são na sua maior parte de extracção portuguesa⁹¹. Seja por herança legitimada, legitimária, adopção de nome de senhor de escravo ou outra⁹². Não obstante a relativa fixidez do nome de família, e que se verifica nas civilizações mais actuais⁹³, mudanças têm ocorrido e que uma pesquisa pelos arquivos relativos aos nomes mais utilizados ao longo do séc. XIX revelou⁹⁴. Assim, e nomeadamente para os encontrados nos arquivos desde o início até ao final do século XIX, é frequente a tendência para a substituição por apelidos de ressonância hagiológica. Tal se verifica quase que em exclusivo com os apelidos que ou enraízam numa tradição africana - Dongo, Fula (Fulla), Djaló (ou Jaló)⁹⁵, Bongolom, talvez Colitro, Maocha, Cota (Cotta), Talate (Tabate?) - ou são atribuídos com base numa relação contígua entre apelido e características

⁸⁸ Veja-se Anexo C.

⁸⁹ Consideram-se aqui sobretudo os nomes próprios, não sem que haja uma apreciação adequada relativamente aos apelidos - que é limitada dado o seu número restrito.

⁹⁰ No entanto, em muitos documentos oficiais, muitas vezes - parece-me que mais na actualidade, no Pós-independência - se faz referência ao *nominha*. O que decorre de uma necessidade de identificação.

⁹¹ Excluídos desta análise estão os c. 8 a 10% de população constituída pelos imigrantes não-lusófonos (procedentes desde a América Latina à Europa ex-soviética, África ocidental, Próximo Oriente e Ásia) e seus descendentes.

⁹² Na tradição oral, subsistem vestígios desta forma de criar uma identificação civil, nomeadamente a que diz respeito à adopção de um nome por alguma razão considerado mais prestigiante: o povo diz que *F. é A. apanhado pelos ares* (sic, com tradução imediata em Pt.)

⁹³ Visto que a história antroponímica se não desliga da história geral: os grandes nomes são os que perduram em todas as civilizações e mesmo na sociedade francesa - aqui considerada pelo que a Revolução de 1789 representou em termos de mudança na estrutura social - muita gente nasceu, cresceu e morreu sem ter conhecido um nome de família. Por força das mudanças não só histórico-sociais, mas por aquelas que implicaram a reorganização dos espaços e implementaram a existência de espaços populacionalmente mais concentrados - as cidades - houve a necessidade de novas formas de identificação, já não servindo as que evoluindo a partir de formas de nomeação arcaicas e mais remotamente as de natureza biológica.

⁹⁴ Nomeadamente, nos assentos de baptismo de Santiago e Santo Antão por mim consultados. A amostra parece suficientemente representativa dadas as características de cada uma das duas ilhas no que concerne o povoamento, a localização centro/periferia, as relações de produção verificadas em momentos diferentes da sua história.

⁹⁵ Aliás, por estes exemplos se verifica uma identificação - real ou não - com um grupo etnonímico.

físicas do indivíduo – Pequeno, Pequena, Castanho, Moreno, os quais evidentemente remetem para a antropofisiologia africana⁹⁶.

Quanto aos nomes próprios, vulgo, nome de baptismo⁹⁷, procurar-se-á encontrar algumas explicações mais abrangentes, nomeadamente para o fenómeno da importação de nomes, o que vem a constituir uma confrontação assaz significativa relativamente à tradição cultural. Fenómeno verificado sobretudo na geração nascida no Pós-Independência.

Emerge no decorrer das duas décadas do Pós-75 uma nova antroponímia, de cariz anglo-americana sobretudo, mas também de espaços culturais recém-descobertos⁹⁸, com que se compartilham seja determinados valores - étnicos, ideológicos, muitas vezes forjados no âmbito da luta de libertação -, seja certos interesses - nomeadamente os que decorrem de novas formas de relação internacional, surgidos na sequência da luta de libertação ou no Pós-Independência. Espaços da África - da Negra, sobretudo da francófona, até pela proximidade geográfica⁹⁹, da Islamizada - e até espaços asiáticos, nomeadamente a Índia¹⁰⁰. Espaços com que se mantêm desde há séculos relações que passam por diversas fases - é o caso do Brasil, um fenómeno com várias componentes (televisão¹⁰¹, afinidade cultural de cariz luso-tropicalista¹⁰², cooperação via imigração e formação de quadros). Uma antroponímia nova apenas no nome próprio, e resultante sobretudo das modificações trazidas pela Independência, nomeadamente a que decorre de

⁹⁶ Trata-se de uma análise que, penso, deve ser apenas entendida no contexto caboverdiano, não se devendo estender a Portugal. De facto, as condições, apesar da existência de linhas confluentes na maior parte dos casos de antroponímia relativa aos nomes de família, nem sempre são totalmente coincidentes - o que é o caso aqui.

⁹⁷ Realidade que ainda hoje faz sentido: o último recenseamento publicado, o de 1990, mostra que mais de 90% da população se diz católica, o que significa: baptizada (Dados que parecem não vir a sofrer alteração significativa quando forem publicados os dados relativos ao Censo de 2000).

⁹⁸ O que não exclui que alguns destes novos nomes próprios tenham entrado por via do regresso de emigrantes caboverdianos, e ainda de imigrantes de espaços como a ex-URSS, a Argélia, a Tunísia,

⁹⁹ E também pelas relações históricas entretidas ao longo de séculos e de que a emigração para o Senegal é paradigma. Exemplos na antroponímia: Nadine, Annete, Nicole, Ivan, Stephane e Stéphanie, Hilaire, Michel...

¹⁰⁰ Djamila, Indira, Jandira são nomes encontrados nos nascidos no Pós-independência, e sem que haja relação com a emigração (e consequente retorno) como acontece em relação aos nomes considerados na nota anterior.

¹⁰¹ Os nomes inspirados nas telenovelas parecem ter maior fortuna nos meios populares.

¹⁰² Luso-tropicalismo, que tem a sua face ambígua e que os escritos de Gilberto Freyre podem deixar inferir. No opúsculo, referenciado na Bibliografia, *infra*, em tom oratório, o luso-tropicalismo parece ser mais uma reacção contra o avanço da investida teutónica no Brasil, para mais apoiada por uma Alemanha forte que se arrogava de superioridade rática e proclamava a exclusividade da cultura, e cujo ponto máximo, despoletador do referido artigo, tinha ocorrido durante o *Congresso Teuto-Brasileiro de Benneckenstein*, de 19 a 22 de Março, de 1937, com a intervenção de Reinhardt Mazack que Freyre qualificou de mentor de uma "biblioteca de propaganda anti-luso-brasileira". Op.cit., p.86.

uma rejeição dos valores da cultura portuguesa - então, nesse período quente, considerado como a cultura do colonizador.¹⁰³ -

II - O Hipocorístico

O hipocorístico, que em LCV toma a designação de *nominha*¹⁰⁴ *nomihu*¹⁰⁵, tem uma vida intensa na sociedade caboverdiana. No entanto, é interessante notar que muitas vezes a sua utilização se circunscreve ao círculo habitual de amigos, conhecidos e familiares. Contudo, para certas pessoas e em certas situações é impensável usar um hipocorístico, um *nominha*, nomeadamente quando se torna necessário manter as relações pessoais num nível de neutralidade. Assim, nas relações chefe-subordinado, sobretudo quando as pessoas pertencem ao mesmo meio, mas têm de se relacionar num ambiente diferente, o *nominha* fica mesmo “lá em casa”.

O *nominha* pode ainda constituir-se, em segundo nome, paralelo ao nome civil, em especial, em ST). Segundo informantes naturais desta ilha, é sobretudo entre a “gente preta” (denominação reveladora da estratificação social baseada na cor da pele, e que é que funciona este *nominha* ou *nome de casa*, diferente do *nome de baptismo*. Constitui uma verdadeira instituição, quase que só limitada, nesta vertente, ao meio popular, não só entre os mais velhos mas também nos nascidos com a independência. Razões: tem que ver com o preferir-se outro nome? Vontade de manter no segredo o verdadeiro nome¹⁰⁶?

O exame do corpus (Anexo C) permite verificar alguns fenómenos, que se sintetizam em II.1 e II.2., a seguir.

¹⁰³ Como foram obtidos os dados: Seguindo um método misto - segundo uma regra de proporcionalidade (na selecção de espaços urbanos, procurei conseguir uma amostra representativa do universo, embora restringido pelo critério “posse de aparelho telefónico”), procurei obter uma lista de frequência dos nomes de baptismo utilizados no antes e no pós independência. Assim, o levantamento mostra que a escolha dos nomes próprios se alterou:

Assim: Entre os nomes tradicionais (de origem lusa), constata-se uma escala de frequência: 1. Dos mais frequentes - António, João (só, ou acompanhado), José (só, ou acompanhado), Manuel, Pedro, Joaquim - ; 2. menos frequentes - - e 3. raros - Jeremias (sic), Mateus, Simão, Vicente, Amâncio, Anastácio, Pancrácio, Euclides; Noel, Oceano- e 3. Das mais frequentes - Maria (só, ou acompanhado), Antónia, Joana, - ; 5, às menos frequentes Isabel, Teresa - ; e 6. às raras - Marcela, Sónia, Virgínia. Esta amostra é representativa da geração que nasceu no período anterior à independência.

Um levantamento por mim realizado nos anos lectivos de 1995 a 1997 não desmente estes dados:

Assim, ao considerar um universo constituído por duas variáveis: alunos nascidos antes de 1975 - de cursos pós-laborais(Ano Zero, Bacharelatos)- e no pós-75 (Alunos de diversas áreas de estudo do Ano Zero) constata-se que: entre os nascidos antes de 75 os nomes tradicionais estão mais vezes presentes.

¹⁰⁴ BLV. Em SV, parece coexistir com a designação de “nomin” /numin/.

¹⁰⁵ STV.

¹⁰⁶ Uma resposta só poderá ser dada com um estudo científico, mais específico sobre esta matéria.

II. 1. Hipocorístico resultante de modificação a partir do nome

Morfemas diminutivos muito frequentes. São afixados a certos nomes a) quer por estes não se prestarem facilmente a sofrerem os processos fonéticos específicos da hipocorístia - redução, reduplicação - b) quer para manter a relação com o nome original, sem descurar a afectividade, c) quer ainda para reforçar os hipocorísticos Exemplos: a) *Dominguinho* b) *Alicinha, Antoninha/u, Joãozinho, Juninha, Julinha/u, Mariazinha, Mariozinho, Fortinho, Liminha, Pintinho*, c) *Lilinha, Zezinha/u, Bininha, Maluzinha, Toinhu*.

Formas que só aparecem em próclise, demonstrando a importância do acento tónico.

Formas que são encontráveis em variantes do português como no madeirense¹⁰⁷ –documentáveis apenas em algumas ilhas.

Os apelidos susceptíveis de hipocorizarem (corpus 1 no Anexo C) são aqueles que se comportam morfossintacticamente como substantivos comuns, podendo o morfema de género comportar o morfema diminutivo.

É mais frequente que a afixação do morfema diminutivo se faça a partir da sílaba tónica. A palatalização verificada nestas condições, será apenas resultado da contextualidade fonológica ou haverá uma vertente psico-social a considerar?

A frequente ocorrência de formas hipocorísticas resultantes de denominação de relação de parentesco¹⁰⁸.

Temos, pois, que a frequência do hipocorístico tenha de ser considerado enquanto realidade susceptível tanto de ter um tratamento circunscrito ao fenómeno linguístico quanto como realidade sociológica. E o fenómeno linguístico a par do fenómeno social, temos vindo a constatá-lo, encontram-se enquanto realidade social total.

II.2 - A Formação do Nome de Família

O nome de família - entenda-se: não necessariamente o do registo civil, mas aquele que é conhecido na comunidade - reflecte evidentemente a herança das estruturas sócio-económicas que têm predominado na sociedade caboverdiana desde a sua formação até à presente data. É assim que vemos, sobretudo nos meios populares, o predomínio do nome da mãe apostro ao do filho¹⁰⁹. Esta é uma clara evidência da estrutura escravagista subjacente na sociedade caboverdiana - não obstante todos os fenómenos de sublimação

¹⁰⁷ Veja-se anotações a alguns hipocorísticos, no Anexo respectivo.

¹⁰⁸ ANEXO B, Corpus 2.

¹⁰⁹ Fenómeno com uma vertente cultural indiscutível.

existentes: perda de memória de um passado de escravatura, apoio numa genealogia europeia, hipervalorização dos elementos culturais crioulisticos (em detrimento dos europeus e dos africanos¹¹⁰)... -

II. 2. 1. Relacionado com o nome (*nominha*) do progenitor, mais frequentemente da mãe¹¹¹:

António Teresa
Bibi d'Ernesto
Codê di Dona
Frank de Mimita
João de Maria Antónia
Lilim de Mariinha
Manel de Puldina

Conclusão: será de fazer uma aproximação com a situação vigente nas sociedades antigas, em que este “nominha”, o nome privado - em contraposição ao nome público, o conhecido - constituía um verdadeiro nome secreto, recebido durante as cerimónias dos ritos de passagem e cujo conhecimento dava ao seu detentor, sacerdote ou feiticeiro, um poder único¹¹².

D: TOPONÍMIA

Interesse: 1. Modificações ocorridas. 2. Vestígios da língua falada noutros tempos e daí inferir do povoamento, ciclos económicos...dados antropológicos, culturais, sociais.

Apresentação: primeiro, a forma “oficial”, em seguida a pronúncia local. Convenções:

- . i precedendo ou seguindo uma vogal acentuada é sempre uma semivogal.
- . õ: o nasal. Quando se torna pertinente assinalar a abertura (ó) ou o fechamento (ô), a nasalidade da vogal será graficamente representada por n.
- . e, i, u nasais: dada a impossibilidade de representar a nasalidade da vogal por meio do til, será a consoante “n” .

¹¹⁰ Patente nomeadamente no facto de haver uma recusa em se identificar como elemento de uma unidade maior: é comum a afirmação “nem africano nem europeu, mas caboverdiano”).

¹¹¹ O que não está distante das designações encontradas por Carreira, Formações Sociais, para o período final do século XIX. De facto, tanto se pode procurar uma explicação recorrendo ao passado como recorrendo às invariáveis do comportamento humano tratadas no domínio da psicologia social: a força da relação mãe-filhos(ambos os sexos).

¹¹² Frada, Gabriel, op. cit., p. 113.

. (e): o dito “e mudo”

A recolha, que atinge um total de 650 entradas – que representará, estimativamente, cerca de 50% do total de entradas toponímicas relativas ao território¹¹³ – permite observar para as oito classes¹¹⁴ da toponomástica:

1ª nomes de proprietários: 10%

2ª, 3ª e 4ª - configuração geomorfológica e geológica: c. 75%

5ª: - História colonial: 5%

6ª - Hagiologia¹¹⁵: 5 %

7ª: - História nacional (inclui várias áreas da cultura nacional): inferior a 5%

8ª - Ciclos económicos: inferior a 5%

9ª - Outros, dos quais terras de emigração: inferior a 5%

Temos pois que a toponímia representa, mais que o acervo das culturas dos povos que entraram na composição da sociedade caboverdiana, a especial relação que os homens das ilhas têm estabelecido com a natureza, e que do português emprestaram a base lexical, na sua vertente formal, sendo a actualização conteudística produto autóctone da nova sociedade humana¹¹⁶. O que não é de surpreender dada a especial forma de reprodução social que se operou nas ilhas, desde a forma de divisão da terra em pequenas parcelas destinadas tão-só à subsistência. Quanto aos escassos topónimos importados, alguns são de extracção portuguesa e outros (esta observação não podendo concluir diferentemente do que foi aduzido por Carreira) têm a sua origem na costa ocidental africana, tudo o resto é português. No entanto, tal escassez pode surpreendentemente conduzir a conclusões interessantes: não será pois que se tornam extremamente importantes como vestígios das raízes africanas?

A toponímia baseada na história nacional, designadamente no Pós-Independência, apenas consta de nomes de rua¹¹⁷.

Prossigamos, nesta descrição e análise dos factos linguísticos com:

¹¹³ Recolha atingindo um total em mais de metade de entradas inéditas. Resultam de informações coligidas ao longo de alguns anos, e a outra parte extraída de literatura, inclusive a ficcional, naquilo que pôde ser depois confirmado com documentos, de noticiários dos vários meios de comunicação, de obras históricas e geográficas, de mapas.

¹¹⁴ Estabelecida segundo uma taxonomia criada especialmente para este estudo, tendo como critério o da sua pertinência no contexto dos casos estudados, em conjunto e em cada unidade insular e /ou de meio populacional (urbano/rural). A inspiração e a formulação muito devem aos trabalhos de Leite de Vasconcelos e às propostas pedagógico-didácticas de Luís Prista (deste, títulos publicados em 1991 e 1992 na Colibri), e que ao longo dos anos pus em experimentação com alguns dos meus alunos.

¹¹⁵ Em que não foram considerados os nomes das cinco ilhas do “nome do seu santo”, patrono do dia da descoberta.

¹¹⁶ Noções de Conteúdo e Forma como definidos pela escola de inspiração hjelsmleviana.

¹¹⁷ Tratado ainda no capítulo III.

F: Morfologia e sintaxe

1. O género: como é marcado?

1ª hipótese

Inferida a partir da análise dum corpus constituído por um texto referencial¹¹⁸

. Ausência de distinção do género

- nos pronomes pessoais)
- nos substantivos, que são todos uniformes¹¹⁹, e se referentes a pessoas – a actualização é dada pelo antropónimo

2ª hipótese

Inferida, a partir da análise dum *corpus* -- constituído por textos que constituem uma amostragem dos usos da língua¹²⁰:

. - Feminino e Masculino indistintos: Regra geral.

- A distinção de sexo apenas nos seres humanos: Excepção.

. nos substantivos, que são todos uniformes¹²¹, excepto os referentes a pessoas e algumas espécies de seres vivos¹²²,

Em face desta nova verificação, a taxonomia proposta por J. H. G. Carvalho¹²³
- que permite considerar **um terceiro elemento**, o do neutro - torna-se especialmente pertinente quando se trata de determinar o género na LCV. Daí o ter de se considerar, a partir da proposta do **um terceiro elemento**, referido, uma

3ª hipótese (que é a elaboração da 2ª hipótese, fundamentada na teoria aplicável):

¹¹⁸ Na acepção funcional que lhe foi dada por Jakobson.

¹¹⁹ Ou: neutros? Acabei por optar pela definição axonómica de “indeterminado”. Veja-se fundamentação no ponto 1.

¹²⁰ Veja-se os corpora do Anexo F.

¹²¹ Ou: neutros? Ou: neutros? Acabei por optar pela definição taxonómica de “indeterminado”. Veja-se fundamentação no ponto 1.

¹²² Parece-me, a partir da recolha feita, que a atribuição de género determinado apenas se estende aos animais domésticos, ou àqueles que pelas circunstâncias que manifestam a sua função biológica específica, se tornam por esse facto, “(seres) +sexuais+femininos” – “um gata parida”, “um baleia ” mas “um cobra venenose”.

¹²³ José HG Carvalho, op.cit.

- Feminino e Masculino indistintos = género indeterminado: Regra geral.

- A distinção de sexo apenas nos seres humanos: Excepção.

. Distinção de género: note-se a presença do morfema feminino denotando o sentido disfémico.

Uma conclusão:

O género: na LCV, o género gramatical não é, em geral, uma categoria pertinente, enquanto o género natural o é, embora exclusivamente para a designação de pessoas.

Nos pronomes pessoais, a indistinção na 3ª pessoa - facto inédito em todas as línguas europeias e africanas, com a interessante excepção na indo-europeia língua persa (ou farsi, uma sua versão moderna) que abdicou totalmente da categoria género gramatical. A clareza é mantida devido ao contexto e ainda pela imediatez e pela função deíctica, que se apresentam muito fortemente no discurso oral. No entanto, a descrença parece estar a pôr em causa esta realidade¹²⁴.

Relativamente à morfologia do género, ser-se-ia tentado a dizer que a simplificação da gramática se deve à seguinte circunstância: língua predominantemente oral, o contexto (oral) permitiria a existência de outras formas de processar a actualização de todos os elementos da comunicação, conduzindo à criação de uma gramática simplificada quanto à morfologia do género. Mas a análise contrastiva, com *corpora* de outras línguas, vem modificar esta visão panorâmica: constata-se que uma língua de escrita tão antiga como o persa, ou farsi, abdicou totalmente da distinção de género¹²⁵. Que leitura mais imediata se pode extrair desta análise contrastiva? A de que cada língua realiza os meios adequados para se exprimir, e que cada elemento de cada uma das componentes linguísticas entram no sistema e a ele se adaptam para a tarefa comum, em que todos, participam, seja em oposição e complementaridade, em sinonímia e na adaptação a cada registo de língua, que é uma das variações do Uso da língua e que se realiza numa dada língua, primeiro de tudo, língua do seu falante e, através dele, da sua comunidade.

¹²⁴ Nos levantamentos lexicais efectuados, verifica-se muitas vezes a utilização ora da forma não-marcada, ora da forma marcada. Cf. Anexo A: Dicionário.

¹²⁵ Storig, op.cit.

2. O número: como é marcado?

2.1. O determinante demonstrativo presente – sempre (cf., *infra*, 2.2)

2.2. O artigo definido: ausente

2.3. O artigo indefinido: presente

2.4. O numeral: presente

Função deíctica

- (1) Quel mudjer bunita di nhô.
- (2) Ta fladu que tude mãi ta pôi fidju di sel baxu asa.
- (3) Ninguém qrê cafê quentóde!
- (4) Cerveja tem que ser gelóde.
- (5) Três irmá ta morá naquel casa marél.
- (6) - Mnina luxenta ta pintá bêce tude hora.
- (7) Dexá-m dzê-be um côsa.

Constata-se, e no que respeita à função de determinação - -do género e do número --, a ausência do determinante definido. Este é substituído por um determinante demonstrativo – visto que a função deíctica está sempre presente na determinação, tal como defende na teoria chomskyana (Chomsky 1957, 1986/1994).

3. Sintaxe

3.1. Iremos examinar como a sintaxe da LCV segue por um caminho que a distingue, autonomizando-a, em relação designadamente à LP (e, ao contrário do que se apresenta em BL 1957). Assim, a função da palavra na Frase, e dada a maior obrigatoriedade na aplicação das regras de colocação dos elementos na frase, é mais clara na LCV do que na LP:

a) Ordem de colocação dos elementos na frase:

- (1) Mim non!
- (2) Éu não!
- (3) Ne mihi!
- (4) Not me!
- (5) Pas moi!

Nas frases acima, a função Sujeito desempenhada pelo Pronome, na LP é - nas outras línguas consideradas - formalizada através de um substituto, com a forma de função Acusativo (ou, na terminologia mais vulgarizada, de complemento).

b) A ausência de preposições:

(6) Pensá dôs bez antis bô dicidi.

(7) Ba casa.

(8) Djabraba

Explica-se pela ordem de colocação dos elementos na frase, que faz recurso a uma sequência predominantemente SVO, em que a regra de entrada dos elementos pode substituir a **marca flexional**. Esta, lembremo-nos, é na LP manifesta através das preposições (de uso frequente a colmatar a perda da declinação, nas formas sobretudo nominais).

Vemos, assim, com os exemplos em a) e b) que, ao contrário do que o comum dos utentes pensa, e se tem ouvido afirmar (até a pessoas que trabalham com a palavra), a ordem das palavras na frase é mais rígida na LCVdo que na LP. Causa: a ausência/raridade de elementos de ligação indicadores de caso.

Prossigamos, e analisando um *corpus* mais extenso como o que se segue (e em que entram alguns das frases acima):

(1) Mim non!

(2) Eu não!

(3) Ne mihi!

(4) Not me!

(5) Pas moi!

(9) *Non mim!

(10)? Não eu!

(11) Mihi ne!

(12) *Me not!

(13) *Moi pas!

(14) É favor manter a porta fechada.

(115) É favor manter fechada a porta.

(16) Mantém porta fitchadu di favor.

(17). *Mantém fitchadu porta di favor.

Em a), acerca da Ordem SVO, concluímos provisoriamente, pois, que parece predominar nas construções frásicas em LCV a ordem SVO¹²⁶, e que, além disso, e ao contrário da Lp, mas à semelhança da LIng¹²⁷, o OI precede o OD:

(Prossigamos com um “corpus” mais alargado, em que voltam a entrar alguns dos exemplos já analisados acima:)

(18) Já M dá mininu banhu/Já M dá mnine bónhe.

(19) *Já M dá banhu mininu /*Já M dá bónhe mnine.

(20) Maria já tmá sê cafê?

(6) ?Vendê marujo OD.

(7) Vendê OD na marujo.

(8) *Vendê na marujo OD.

(9) *Vendê OD marujo.

Confirma-se, mais uma vez, que a designada construção destro-recursiva¹²⁸ é mais rígida na LCV do que na LP.

d) Ordem de colocação do Adjectivo:

No corpus seguinte note-se como na LCV são rigidamente marcadas tanto a Posição do adjectivo como a do advérbio:

(21) a- Sê fatu novu ta senta-l bem. Sê fôte nôve ta sentá-l bem.

b) O seu fato novo fica-lhe bem. /Fica-lhe bem o seu novo fatto. /Bem lhe assenta o seu novo fato.

(22) a- Um lugar medjor.

b) Um melhor lugar./Um lugar melhor.

e) Topicalização¹²⁹

1. O assertivo faz do SN sujeito o tópico da frase, nas várias modalidades – afirmar () e (), concordar (), acrescentar (), admitir (), pergntar (), e responder ().

¹²⁶ Ambar, Manuela, op. cit.

¹²⁷ O que se explica pela redução de flexão, que caracteriza o Inglês.

¹²⁸ Processo de construir as frases da direita para a esquerda, característica nas línguas românicas que se distinguem assim das germânicas - inglês e alemão (para esta, cf. Storig, op.cit. p.229) - que são sinistro-recursivas. Note-se todavia que nos processos de adjectivação abstractizante, subjectivizante, é à construção sinistro-recursiva que as línguas românicas recorrem (Que bella ragazza! Une belle femme. Um bonito rapaz.)

¹²⁹ Sigo Âmbar, Manuela, op.cit. Tb. Searle, J. *Actos de Fala*.

- (23a) Prufsora ka bem.
 (23b) Própi.
 (23c) E já el tinha faltado onti.

- (24 a) – Foi bo que partí vidre.
 (24b) – Sim, foi mim.
 (24c) -- Bo fazê o quê?
 (24d) – M partí vidre.

2. O enfático topicaliza o SN - objecto ou outro constituinte.

As frases **focalizadas** na modalidade interrogativa, requerem uma resposta sintética “sim” ou “não”.

- (25) – Ê **ess** programa li que bo ta uví tude palmanhá?
 (26) – Ê **tude dia** que bo ta ba?

A orientação da resposta fica pois, marcada pela topicalização do SN Suj, ou pelo SP (Sintagma preposicional adverbial).

f) Estruturas do Infinitivo

- (27). português : Chegou a hora de tu teres que pagar.
 (28). Brasil : Chegou a hora de você vai ter que pagar.
 (29). Cr: Tchiga hora de bô tem qui paga (Tchegá hora de bô tem que pagá).
 Português : Vimp+OD+Suj+Vinf.
 Br :. Vimp+OD+Suj+Vaux+Vinf..
 Cr: Tchiga hora de bô tem qui paga (Tchegá hora de bô tem que pagá).

Constata-se uma ordem em geral obrigatória de colocação dos elementos na frase, a qual se expressa em SVO, sendo que quando está presente, além do Objecto, o Dativo (na Terminologia gramatical tradicional, e reactivada pelas análises mais recentes, no âmbito da teoria generativista*, aquele que beneficia da acção expressa pelo Sujeito) este deve ser anteposto ao objecto, actualizando uma regra que passo a enunciar:

Suj+ V+(Dat)+Obj
 = SV(D)O

*Âmbar; Chomsky 1986/1994.

3.2. Implicações Didáctico-Pedagógicas dos factos analisados em 3.1.:

Podemos, desde já, avançar com algumas:

- Construções sintácticas em LP produzidas por falantes da LCV são afectadas quanto à correcção por causa de:

a) o fenómeno da interferência da LM sobre a LOficial, em que em vez de utilizar o esquema sintáctico da LCV, utiliza o da LP o que afecta a correcção das suas produções, até na própria LCV.

1. Ês incontrá co Antonin de C.

(português) *Eles encontraram com o Antoninho de C.

(Em que a ausência de regência pronominal (pronome reflexo) na LCV, é causa de incorrecção na LP em que a regência pronominal é obrigatória(.

2. *Frank sbi Lumbin.*

(português) *Frank subiu Lombinho.

(Em que a ausência de Determinante no N(de SV) na LCV, é causa de incorrecção na LP em que é obrigatória a presença do Determinante antes do N (de SV).

Ocorre, ainda, frequentemente o fenómeno de hiper correcção: nomeadamente nas construções pronominalizadas

G: Morfofonologia

a) Do sistema verbal

. a flexão verbal reduzida a uma única forma, que deriva da forma imperativa (indistinta, aliás, na LP, língua lexificadora, da 3ª p.s. do Pr. do Indicativo)¹³⁰

. a eliminação pela forma acima da dicotomia: verbos regulares-v.irregulares¹³¹.

b) Dos processos fonético-fonológicos e do acento

. a tendência assimilatória, presente sobretudo em BLV, e nesta variante na subvariante de S.A., EXERCE-SE NÃO SÓ A NÍVEL DE PALAVRA MAS A NÍVEL DA FRASE: O ÚLTIMO ELEMENTO, DA PALAVRA OU DA

¹³⁰ E, não do Infinitivo, como os verbos de tema em a, e, i, o têm apontado. As formas irregulares comprovam-no: ê (com algumas recorrências ao infinitivo da LP), tem, bai, bem, qrê (com metátese, devido à regra de que os verbos não terminam em /r/), dzê.

¹³¹ dzê, fazê, qrê, cabê, sabê, construí,

FRASE - SEJA OU NÃO ACENTUADO/TÓNICO - EXERCE FORÇA ASSIMILATÓRIA SOBRE OS ANTERIORES.

c) Da prosódia

Limitada ausência de distinção do número

- Número sempre presente nos pronomes pessoais, em que a marca do número é importante em termos de estrutura comunicacional.

- Número raramente presente nos substantivos, em que a actualização de número é dada pela presença de elementos de actualização - nomeadamente a antroponímia, o numeral, os determinantes.

- Número raramente presente nos adjectivos, em que a marca de número é dada pela presença de elementos de actualização - o numeral, os determinantes (quando no sintagma frásico considerado não existe um substantivo).

- Número nunca presente nos verbos, em que a marca de número é dada pelo pronome tornado obrigatório, excepto quando em sua substituição, e apenas na 3ª pessoa, está presente o antropónimo.

A tendência para a simplificação :

A simplificação na morfologia, na ortografia, constitui uma tendência da língua em determinado momento da sua história :

- o inglês deste final de século é mais simples na sua estrutura gramatical do que o de outras épocas (perdeu os morfemas que se tinham revelado uma excrescência). E, na sua linha programática de eliminar todos os obstáculos para a sua instituição como língua universal, nos últimos cem anos tem-se procurado manter uma estatística actualizada do vocabulário básico, tudo isto com vista à também simplificação do vocabulário¹³².

- o português apresenta uma tendência para a simplificação do seu sistema verbal, nomeadamente com a utilização rarificante do Conjuntivo¹³³, as reformas ortográficas ocorridas ao longo do último século.

¹³² A visada simplificação neste domínio, não obstante se verificar, implica todavia a “complicação “ noutros: as paráfrases são tornadas frequentes, o que muitas vezes se constitui em inconveniente para a estratégia optimal da comunicação.

¹³³ Por força da universalização do ensino, verifica-se neste uma tendência à flexibilização, nomeadamente em aspectos que se considera como estando mais ligados à Forma que à Substância da língua (Tal como estes termos são definidos pela escola hjelmsleviana).

Fonologia

A presença em algumas variantes, subvariantes, nomeadamente a de SN de um fundo lexical antigo explicará a presença nestas línguas de realizações excepcionais?

São os casos das realizações em que duas formas permutam entre si:

A consoante velar múltipla /rr/ ocorre a par da consoante vibrante simples /r/. Ocorrem como Variantes em distribuição complementar: em cada contexto fonético só pode ocorrer uma delas (no entanto, não criam novas palavras na língua). Ex.: r, rr, que alternam como fonemas em posição medial e intervocálica.

Explicação de sinais, ut. nos diagramas infra:

∅: não se realiza

=: alofone [variante de um fonema] (ocorrem em complementaridade) – “caru”: /caru/= /carru/ e “carru”: /carru/= /caru/

x: variante (ocorrem em alternativa mútua): “córe” /cór(e)/x /cór(e)/ “córre”.

Var/ SubV	Inicial	Media l	P.Final Nom P.FinalVerb	
ST	r=rr	r=rr	r = rr	∅
Fg	r=rr	r=rr	r = rr	∅
M	r=rr	r=rr	r = rr	∅
SN	r=rr	r=rr	r = rr	∅
BV	r=rr	r=rr	r = rr	∅
SA	rr	r x rr	r = rr	∅
Brav	rr	r x rr	r	∅
Sal	rr	r x rr	r	∅
SV	rr	r x rr	r	∅

Em ST, mas não em todo o STV, a vibrante posterior (uvular ou, nalguns casos, gutural) é realizada como vibrante anterior (apical). Quando ocorre o fenómeno sociolinguístico designado de “contacto de línguas”, com o pt. ou outra variante da LCV – que não produza essa realização articulatória – e, portanto, mantém a distinção entre os interfonos do arquifonema – r e p -, e no caso de não vir a ser-lhe ensinada a ortofonia apropriada a este caso, o falante santiaguense típico, chamemos-lhe assim, tenderá a proceder, pois, como se descreve a seguir: Operará

por hipóteses e ora usará uma forma ora outra, errando algumas vezes e acertando outras, num comportamento de insegurança linguística, que os exemplos seguintes representam¹³⁴:

Ex.: “coreia” /correia/ ou /coreia/
 “Correia”¹³⁵ /correia/ ou /coreia/
 “Coreia”¹³⁶ /correia/ ou /coreia/
 “carinhu” /carrinhu/ ou /carinhu/
 “garrafa” /garrafa/ ou /garafa/
 “porto” /pôrrtu/ ou /pôrtu/
 “port” /pôrrta/ ou /pôrta/

A realização da consoante pré-palatal sonora /j/ como africada áptico-alveolar /dj/:

Var/ SubV	Inicial	Media l
ST	j=dj	j x dj
Fg	j=dj	j x dj
M	j=dj	j x dj
SN	j=dj	j x dj
BV	j=dj	j x dj
SA	j	j
Brav	j	j
Sal	j	j
SV	j	j

(Em posição final não se aplica.)

Ex.: *Djetu. Djô. Djú. Djunta. Djuntu. Djútu.*

Esta é uma característica encontrada em ST, Fg, mas raramente em BLV, com a exceção nos hipocorísticos *Djô, Dju, Djula*, e numa ou noutra palavra comum, quando utilizada numa das modalidades expressivas da linguagem, como é o caso de “*dju*”.¹³⁷

Esta é uma característica encontrada em falantes da ilha de ST. Tanto nos menos escolarizados como nos medianamente escolarizados, habitando o meio urbano como o meio rural. Nalguns casos, até, o meio rural mantém estreitos laços com a capital¹³⁸. Portanto, temos que esta é uma característica

¹³⁴ Ao longo de diassistemas. Tanto o pedreiro como o jornalista televisivo podem revelá-lo.

¹³⁵ Nq antropónimo, aliás muito frequente.

¹³⁶ Tópónimo, aliás não infrequente, com a aproximação histórica a ser realizada contemporaneamente, com a aproximação estratégica à zona económica do Extremo Oriente.

¹³⁷ Cf. Anexos A e C.

¹³⁸ S. Domingos, que está muito dependente da capital, até pela proximidade, sendo que muitos dos seus munícipes se deslocam diariamente aos seus empregos na capital, aí estudam no ensino secundário e pós-secundário.

muito frequente na língua ST e que ocorre em simultâneo com a da “norma”. Também ocorre em SN: Pridjiça¹³⁹.

O que significa que a oposição entre r e rr não ocorre sempre em algumas das ditas subvariantes consideradas. Isto conduz-nos, por exemplo, à questão de saber se se deve continuar a insistir na existência de duas “variantes” da LCV.

- A importância da transcrição fonética revela-se, na LCV (senão para a maior parte das línguas) de maior importância para as vogais do que para as consoantes.

Símbolo	Pronúncia	Exemplo	Transcr.Fonética
/a/	a longo, aberto	casa, pá, palmada	/casa, caza/ /pa/, /palmada/
/ã/	a nasal	cantá, cancan	/cantá/, /cãcã/
/ê/.....	e breve, fechado	pedrada, pele	/pêdrada/, /pêl(e)/
/é/.....	e breve, aberto	pedra, pai	/pédra/, /pé/
/(e)/.....	e breve, médio, fech	reloj, pele	/rr(e)lôj/, /pêl(e)/
/ên/.....	e breve, fech nasal	bem, panderu	/bên/, /pêndêr(e)/
/én/.....	e breve, aberto,nasal	mãe, bambai	/mén/, /bénbéi/
/i/	i longo	idosu, picadu,	/idôzu/, /pikadu/
/in/	i nasal	cincu, ingçóde	/sinku/, /ingsód/
/ô/.....	o breve, fechado	ôiá, fome, monoj	/ôiá/, /fôm(e)/, /mônôj/
/ó/.....	o breve, aberto	bóiá, fomi, lejóde	/bóiá/, /fômi/, /lêjód/
/õ/	o fechado, nasal	onda, pontudu	/ôda/, /pôtud/
/ón/	o aberto, nasal	quandu, rónjóde	/kónd/, /rrónjód/
/un/	u longo, nasal	undina, puntudu, um	/undina/, /kuntud/, /un/

H: SEMÂNTICA

O título em epígrafe remete para uma das componentes da linguística que trata do significado das palavras. Se para os fenómenos linguísticos analisados no ponto 2., não parece haver dúvida em colocá-los sob este “texto taxonómico”, já para o primeiro ponto, não há um único ponto de vista. Assim,

¹³⁹ Cf. Anexo A: pares pridjiça-priguiça; djéra-guerra; guenti-jenti.

e como se verá, da recensão da literatura sobre os processos de formação, e de que dou conta em 1.0, não é unânime que os fenómenos assim arrumados pertençam ao campo especificamente semântico.

Com esta ressalva, passemos à sua análise:

1.PROCESSOS DE FORMAÇÃO NA LCV

1.0. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A formação de palavras, que conheceu uma tradição profícua desde os clássicos, não só os greco-latinos, como também na civilização sânscrita, como nos dá conta Storig (op. cit.), volta a merecer a atenção na escola estruturalista e na escola transformacional generativa (Vilela 1994). Seguem-se critérios ora morfológico-semânticos (PHMatthews 1974), ora semânticos (J. Ludtke 1976), ora ambos (L.Lipka 1971, 1972 e G. Stein 1971¹⁴⁰).

O problema genérico, é colocado do seguinte modo por Jean Dubois (1968)¹⁴¹: da comparação entre o funcionamento do morfema derivado e o do termo base resulta que a 1ª noção fundamental é a de afixo modificador de classe gramatical; da análise da relação sintáctica entre os dois elementos: “a relação entre os dois morfemas constituintes define-se como de determinante e determinado”. Nesta descrição, o termo base tanto pode vir no início como não. Assim: pode constituir primeiro elemento da unidade ora o determinante (por ex, em *rochegador*, o sufixo *-or* é o determinado, *rochegá* o determinante); ora o determindo como em *anti-socialista* (*anti-* é o determinado – hostil a – e o termo que entra em composição com este prefixo é o determinante).

Mas a insistência no aspecto do conteúdo da formação de palavras tem já de certo modo uma longa história: os seus precursores – J.O Jespersen (1924), Wporzig (1930, 1950, 1971), J. Kurylowicz (1936,1966), Ch. Bally (1965) e K. Baldinger (1950)¹⁴².

Mais recentemente H. Marchand e E. Coseriu¹⁴³, na sequência, reformularam teorias completas da formação de palavras, atendendo tanto à função gramatical como ao conteúdo. Aliás, Coseriu integrou a formação de palavras na lexemática. Marchand apresenta não só uma teoria da formação de palavras como a aplica à análise. Define: “A formação de novas palavras procede da combinação de elementos linguísticos na base de uma relação

¹⁴⁰ Citados em Vilela 1994.

¹⁴¹ Cf. Vilela 1994.

¹⁴² As referências deste parágrafo remetem para entradas nos Dicionários de termos consultados (cf. V. Bibliografia).

¹⁴³ As referências deste parágrafo remetem tanto para Vilela 1994 , como para entradas nos Dicionários de termos consultados (cf. V. Bibliografia).

determinante/determinado chamada sintagma”¹⁴⁴. Tem sido dito que só há duas categorias básicas de formação de palavra - as quais podem ser designadas *Expansão* e *Derivação*. Uma combinação sintagmática pertencer a uma ou outra categoria depende de o determinado ser ou não um morfema independente¹⁴⁵. Assim, e relativamente à *Expansão*, da análise da combinação AB, decorre que B é determinado por A e em que AB pertencem à mesma classe gramatical e lexical a que pertence o elemento B (= o elemento B pode substituir quer no conteúdo, quer gramaticalmente o sintagma total AB). Assim, em *caminhão-cisterna* funciona como substantivo quer o primeiro quer o segundo elemento da composição¹⁴⁶.

1.2. Os processos de composição e de derivação, consistem, em suma, em que a primeira se constitui na base de dois (ou mais) morfemas independentes, e a derivação é caracterizada pela dependência de um dos morfemas em relação a outro, este, sim, lexicalizado.

Assim, na LCV, os processos de composição estão bem presentes, aliás à semelhança do que acontece na LP, embora tipologicamente nem uma nem outra pertençam, tipicamente, à tipologia das línguas aglutinantes em que esse processo é muito frequente – como o turco, o caso mais paradigmático, embora no alemão também se encontrem, com elevada frequência, processos deste tipo. No turco, contudo, o processo vai mais longe e envolve já não só a formação léxica, mas toda a frase¹⁴⁷.

No *corpus* analisado, o número de formas assim geradas, atinge um número considerável – c. 10% para a composição e c.5% para a derivação.

2. - PROCESSOS DE RECRIAÇÃO VOCABULAR :

Neste ponto, tratarei dos processos que se situam sob o “tecto taxonómico” dos tropos – entidades que têm sido tratadas sobretudo no campo dos estudos literários, mas que a análise linguística demonstra terem a sua origem (também) na língua usada e moldada pelo falante (e que o molda, a ele, simultaneamente). Assim, organizam-se, aqui, as sinédoques e metonímias, imagens, onomatopeias (operando uma selecção, em que é um risco assumido, por se afigurar ser o mais profícuo na LCV, aqui representada sob a amostragem que constituem os levantamentos considerados - e documentados nos Anexos A a O-.)

Também

a) Sinédoques:

¹⁴⁴ As referências deste parágrafo remetem para entradas nos Dicionários de termos consultados (cf. V. Bibliografia). A citação encontra-se no volume II da *Enciclopédia Einaudi*.

¹⁴⁵ Cf. Chomsky 1986, pp. 127-131.

¹⁴⁶ A composição, constituindo uma divisão da *Expansão* em que o *determinatum* e o *determinans* são ambas formas livres. A contagem (a partir do Anexo A) dos monemas em que este processos de formação estão presentes – mostra um número bastante significativo, de 10% do *corpus* levantado.

¹⁴⁷ Nesta análise comparativa, sigo Storig, op.cit.

Mondongo: com alteração semântica: por um processo sinedóquico, o farrapo que envolvia a inflamação passou a designar a própria inflamação. Daí também a 2ª acepção de “forma arredondada”.

b) Recriação metonímica: em que o efeito dá nome à causa (cléps).

c) Derivação imprópria, em que há mudança de categoria gramatical (Talisca, Tentem)

d) reactivação ou permanência de ARCAÍSMOS

Com as ressalvas, que um estudo destes exige, resolvemos a discussão, aliás iniciada na parte introdutória, acerca de saber se determinada forma pertence ao pt. medieval ou ao pt. dialectal de épocas posteriores, incluindo a actualidade. Assim, e a partir das compilações anunciadas na apresentação que antecede imediatamente o Anexo A, eis a arrumação, de acordo com a presença desses factos linguísticos:

- na LCV

. Para exprimir uma realidade sempre presente na actualidade agrícola, a do predador que ameaça o sucesso da colheita, o lavrador criou, ou recriou, a figura do *Sabandidja*, forma que tem origem no medieval “Sevndija”.

. Ligado aos comportamentos psico-sociais, temos a figura do “*Roscon*”, que traduz a realidade de que se esboçou a análise na parte consagrada ao estudo dos “Eufemismos e Disfemismos”.

. Relacionado ainda com a interacção social, temos a figura de “Alvissa” e sua forma verbal, que traduzem o campo semântico da novidade, da notícia. Seu étimo: “*Alvíssara*”, bastamente documentado no teatro vicentino, da fronteira entre a idade medieval e a moderna.

. Uma das formas mais vivazes, sobretudo em S.A, é a da forma adverbial “*Crã*”, que se actualiza em unidades lexicais como “bestí crã, na crã”(isto é, sem roupa interior), e cujo étimo se encontra no substantivo do português medieval “*carão*”.

. Outra forma adverbial, esta vivaz em todo o BLV, e parece que não em STV, é “*Demetóde/demtóde*”(Significa: de propósito, expressamente) e que se actualiza em enunciados como *M ba bescá-l demetóde, ma el ne gris bem.*” O seu étimo provável: “De+ mente” (Hipótese que, apesar de não ter ainda ocorrido aos estudiosos, nomeadamente BL 1957, que apresenta o vocábulo, tem sólidos fundamentos tanto fonético-fonológicos como semânticos – assim, a desnasalização é um fenómeno recorrente neste sistema diatópico, tanto mais facilitado pelo facto de se tratar de uma palavra polissilábica.

. Quanto às formas verbais, com as ressalvas devidas, apresentamos aqui as seguintes considerações: A apassivação de formas, encontrada no Pt. Medieval está muito presente na LCV. *Já M ta lavóde. Já M ta bestide. Já el ta dzide* (Ele já sabe): *Fladu* (Foi dito) *Fladu mim* (Disseram-me). (De igual modo, está documentado em Moçambique, segundo artigo de F.Couto, já referido, e

estudos referidos por Perpétua Gonçalves e Bento Siteo durante o colóquio “Humanismo Latino e Humanismo Africano”, Praia, 2000, organizado pelo CEAUP/Fondazione Casamarca.)

(Passamos a analisar outro grupo:)

- na LP

. Duas formas frequentes, nas zonas rurais de S. A. e do Fogo são, respectivamente, “*manhana*” e “*hermana*”.

A sua arrumação neste grupo indicia, já, a seguinte interrogação: Arcaísmo, ou tratar-se-á de forma portuguesa dialectal? Qualquer uma destas hipóteses colhe, visto todos os fenómenos ligados às sucessivas fases migratórias para as diferentes ilhas, assim como a impossibilidade de linguisticamente se poder formular uma hipótese e tratá-la adequadamente com um *corpus* restrito.

. Ligado à estrutura sócio-económica da realidade agrícola, está o lexema “*merada*”, cuja etimologia foi tentada, parece-me que infrutiferamente por BL 1957, que, ao estabelecer um nexó etimológico com “*morada*”, não teve em conta a estabilidade da vogal anterior neste sistema. Assim, apresento uma nova hipótese, em que “*merada*” provém da unidade monemática “Casa duma merada” /caza dun-mêr’ada/. A qual toma, pois, como ponto de partida a sequência discursiva que não a palavra isolada, e fundamentada ainda no facto de que a morfofonologia, ou a fonética articulatória desta (sub)variante assim o permite.¹⁴⁸

e) Recriações imagísticas, hipocorísticas....

Tratar-se-á de significados que por impressionarem fortemente a imaginação levam à criação e recriação vocabulares, pelo que estão representados por um número muito elevado de significantes.

. recriação imagístico-metonímica: o acto pelo paciente: *Tchóta*.

. a partir de onomatopeias: *Brã-brã.Critch. Pega-saia.Txuftí. Tchuputi*.

3. A partir de formas em Línguas africanas

Relembro, aqui, alguns dos fenómenos de sobrevivência e de importação de proveniência vária (mas de que só alguma consegui determinar) e que analiso no

¹⁴⁸ Assim como os dados da sociolinguística apoiada pelos dados da história – com os sucessivos povoamentos inclusive de colonos europeus (estes, participando daquele grande movimento que os levou também para outras paragens, daqueles que deixaram a sua aldeia por “uma côdea e um tostão”-como refere o artigo “Os brasileiros” - sobre a imigração, em Portugal, da nova classe média profissional liberal competente e concorrente - por Vasco Pulido Valente in O Independente, de 12/2/93).

subcapítulo 2.2, *supra*: as importações nas várias línguas africanas, como o mandinga, o quimbundo, outras línguas dos grupos bantu¹⁴⁹ e o fula.

4. A partir de estrangeirismos.

Recordo, aqui, alguns dos fenómenos de importação que analiso no subcapítulo 2.2, *supra*: anglicismos, francesismos, italianismos, entrados na língua em decorrência de fenómenos vários, como as dinâmicas da sociedade mundializada que os descobrimentos inauguraram, e ainda na sua transversalidade com as migrações intra, inter e extra arquipélago – nos sucessivos fluxos conduzindo a novas adaptações, a novas redefinições identitárias, e que de certo foram moldando e moldando-se na língua¹⁵⁰.

Conclui-se, pois, que a LCV opera e realiza-se ao longo do tempo e da sua evolução - de certo modo os *Trabalhos e os Dias* (de Hesíodo a Baltasar Lopes) no seu sentido mais profundo de elaboração quotidiana, continuada, adaptada às circunstâncias mas também com a margem de liberdade necessária ao seu florescimento – e mediante procedimentos, aqui, restringindo-nos à componente semântica, que revelam a arte e o labor da língua.

¹⁴⁹ Segundo um estudioso da Linguística Africana, o angolano Dr. N'Tondo, do INDE, o etnónimo quer substantivo quer adjectivo, deve ser usado na sua forma indeterminada quanto ao género e ao número (Seminário IILP, Lisboa, 5 a 8/6/2001.)

¹⁵⁰ Mais extensamente tratados nos Capítulos iniciais: “Dados da Antropologia” e “Dados da História”

2.2.1. Descrição dos Vários Crioulos

Será apresentada uma descrição das características da fonética, morfologia, sintaxe, da LCV – remetendo sempre que pertinente para as realizações que, se afastam de uma ou de outra das variantes, e em especial das que foram seleccionadas por se afigurarem como tendo características mais específicas de entre o conjunto da LCV, considerada nas suas diatópias. São elas, as variantes de Santiago (ST) e Fogo (Fg) – STV—e de Santo Antão (S.A) São Vicente (SV), São Nicolau (SN) e Boavista (BV) -- BLV . Mais adiante, no Capítulo 3.2. “Crioulo ou Caboverdiano e Questões de Ensino”, será discutido o problema a um tempo terminológico e metodológico que o título suscita.

Em primeiro lugar, destaca-se o sistema verbal que apresenta uma combinação de tempo, modo e aspecto, a qual, e numa perspectiva de análise contrastiva em relação à LP, revela características muito próprias:

Assim, a LCV, nas suas diferentes variantes, caracteriza-se pela selecção, que fez ao longo do tempo (e ultrapassando o período inicial da sua formação), de elementos verbais, de base portuguesa, para criar um novo sistema verbal. Novo, talvez que tanto pelo trabalho elaborado sobre formas verbais das línguas africanas de substrato (algumas línguas africanas -- sabemos-lo da leitura de Storig, op.cit. bem como pela consulta a falantes dessas línguas, dos grupos oeste-africano e do bantu – realizam-se com a justaposição de formas afixais, o que as aproxima das línguas aglutinantes e as afasta das de tipologia flexiva) quanto sob o impulso de forças novas – algumas, de ordem psicossocial, como as novas necessidades de reajustamento a um novo meio, e já discutidas no Capítulo “A Redefinição Identitária” e “Os Marcos (Dados da História”. – e que nem as mais recentes descobertas na pesquisa do português oral, nos seus vários registos (e nas suas inerentes funcionalidades) parece desmentir.

(Abro, aqui, um longo parêntesis para salientar que se trata de uma referência feita de uma forma genérica, decorrente do facto de que a minha formação nesta área deve tanto à prática reflectida -- que me leva a sistematizar no Anexo M, as informações sobre as realizações da conjugação perifrástica, no português europeu, e que ainda, tanto quanto sei, não foram objecto de estudo sistemático – quanto ao facto de, ao longo de anos de ensino de línguas, ter tido de processar informação vária e em vários contextos. Contudo, tenho bem presente a ideia de que o português falado tem realizado potencialidades linguísticas ainda não tratadas a nível da gramática e dicionários. Cenário de escassez, não obstante os estudos iniciados desde as primeiras recolhas do Português Fundamental, sob orientação do Prof. Malaca Casteleiro, e antes, pelos trabalhos de investigação lexicológica, com orientação dialectológica, do Prof. Lindley Cintra --cf. V. Bibliografia --, assim como os estudos realizados no Brasil, desde finais dos anos 70, e o seu reconhecimento por Portugal, e de que a elaboração a duas mãos -- a primeira versão, de 1979 e com refundições sucessivas -- do *Dicionário do Português Contemporâneo*, por Cintra e Cunha, é paradigma.)

De facto, as formas verbais pelas quais se exprimem as várias noções relacionadas com o tempo (no seu devir e fluxo, ou nas várias possibilidades de exprimir tanto a mudança, como a permanência, a estática ou a dinâmica), têm na LCV uma estrutura comum, e que é orientada em torno do eixo constituído pelos **marcadores** – noção utilizada, se não erro, pela primeira vez, e aplicada especificamente à LCV por Lang (1993), e ainda diferente da de “marcadores sociais” (conceito também presente neste meu trabalho, e tornado pertinente pelo diálogo também com a sociolinguística). Estes são elementos ou partículas que dependem da sua articulação ao sistema de que participam. Assim, a partícula “ta” – distinta, como se verá, da forma verbal plena “ta”, que também se realiza *sta* /xtá/, em BLV e *sa* /sa/, *sa* /sa/ em STV -- surge em posição enclítica, podendo coexistir com a forma verbal plena *No ta ta ba, bai/ No staba ta ba, bai*. (Note-se a homonímia, que em BLV pode ainda ter algumas variações, as quais

dependem do contexto fonológico, por exemplo, as assimilações face à forma tónica mais próxima e ou de que depende).

Portanto, as formas podem actualizar-se diferentemente em cada um dos grupos “tradicionais”—BLV e STV— embora seja possível, como propõe Veiga 1995 e 1999, que sejam tão-só a manifestação à superfície de uma mesma estrutura subjacente.

Assim, para realizar a expressão de tempo – nas suas várias significações possíveis (cf. Anexo M) que incluem, entre outras: 1. a informação a) sobre o momento decorrido entre o facto e a sua enunciação, b) sobre a sua realização passada, presente e futura c) sobre a sua natureza referencial; 2. a sua função no processo comunicativo a) informar b) persuadir c) manter contacto d) exprimir emoção (várias possibilidades) -- o falante STV e o falante BLV seleccionam (na terminologia usada por Barbosa 1994), os elementos – participando do sistema verbal, definido como um sistema TMA, de tempo, modo e, sobretudo, aspecto --uma mesma estrutura sintáctica e fonológica de base (profunda), cujas formas se realizam na sua diatopia (não obstante, além disso, que outros pontos da escala dos diassistemas possam ser considerados).

Prossigamos a análise, com um longo (três páginas e sete parágrafos) e necessário estudo acerca do acento:

No sistema morfossintáctico, encontramos algumas características que decorrem da articulação de componentes diferentes da gramática. É assim, designadamente, com as categorias gramaticais. Com efeito, estas destacam-se por em ST (e, pelas razões que enuncio a seguir e que se encontram ilustradas no Quadro abaixo, não comprovadamente em STV) terem a possibilidade de intercâmbio (casa: subst. e verbo –em homonímia, que é frequente nesta variante, como comprovam, no Anexo A, as 150 entradas, em que a homonímia se actualiza na LCV, sem que ela exista na LP, contemporânea, nem aparentemente em outras fases da sua evolução, conclusão que fundamento na pesquisa bibliográfica empreendida (e de que se dá conta nas páginas finais do presente volume, em que apresento uma introdução ao dicionário “Anexo A: Um dicionário da LCV”). e em contextos, (estes, entendendo-se no sentido de “lugar ocupado na estrutura gramatical”) em que essa propriedade recursiva da língua não ocorre na variante de BLV.

Vou tentar explicar a razão para essa diferença, baseando-me em dois parâmetros – um, prosódico, o do acento; o outro sintáctico, e, de certo modo, articulando-se com o primeiro.

Assim, começo por referir a característica acentual que distingue BLV de ST (e talvez não de STV, pois algumas pesquisas em curso poderão vir a demonstrar que a acentuação predominante em ST não se estende às outras variantes STV). Com efeito, na variante ST (e tanto quanto permite afirmá-lo a actual realidade sociolinguística, de instabilidade e mudança, provocada por factores de que voltamos a tratar no capítulo III) parece predominar um mesmo acento para as classes nominais e para as classes verbais, distinguindo-se, assim e de forma radical, do sistema acentual de BLV, em que existe um sistema de oposição entre classes nominais e verbais baseado no acento.

A importância do acento, deve ser aqui referida - - antes de prosseguirmos com a análise contrastiva, decorrente da comparação entre diferentes sistemas acentuais, como se observará no quadro a seguir. Autores, nomeadamente Jakobson (*apud* MHMM, 1992), e Sapir (*op.cit.*) referem a importância do acento tónico na formação dos grupos de elementos ou de palavras. Sapir explicita que se trata do “meio mais natural para destacar um contraste linguístico” e que “coloca” os elementos numa relação mútua. É, pois, destacada a importância da análise do acento na análise da componente sintáctica (Sapir, *op.cit.*, p. 132).

Eis o quadro:

Língua	LCV-ST	LCV- BLV	Maio	Fogo	LP	Fr	Ingl	Cr.GBis
----- Classe Gram								
Nominal	2	2	2	4	2	1	5	2
Verbal	2	1	4	4	1*	2	5	1

Quadro I. *Acento predominante, em algumas línguas.*

Legenda: 1. Oxítono (última sílaba); 2. Paroxítono (penúltima sílaba). 3. Não Selecciona; 4. Instável (entre 1, 2 e 3); 5. Selecciona a primeira do radical. * Excepto nas formas infinitivas.¹

. Note-se que este quadro, naquilo que contém de novidade, em relação a estudos anteriores - e no que respeita aos crioulos Fg e M - decorre mais de uma apreciação de dados recolhidos recentemente (e que, ao contrário dos outros, não constam dos Anexos) e que apontam para a coexistência de formas acentuais próprias de STV, de BLV, e de casos encontrados noutras línguas - algumas próximas (do ponto de vista geográfico e, ainda, porque devido ao cruzamento com informação da área da História, estará situada nessa área geográfica e linguística a procedência de alguma parte da população de Cabo Verde, como o mostra o quadro, no Anexo J).

Decorre, pois, do que fica dito no parágrafo acima, e ilustrado pelo quadro e sua explicação, que existe uma articulação entre a componente sintáctica da gramática e um outro elemento que se bem que participando desta, deve ser ainda articulado a factores não só conceptuais mas ainda aos decorrentes da sua condição intrinsecamente ligada à dimensão articulatória e respiratória, ou seja, à fisiologia do discurso, do texto falado, o que nos remete para a esfera histórica da evolução da língua oral. Com efeito, a maior parte das línguas da civilização, ou seja, as (chamemos-lhe assim) “línguas dos livros”, tiveram, antes de serem escritas, uma longa tradição oral. Quando se passa do oral ao escrito, historicamente, dá-se uma ruptura que muitas vezes tem conduzido a modificações nos sistemas de morfologia e de sintaxe das línguas, do inglês do século XV (antes de Shakespeare) ao alemão do século XIX, das línguas germânicas às línguas românicas e ainda desde o grego clássico ao latim. Chegada às línguas actuais e às clássicas, algumas já só antepassadas, feita a partir de estudos aturados da prosódia e de outros parâmetros utilizados na análise filológica clássica e cujas recolhas foram levadas a sério por alguns autores, investigando em áreas que vão da literatura à antropologia e à linguística, como Jakobson (tal como referido em Burgess, op.cit.) e Hjelmslev (como referido em Sapir, op.cit.). E as quais demonstram que a evolução das línguas (neste caso, inferindo e generalizando o que aconteceu, às línguas germânicas —como o inglês -- e, contrastivamente, às românicas—como o francês), no sentido da menor complexificação dos sistemas de morfologia casual e verbal (condição simultânea, na impossibilidade de distinguir se antecedente se consequente, às redefinições da estrutura sintáctica de um dado sistema de língua) está relacionada com a mudança do acento (Storig e Sapir, op.cit.). Em concreto: no caso do francês e do inglês, este, a língua que perdeu mais em flexionação, mudou o acento para a primeira sílaba; e a que ainda mantém uma morfologia de caso e verbo flexionados, o francês, perdeu a sílaba final.

Destacada a importância da articulação entre as componentes sintácticas, prossigamos com a análise, referindo o facto de em ST não existir a obrigatoriedade de aplicação da regra de colocação da preposição (e exemplificados nomeadamente com os contextos de uso, no Anexo E, bem como os *Exemplos* nas entradas do *Dicionário*, no Anexo A). Esta referência torna-se pertinente para continuar a frisar que o sistema sintáctico afecta e é afectado também pelo sistema acentual, o que se for tomado como hipótese de trabalho futuro poderá ajudar na resposta feita *infra* em 2.2.2. “Um crioulo ou vários crioulos”.

Ainda, destaca-se que a análise do sistema linguístico, na sua componente sintáctica – e da necessária articulação com o sistema do acento e, tanto quanto confluem uma e outro com a morfologia – pode abalar as convicções mais tradicionalmente radicadas na dicotomia BLV e STV, pelo menos nas suas fronteiras habituais, que estabelecem um mapa baseado numa geografia física que não também linguística.

No mapa da LCV, a BLV, estão SV, e SN/BV, aqui considerados em conjunto pelas muitas semelhanças entre ambas (e as quais se vão reflectir na (sub)variante salense), nomeadamente na selecção da estrutura morfossintáctica da negação. O Advérbio de Negação, cuja colocação é obrigatoriamente à esquerda do Verbo (incluindo todos os elementos que fazem parte do sistema TMA, considerado no início deste subcapítulo) ou complemento nominal que modifica – *M ca grê. Ca ta tem fumu sin lumi.* -- ou ainda por estratégias diafásicas possivelmente baseadas na prosódia e na intencionalidade expressiva (no sentido funcional que lhe deu Jakobson) : “Ca bo bai”. Ressaltado o facto linguístico da presença do Adv. “ca” em toda a LCV, excepto em S.A (aliás, o sistema linguístico menos estudado do grupo dos aqui referidos), em que é seleccionada a forma negativa “ene” — *Recacdor ene mextê pancada. M ene grê. Ene tem fumu sin lumi* -- e em SV, em que funciona numa situação de complementaridade também possivelmente motivada, nas vindas de referir, estratégias diafásicas, de possível base prosódica e expressiva, como em “*El ene é nôve*”, “*El ene éra nôve*”, em que a primeira forma é obrigatoriamente construída com esta forma diatópica e a segunda apenas opcionalmente. Uma regra, esta de ordem fonológica, e que se manifesta foneticamente, é a realizada quando o segmento seguinte tem simultaneamente as seguintes características: é dental e seguido de vogal, em que este adquire o traço sonoro por assimilação, regressiva: /*ên(e) den fumu sin lumi/*, /*el ên(e) dopá ke ninguên/ lumi/*, /*bo ên(e) dinha dnher?/*, /*no ên(e) di ta finá. / ên(e) den fumu sin lumi/*. Quando se trata de dental, mas seguido de consoante, a assimilação não é obrigatória: /*ên(e) trál/*, a par de /*ên(e) drál/*; /*ên(e) trazê/*, a par de /*ên(e) drezê/*, em que a forma surda surge mais frequentemente.

A tendência assimilatória, presente em toda a LCV, manifesta-se, contudo, com graus diferentes nas diversas variantes. Assim, no crioulo de S.A, existe uma forte tendência assimilatória das vogais (Ex.: *mamá* realiza-se /*mémé/*), *papa* realiza-se /*pépé/*, *Cândido* realiza-se /*kónd(e)/*. Bem mais raros são os fenómenos combinatórios, em que as consoantes sofrem influências contextuais, ou seja, do segmento mais próximo. Contudo, verificamos a possibilidade de isso ocorrer, tanto mais forte quanto mais intensa for a presença da vogal, como no exemplo dois parágrafos acima, em que a consoante surda se sonorizou devido à sua posição junto da vogal.

Um fenómeno consequente ao anterior, e que está inerente aos sistemas linguísticos em que se verificam fenómenos de supressões de sons é a tendência à compensação, ditada por uma estratégia de remediação que repõe o equilíbrio na língua anteriormente submetida a um processo de erosão. Segundo Barbosa (1994, p. 111), a assimilação, ao reduzir o mais possível as diferenças entre os fonemas, constitui “uma força negativa na vida das línguas”. Assim, na LCV, e em S.A, as compensações às frequentes perdas vocálicas (Ex.: /*mnin(e)/*, *sñor/*, /*tr(e)njfrensa/*, /*xkêderód/*, realizadas também em outras variantes BLV), as quais provocam os encontros consonânticos -- típicos de Barlavento, mas realizados de modo mais intenso nesta diatopia -- manifestam-se sobretudo sobre as formas monossilábicas resultantes da apócope no dissílabo. Ao falar em “monossilábicas”, tenho a noção de que foneticamente sê-lo-ão, mas não fonologicamente -- em /*murm/*, “murme”, a presença da vogal final justifica-se na codificação gráfica, mas a transcrição fonética deve dar conta de que se trata de uma única sílaba.

Ainda, referindo aos processos de modificação fonética e que acabam por se repercutir na fonologia, verifique-se o que se passa com a dissimilação na LCV. Comparemos, contrastivamente, o que se passa nas línguas mais estudadas nas quais os linguistas têm notado que a mudança fonética produzida pela assimilação desencadeia historicamente um fenómeno de dissimilação (que foneticamente estará sempre presente, embora possa verificar-se que a ortografia não tenha mudado, como nas línguas de escrita fortemente etimológica). Enquanto a assimilação gera as entradas homónimas (em português, as convergentes a partir de étimos diferentes, (“canto” e “canto”; cujos étimos são diferentes), o fenómeno da dissimilação vem a

acentuar a diferença entre dois fonemas, gerando um grupo bastante extenso e que é o das palavras divergentes (“redonda” e “rotunda”; “mancha” e “mácula”, com um mesmo étimo).

A dissimilação pode, pois ser entendida como uma reacção da língua. Uma estratégia reactiva que pode exercer-se em um de dois sentidos: ou no restabelecer das diferenças indispensáveis ou, então, no acentuar da individualidade dos fonemas. Ambas com uma finalidade comunicativa comum: responder à necessidade de se fazer compreender.

Dado o que fica dito acerca do processo fonético de compensação (três parágrafos acima), compreender-se-á a selecção preferencial operada na LCV: selecção de uma estratégia de compensação e não de uma estratégia reactiva, como a que fica descrita no parágrafo acima, e para o caso de S.A. Prossigamos, nesta demonstração do tipo de selecção operada na LCV, através da descrição das variante SN e BV, e ainda as de STV. Nas variantes SN e BV, as frequentes perdas vocálicas quando se manifestam sobretudo sobre as formas monossilábicas resultantes da apócope no dissílabo, tendem a ser compensadas através de uma regra de inserção de vogal. Assim, para as formas monossilábicas /mtê/ “mtê”, /mtíd/ “mtid”, /bsês/ “besês”, o falante tenderá a produzir, respectivamente, /mitê/ “mtê(?)”, /mitíd/ “mtid(?)”, /busêj/ “busês”. Contudo, note-se, nem sempre isso ocorre: apenas em certas circunstâncias, que são sobretudo sociolinguísticas, mas poderão ser diafásicas – por exemplo, na situação de uso mais formal, ou ainda no canto. (Note-se que, ao contrário do procedimento metodológico adoptado por Cardoso, E. (op. Cit, pp17-18) que ao fazer o estudo sobre SN seleccionou o “falante modelo”, aqui procurou-se ouvir pessoas que representam um universo dos falantes dos diferentes diassistemas. O resultado é que as características por ele apontadas –emprego da oclusiva bilabial, em vez da fricativa labiodental (/baka/ “vaca”; “emprego indiferente de fricativa (pré-)palatal surda ou sonora (/xegá, jegá/”jegá”, /xanela, janéla/“janela”, /ixtante(e), ij-tante, “estante”; conservação das fricativas apicodentais em contexto implosivo (/kasta/“casta”, /fésta/ “festa”); emprego -- têm de ser atenuadas, visto que se verificou que há uma tendência para a atenuação dos fenómenos descritos (bilabialização a par de labiodentalização “bai”, “benvinde”. “valorizá”; oposição entre fricativa pré-palatal surda e sonora (/ixtante/”estante”, /ijdá/“judá”); realização da apicodental como (pré-)palatal em contexto implosivo (/kax-ta, kaj-ta/“casta”, /féxta/ festa”) e que pelo levantamento realizado (contidos nos Anexos A e E) parece poder fazer distinguir entre formas mais estáveis na língua e aquelas que ou são instáveis ou de entrada recente, via fenómenos sociolinguísticos), cuja análise parece ganhar com a utilização -- a par dos métodos propriamente linguísticos (e que requerem que a descrição siga conceitos e procedimentos metodológicos adequados) -- de uma necessária perspectiva sociolinguística de tratamento dos fenómenos da língua em Uso.

2.2.2. Um Crioulo ou Vários Crioulos?

2.2.2.1. Crenças acerca da LCV:

Dois sistemas estão em presença no território nacional: o sistema linguístico STV e o sistema linguístico BLV. Distinguem-se um do outro tanto quanto se distinguem da língua de que se originaram.

Duas variantes se perfilam no panorama linguístico caboverdiano, um crioulo de Sotavento, um crioulo de Barlavento. São apenas variantes de um mesmo sistema.

Existem tantos crioulos quantas as unidades insulares existentes, à evidente excepção da desabitada Santa Luzia. Nove crioulos, portanto.

Que bases sustentam estas crenças?

- Base geográfica:
- Base histórica:
- Base antropológica:
- Base económica:
- Base linguística: as diferenças exclusivamente linguísticas - fonológicas, sintácticas, e em menor grau as semânticas, léxicas e morfológicas.

Detenhamo-nos um pouco nesta última base:

É certo que se notam muitas diferenças entre o crioulo STV e o crioulo BLV, diferenças que em contextos diferentes têm sido tratadas diferentemente: na era colonial, a ênfase não era dada à realidade linguística caboverdiana, daí que se tivesse optado por arrumar essa questão na prateleira dos particularismos de um dialecto do português: ficava implícito que STV e BLV correspondiam a variações de um subsistema.

Podemos dar-nos ao luxo de estar a discutir variantes e subvariantes, sistemas e subsistemas, quando sabemos que cada vez mais a mundialização¹⁵¹ nos conduz a um planeta de língua universal?

2.2.2.2. Monogénese ou poligénese ou...?

Os estudos na área linguística conhecida por “crioulística, cujo desenvolvimento começa na Alemanha do século XIX, quando se procuram as raízes das línguas. Depois das indo-europeias, cujo alcance foi sobretudo a afinação de um método comparativo que iria permitir depois avançar para outras famílias linguísticas, avança-se para as línguas ditas mistas.

¹⁵¹ Embora, não tenhamos dúvidas: a mundialização constitui-se numa nova e inovadora forma de ditadura universal, imposta com patas de cordeiro, pois que proclama o nosso direito à autonomia ao mesmo tempo que põe em prática uma centralização única no planeta EUA utilizando meios pioneiros de que nenhum outro grande império jamais dispôs.

Bloomfield (1933) procurou no desenvolvimento do behaviourismo uma base para a sua teoria linguística, que partia de estudos de línguas em contacto, e desenvolveu a gramática em constituintes imediatos.

Bickerton (1996), que procura as ligações evolucionistas a partir das línguas de contacto – a pidginização – e a chamada *ape-talk, 2-word language of child*, a língua básica da criança, viu um avanço com as recentes descobertas da paleontografia. Uma língua primitiva que um dia há centenas de milhares de anos foi oferecida ao *homo erectus*, e que constituiu então um novo nicho ecológico, a partir do qual se construíram todas as línguas actuais.

Chomsky (1991) faz notar que é apenas a ideologia, e não critérios científico-linguísticos, a ditar as diferentes denominações dadas às línguas. O que é um dialecto, pode na verdade ser uma língua e a classificação vigente tem motivações puramente ideológicas e políticas. O seu objectivo: dominar espaços numa estratégia de homogeneização de mercados.

Três momentos: no percurso da ciência linguística deste Século.

Mas nenhum, por si só, consegue explicar tudo na imensidade da linguística. Chomsky ao delinear os universais da gramática, abriu caminho à discussão entre as teses monogenética, poligenética.

Isso é esquecer as condições que Saussure descobriu: a língua nasce num reduto social que o protege e permite o seu desenvolvimento. Um reduto *sui generis* na medida em que está aberto a influências exteriores, pois quanto mais contactos há mais possibilidades tem essa língua de encontrar novos referenciais e assim desenvolver-se. Falar-se pois, hoje, em crioulo no sentido absoluto que teve durante séculos, de subproduto, de uma língua que preenche algumas situações de comunicação mas não todas, e nem sequer as de mais prestígio social – constitui uma atitude cega. Pelo menos no que diz respeito à língua caboverdiana. Que tem várias faces, como toda a realidade complexa. E que procura a sua unidade, feita da soma de todas as suas partes, independentemente da lógica fria dos números – o absurdo que é, para o linguista, saber quantos falantes tem a variante A, B ou C, e que numa perspectiva interdisciplinar também o é porque desligada da dimensão profunda do falante enquanto ser individual e social total.

Uma terceira via, constituindo um compromisso, na medida em que tem em conta as condições actuais que enquadram o surgimento e evolução de uma língua.

III. A SOCIEDADE E A LÍNGUA

3.1. A Língua e a Afirmação da Caboverdianidade

A negação da “periferia linguística” tem sido uma constante nas sociedades altamente organizadas, em que o estado tem um papel centralizador, nomeadamente na imposição da homogeneidade linguística¹⁵².

Uma comunidade em que o factor língua é uma *variável*, ou seja, tem a função de adaptar o discurso aos dados da situação imediata (p.ex. a mudança de referente implicando a mudança de código¹⁵³), eis a situação que se vive linguisticamente em Cabo Verde. Estamos numa situação de bilinguismo que é

. Bilinguismo	Pessoal
	Social

Negação da periferia linguística, imposição centralizadora do Estado. Comunidade em que a língua é uma variável. Vemos, ainda, que a própria questão do interesse científico pode estar eivado de orientação ideológica. A questão candente na sociedade americana – aqui considerada no que ela tem produzido de interessante no domínio das novas formações sociais e do modo como estas surgem enquadradas numa linha que vai da inclusão à exclusão e do modo como estas duas noções extremas são multiplicadas até constituírem uma variedade que é, pretensamente, a metonímia da democraticidade da civilização americana. Nenhum emigrante nesse país, sobretudo se se tratar de um “não anglo-saxónico”, ficará indiferente à existência de categorias específicas deste país, e nas quais terá de procurar encaixar. Por exemplo, o caboverdiano de tez mais clara muitas vezes terá optado ou por preencher a quadrícula destinada ao “latino” ou a de “outro”. Muitas vezes perante a perplexidade do funcionário americano bem “conscientizado” das diferentes taxonomias, cuja organizada criação é causa e efeito do “discurso da etnicidade”¹⁵⁴, o qual começa por surgir enquadrado na história recente da categoria “negro”¹⁵⁵. Perante a progressiva diversidade deste que já foi designado “o mais interessante caso de coexistência de raças”¹⁵⁶, o “Inglês”, mayfloweriano e sucessor contemporâneo, enquanto “etnia” dominante no passado viu-se “hegemonicamente,

¹⁵² Ocorreu com o grande poeta inglês Hardy que, na biografia escrita por outro..., negou a verdade: que em casa de sua mãe se falava o “dialecto de Dorset” (Gittings, Robert, 1978. *The Older Henry*, p. 250. Penguin, Londres 1980.)

¹⁵³ 55% dos inquiridos: cf. Anexo O.

¹⁵⁴ Mađan Sarup, *op.cit.*

¹⁵⁵ Id., *ibidem*: “No final dos anos 60 a 70, o termo “negro” começou a ser usado como categoria classificadora duma política de resistência. Utilizava-se entre grupos e comunidades que, na verdade, tinham histórias, tradições e identidades étnicas muito diferentes. O termo “negro” era usado para unir povos vindos de África, da Índia e das Caraíbas. Isto chamou a atenção para a marginalização da experiência negra, mas esta categoria tinha um efeito negativo - os negros eram estereotipados e a sua experiência era simplificada”.

¹⁵⁶ A lembrar o “dôme” iluminista, a um tempo palácio e bazar, tal como evocado por Carlos Jacques, *op.cit.*

marginalizando todas as outras etnias”¹⁵⁷. Marginalização que decorre da presença, necessária, é certo, do Outro. Presença, ainda, sentida enquanto ameaça à integridade. E que implica a criação de uma nova realidade. Da inclusão que implica a exclusão. Vemos então que o Bilinguismo e a Mestiçagem são duas realidades que têm andado a par uma da outra. Institucionalizando o terceiro excluído e o terceiro incluído¹⁵⁸.

Sociedade bilingue?

Bilinguismo e dependência: causas históricas, causas conjunturais

Se vimos a capacidade de resistência da comunidade perante formas claras de dominação (ver cap. 1.1), não tem sido menos verdade que, aqui como em outras paragens, tem sido difícil a resistência perante formas organizadas de penetração visando a dominação de determinadas estruturas económicas. É assim que pode ser entendida a ocorrência verificada na segunda metade do século XIX, quando o Banco Nacional Ultramarino se estabelece no território¹⁵⁹: os proprietários latifundiários de Santiago paulatinamente se deixam enredar nas teias dos empréstimos usurários e, em poucos anos, as propriedades vão mudando de mãos. Mas a usura também se estabeleceu sob formas adaptadas às estruturas minifundiárias, designadamente em Santo Antão, onde a tradição oral e a memória de pessoas que testemunharam os factos, falam de empréstimos concedidos por recém-chegados que a pouco e pouco se foram apoderando das terras, pedaço a pedaço¹⁶⁰.

“É indubitável que CV é um país bilingue”. Quantas vezes esta afirmação declinada em várias formas não tem sido produzida pelas mais diversas pessoas?

O que é ser bilingue? Consiste em, como propunha Bloomfield, “falar duas línguas como aqueles que a têm por língua materna”? Ou, segundo Haugen, “a aptidão para produzir, na outra língua, enunciados bem formados portadores de significação”¹⁶¹?

Ser bilingue constitui uma virtude ou uma excrescência? Durante muito tempo considerou-se uma vantagem ser unilingue, porque a comunidade

¹⁵⁷ Madan Sarup, op. cit.

¹⁵⁸ Uma noção que vem da área das ciências pedagógicas, formulada por Michel Searle, na sequência dos trabalhos de Charles Searle de reelaboração dos métodos de ensino no sentido de se encontrar a confluência entre duas vias para que a ciência seja simultaneamente método pedagógico e de investigação.

¹⁵⁹ Decreto Régio nº 169, de 4/X/1865.

¹⁶⁰ Na Ribeira Grande, terrenos agrícolas de regadio, os mais valiosos, vendidos por um décimo do valor real, porque os pequenos proprietários não estavam preparados para as novas relações que se aproximavam, no quadro de uma economia baseada em valores tangíveis, e foram apanhados pelo dinheiro fácil oferecido por agiotas recém-chegados. No Monte Trigo, a viúva com filhos pequenos que vendeu aos maiores empresários – impulsionadores das carreiras marítimas entre a ilha e a sua vizinha S. Vicente – toda a extensão agrícola, que se tornaria lendária, pelo preço de uma passagem para os EUA.

¹⁶¹ Citados em Garmadi, op.cit. cap.III.

unilingue implicava de maneira evidente a pertença a uma identidade nacional, e a esta noção vinha necessariamente colada a noção de norma. Decorria daí que a comunidade não-unilingue surgisse como um desvio à norma, uma anomalia, e justamente colocada às margens da boa sociedade, aquela que era a sociedade vigente. Mais adiante, ao considerar-se a situação linguística a nível mundial verificou-se que era muito frequente a existência de comunidades com uma, duas e mais línguas. Um linguista chegou a afirmar que a norma era precisamente o bilinguismo e o plurilinguismo!¹⁶². Daí que tenha surgido a necessidade de uma terminologia dando conta das variedades susceptíveis de serem faladas numa única comunidade nacional.

Em Cabo Verde, a coexistência implica funcionalidades diferentes para as línguas em presença – e às quais os utentes aderem sem muitas objecções. Nas esferas oficiais- escola, administração, imprensa e outros *mass-media* - fala-se português; na esfera oficiosa, fala-se Crioulo, aliás a vida quotidiana decorre em crioulo. Convém todavia notar que uma estratificação social de que o bilinguismo é a face mais visível está também presente no interior do próprio Crioulo: duas pessoas em contextos diferentes não falam o crioulo da mesma maneira. À distinção já notada por BL., D.A., entre “crioulo fundo” e “crioulo leve” corresponde hoje uma verdadeira estratificação em registos de língua¹⁶³ - Crioulo de escolarizados versus Crioulo de não-escolarizados. Estratificação manifesta em vários níveis - no léxico, na fonologia, na sintaxe. É assim que um indivíduo escolarizado revelará na LCV influências da LP enquanto o não escolarizado estará obviamente mais distante destas influências. Naquele, a fonologia revelará fenómenos de aproximação à LP, que se podem manifestar em: descrioulização¹⁶⁴ parcial, nomeadamente na atribuição de género, número, a categorias lexicais que a tinham “perdido”, e que no limite resultarão em fenómenos de hiper correcção. Uma contribuição positiva poderá ser a que permite a coexistência de duas formas com realizações diferentes na estrutura superficial mas iguais na estrutura profunda.

¹⁶² Gumperz, John J., op.cit.

¹⁶³ Cf. Adragão, JV, e Reis, Carlos, op. cit. : “Todos sabemos que há uma “língua da escola”, uma variedade que serve de padrão. A determinação dessa variedade torna-se mais evidente quando se ensinam línguas estrangeiras, em que se tem em menor consideração as variantes regionais, sociais ou outras e se leva os alunos a falar e escrever de acordo com um modelo mais ou menos neutro a que se chama “o inglês”, “o francês”, etc. em relação à língua materna, algumas oscilações são permitidas e é possível ouvirem-se “portugueses” diferentes numa aula dada no Funchal, em Beja ou em Viana, por professores recém-formados ou à beira da reforma, num colégio caro ou num bairro degradado. Ainda assim, há uma norma que funciona.... como ponto de referência(...)Que norma? A definição linguística de norma é a de “média de falas”... língua, que provavelmente ninguém fala como língua materna, que se ensina na escola.” “(Trata-se de uma) variante... detentora de mais prestígio a nível nacional...que para muitos alunos .. é quase uma língua estrangeira.” p. 60.

¹⁶⁴ Fenómeno que tem sido apontado como inevitável quando a língua B convive com a língua A, além disso sua lexificadora. A língua lexificadora continua a exercer uma influência, até pressão, cujo desfecho é a descrioulização.

3.2. Língua Caboverdiana, Caboverdiano, ou Crioulo ?

Língua, Variedade intralinguística e Variedade interlinguística, Variante (geográfica), Dialecto (diatópico e /ou geográfico) são noções que figuram em qualquer dicionário de termos linguísticos. Como qualquer taxonomia, visam facilitar a descrição de um delimitado campo científico. Afirmção produzida, temos de nos deter para fazer uma pergunta de encruzilhada:

Constitui a linguística uma ciência exacta?

É certo que em muitos momentos da sua história a linguística se viu tentada a seguir pela via das ciências exactas, tentação que muitas vezes frutificou permitindo atingir domínios que, de outro modo, a limitação da abordagem não teria permitido.

De igual modo que os avanços metodológicos na linguística foram imediatamente utilizados por outras ciências sociais, a linguística tem-se sabido aproveitar de instrumentos de outras áreas das ciências sociais. Paradigmático, é o caso da utilização dos métodos quantitativos no estudo da co-variação¹⁶⁵.

LCV: contextos de Uso:

Em termos numéricos, a língua caboverdiana, com a designação genérica de crioulo, foi sempre a língua dominante em Cabo verde. Empregue em todos os níveis da comunicação entre os membros da comunidade, desde a mais formal à mais informal. Brancos e pretos comunicavam-se numa língua que já era uma língua nova, e que constitui a origem da actual “língua caboverdiana”. Uma língua nova, foi a opção que se foi obrigado a seguir. Com efeito, desde os primórdios um princípio de economia linguística vinha obrigando a que se seleccionasse os elementos, que integrados num sistema, constituiriam o código comum da comunidade que emergia e que era constituída por povos de línguas maternas diferentes. Um código linguístico urgia. E ditou a criação de um novo instrumento, primeiro, de comunicação, a partir do que já existia – um léxico, que é o do português das várias

¹⁶⁵ A análise quantitativa baseia-se no princípio de que o exame de padrões de vários casos abre caminho à compreensão dos padrões e relacionamentos básicos. Dado que a focalização num único caso ou num pequeno número de casos pode dar uma imagem muito distorcida da realidade em estudo, deve-se partir da observação de um grande número de casos. Só assim se pode extrair a média das peculiaridades dos casos individuais e construir um retrato da vida social. Deste modo depurado, criteriosamente, dos fenómenos específicos de um caso ou de um pequeno grupo de casos, na amostragem considerada permanece apenas o padrão geral.

Os investigadores quantitativos constroem, assim, imagens da vida social demonstrando a co-variação entre duas ou mais características ou atributos (variáveis) através de vários casos.

contemporaneidades- - e, sobretudo, da reestruturação da gramática e do “texto”.

Uma obrigatoriedade de comunicação, a que se seguiria, em cada uma das fases de redefinição identitária, que os novos dinamismos de migração traziam consigo, uma necessidade de exprimir os vários usos – e que são quase ilimitados – da língua.

Uma obrigatoriedade de comunicação, uma função primeira, que a par de todos os outros usos da língua -- que se foram elaborando e puderam ser integrados naquela função primeira - - iriam formar uma língua nova, crítica, pujante e de que o levantamento constitui tão-só uma amostra que remete para as outras dimensões, que são parte da totalidade expressa, entre outras funções, pela língua, nos limites da sua liberdade.

A liberdade, também gerada pela ausência de factores institucionais surgidos de fora da comunidade de falantes.

De facto, só a instituição oficial colonial viria a modificar a situação. Designadamente, com a oficialização e expansão do ensino, verificada a partir do século XIX (nomeadamente com a fundação do seminário-liceu e as instituições que se lhe seguiram, vide *supra*). A par, surgem primeiro, os estudos como os de Chelmsicki e de Sena Barcelos, que acentuando a descrição sociolinguística, viriam, talvez que sem que os seus autores o pretendessem, alicerçar os fundamentos da proscrição do crioulo que se seguiu. Ainda, surgem os decretos-leis, primeiro, actuando sobre as estruturas económicas e que retirando o poder aos latifundiários (como o decreto régio *infra* referido (p. 77-8), criam as bases para a reformulação societária. Depois, seguem-se os decretos proibindo o uso do crioulo - de que constitui paradigma o decreto que proíbe o uso do crioulo, com sanções, que não seriam nada leves, e à imagem das medidas brasileiras *supra* referidas. Com efeito, esse Decreto-Lei (nº 29, de 22/7/1939, sobre a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa¹⁶⁶) surge, quase um século depois de se terem encetado as primeiras tentativas de reactivação da presença portuguesa no território—e agora estendendo o seu domínio a um sector social que antes tinha sido deixado na sua “liberdade linguística”.

A institucionalização oficial, depois de um longo período de esquecimento da potência colonial em relação à sua colónia, vem impor um estigma de subalternidade à língua materna da maior parte dos caboverdianos¹⁶⁷.

¹⁶⁶ publicadas nos Boletins Oficiais da Colecção de Cabo Verde no ano de 1939. BNL

¹⁶⁷ Testemunhos acerca do convívio das duas línguas na década de 50 demonstram que a institucionalização levava a uma espécie de mútua incompreensão entre línguas próximas — e que foi documentado por Jakobson quando estudou os grupos linguísticos da Europa Central, coabitando no espaço multicultural (e multilinguístico) da Europa Central, designadamente Hungria e Jugoslávia.

Funcionalmente, contudo, a língua materna continuará a desempenhar o papel que sempre foi o seu, embora, reitere-se, em posição de minorização quanto ao prestígio, entendido como um “localismo fechado”¹⁶⁸, que satisfaz necessidades culturais, que se limitam a um grupo linguístico homogéneo (e não obstante toda a boa aceitação de que parecia disfrutar, até já fora do espaço insular, na metrópole portuguesa, um produto como a música cantada em crioulo.) .

A língua portuguesa é, em geral, apenas actualizada em ocasiões formais, oficiais. No pós-independência, e até à presente data, as excepções passaram a ser a predicação religiosa – parece que exclusivamente a católica – abrindo um largo espaço de bilinguismo nos encontros rituais com os seus fiéis.

Além do uso quotidiano, nos assuntos domésticos, pois a vida decorre em crioulo – nas actividades profissionais tradicionais e naquelas que a modernização vai trazendo, a língua caboverdiana continua a ter o seu grande rincão que é a música. Para muitos, a maioria, não há possibilidade de se exprimir em música que não com letras em língua materna. Outros registos de uso semi-predizível incluem as adivinhas, as histórias, os *contá-partida*, os provérbios, e outros campos não-específicos do discurso.

Vemos, pois, que os Usos da Língua estão condicionados a situações criteriosamente ponderadas pelos falantes em situação de **bilinguismo institucionalizado**¹⁶⁹:

Assim, as situações em que utiliza a língua portuguesa constituem, na maior parte das vezes - mais de 90%, situações de formalidade – escola, trabalho, relações institucionais¹⁷⁰. Apenas uma minoria, aliás, está em condições de utilizar uma grande extensão de variedades em ambas as línguas em presença.

Fica, assim, bem determinada a apreciação que o utente tem da língua segunda, que só é usada em situações formais – 94% referem esse uso¹⁷¹. Temos, assim, configurada a língua B das situações diglósicas: cada uma

¹⁶⁸ Na designação que Paul Wald (op.cit., p. 241) dá (neste seu estudo sobre o contacto de línguas na África francófona, com alguma penetração ainda na anglófona) sobre a posição relativa das línguas nacionais (nativas).

¹⁶⁹ Sublinhado meu. A expressão pretende dar conta da realidade sociolinguística: a política de língua tem apontado para a oficialização das duas línguas, portanto numa paridade assumida (Cf. o DL, publicado no B. O., de 31/12/98). Contudo, medidas concretas ainda não se manifestaram.

¹⁷⁰ 90% dos inquiridos, que referiram usar o português frequentemente: cf. Anexo E.

¹⁷¹ Cf. Anexo E, em que 33 dos 35 inquiridos (94%) referem que usam a língua oficial no trabalho ou escola, quando vão às administrações e repartições oficiais. A prática tem demonstrado contudo, que muitas vezes esse uso pode ser ainda permutado como o uso da língua materna – o que, confrontado com os resultados obtidos com o inquérito, demonstra que anem sempre se terá consciência dessa permuta (que assume a configuração de um “switch-code”) .

adequada a um determinado uso¹⁷². Como se, de facto, se tratasse de uma configuração de variação diastrática, tal como a descrita por Labov, em que a audiência modela a utilização que o falante faz de entre as diversas possibilidades de Uso.¹⁷³

Para os escolarizados, se bem que de posse de duas línguas, verifica-se muitas vezes a permuta entre a língua caboverdiana e a língua portuguesa.¹⁷⁴ Se precisar de mudar de código, fá-lo-á. Note-se, por exemplo, a progressiva, e nos meios urbanos quase que total, perda de formas de tratamento formais, em língua caboverdiana, entre a camada mais jovem da população, aliás maioritária. Neste caso, a preferência vai para as formas em língua portuguesa. Fenómeno que constitui um indicador, pois se verifica entre as várias gerações e com graus diferentes de escolarização. Ou seja, a utilização das formas de tratamento tradicionais passa a constituir um marcador social, remetendo para o ruralismo. Em consequência, uma boa reserva de expressividade se vai perdendo, porque se altera esta forma de contacto social. Um cidadão da geração mais jovem, mais potencialmente do que qualquer outro um falante bilingue, quando se confronta com a necessidade de utilizar um registo desconhecido recorre ao empréstimo – vai á fonte da língua portuguesa e introduz-lhe o tratamento fonológico, morfológico e sintáctico adequados para o transformar numa expressão em língua caboverdiana.

A utilização progressiva que vem sendo feita da língua caboverdiana no *discurso* oficial, pode ter mais que uma leitura. Para já, e se colocada a par da implantação a *título experimental* do alfabeto para a escrita da língua materna, configura-se como uma posição ambígua a requerer um estudo mais aprofundado para se compreender melhor a extensão deste “uso da linguagem”.

A expressão da LCV na emissão radiofónica só aparentemente ganhou um novo rosto linguístico. Se é verdade que surge uma emissora em que se fala unicamente “crioulo”, não deixa de ser verdade que o conteúdo continua a ser aquele que é tradicional: em crioulo, a expressão “mais” da cultura – o que em Cabo Verde significa... música. Os locutores BLV tiveram de adaptar-se à variante STV. E em Barlavento, apenas em casos raros os locutores recorrem à LCV, e muitas vezes se assiste a uma troca entre as duas línguas: o locutor fala em português – porque é a língua oficial, e o ouvinte radiofónico counca com ele em crioulo.

Na televisão, o mesmo. A par dos programas dedicados aos pescadores, às mães e aos agricultores, os quais são, como na rádio, em língua caboverdiana.

¹⁷² O basilecto em contraposição ao acrolecto, no contínuo crioulo. Ou a H(igh)-variety face

¹⁷³ Cf. os trabalhos publicados em 2000 (cf. V. Bibliografia), e em particular 200c, em que este linguista, de orientação sociolinguística e desenvolvendo estudos dialectais, descreve o “langage style as audience design”, portanto com uma caracterização mais diafásica que aquela que me parece ser demonstrável nos Usos aqui considerados para a LCV. Não obstante esta ressalva, parece-me que o modelo é adaptável, e daí a presente citação/recensão.

¹⁷⁴ Cf. Testemunhos no Anexo E.

E muitas vezes, no debate animado de um tema, começa-se em língua portuguesa e acaba-se em língua caboverdiana, tanto no estúdio como por participação da audiência instalada no seu lar.

3. 3.1. Importância dos vários crioulos nas manifestações culturais

3.3.1. Na “literatura” popular

Um grande acervo. Que continua por recolher segundo métodos linguístico-literários com a necessária adequação da instrumentalização à especificidade do oral, antes que seja tarde.

Os contos da tradição popular, e que até há pouco tempo, e ainda mas cada vez menos, na ambiência rural, reuniam um grupo para escutar o mais dotado de entre eles, a contar “estória-estória” que falava de uma particular mundividência, traçada pelas palavras e por toda a comunicação não-linguística, uma e outra dando forma a mundos tão próximos e tão longínquos.

O mito recriado, adaptado à especial geomorfologia de cada ilha. E uma recolha sistemática dará conta do quanto cada mito formador foi amoldado de acordo com a natureza que rodeava os participantes na grande festa de encontro.

3.3.2. Na música

3.3.2.1. Expressão da alma colectiva?

Cada povo tem a sua vocação cultural, expressando-a numa forma de arte. Isto acreditou-o André Gide, secundado por Baltasar Lopes que, em artigo jornalístico¹⁷⁵, assinala a especial inclinação que sente todo o caboverdiano pela música. Assim parece ser. Antes da massificação musical que surge sob o labelo da indústria discográfica de carácter multinacional, e independentemente da estratificação social, não existirá nenhum caboverdiano que seja insensível à expressão musical, actualizada sob qualquer das formas musicais.

A prová-lo:

a) os elementos que decorrem da observação directa, exercitada através de um longo espaço de tempo, e a que se aplica (tendo em vista a sua confirmação/infirmiação) a metodologia da investigação com tratamento estatístico. Assim, num universo seleccionado, verifica-se que seis em cada dez dos inquiridos preferem de entre amplo leque de figuras marcantes da contemporaneidade, um artista musical nacional¹⁷⁶. Poderá vir a ser apontada a limitada representatividade

¹⁷⁵ Revista Ponto-e-vírgula.

¹⁷⁶ Dum universo constituído por 78 alunos preparando-se para o ingresso no Ensino Superior, - 12 dos quais pertencendo à faixa etária dos menos jovens, ou seja, 15% (III+IV +V) contra 85% nos mais jovens (até 24 anos) - a quem foi pedida uma composição sobre “uma personalidade à sua escolha, que, na sua opinião se tenha destacado/se destaque numa qualquer área ou domínio da actividade humana”, obtiveram-se os seguintes resultados: 47,4% (37) seleccionam uma figura ligada à música nacional (total de 38 (48,7%) para a música), contra 30,8% (24) preferindo um político nacional (o total para a política: 30= 38,4%) - 58,3% no poder (ou seja, 18% do total) e 41,7% figura histórica no activo/visível, ou não (ou seja, 12,8% do total); 3 (3,9%) elegem uma figura nacional ligada à pintura e 1 à linguística (1,3%). Das 78 votações, 65 (83,3%) dizem respeito a figuras nacionais, contra 13 (16,6%) que são figuras internacionais - sendo 4 (5,2%) lusófonos, 4(5,2%) outros africanos, e 4(5,2%) europeus e 1(1,3%) afro-americano. Ainda, das 78 votações,

desta amostra. Mas a sua conjugação com os elementos em b) permite optar pela pertinência da sua inclusão neste espaço.

b) os elementos lexicais recolhidos - estes, também, a provocarem uma abordagem através de métodos quantitativos, mas que neste estudo não foi levada a cabo (dada a dimensão de tempo e recursos requeridos, e por isso incomportáveis e adiáveis). Por isso, é de apontar, para já, a dimensão intra-subjectiva e inter-subjectiva que estão presentes na sua interpretação - a qual é tanto mais comprovável quanto resulta de uma actividade de pensamento racionalizado, que procurou domar=compreender a primeira reacção, emotiva portanto. E o que é isto senão o percurso da ciência - quando esta se liberta de taxonomias que, ao delimitar a exactidão (porque é "objectiva") da ciência A, contra a inexactidão (porque é "subjectiva") da ciência B, conduzem pela estreita vereda do mundo espartilhado pela especialização na folha e que não vê a ecologia da floresta?

Da recolha lexical, destaquemos aqueles lexemas susceptíveis de aceitarem uma abordagem centrada na dimensão psicossocial dos indivíduos integrados numa determinada sociedade. Lexemas profundamente sedimentados e prontos a serem actualizados, numa actividade em que se convoca a memória afectiva.

"Trá cantiga" é um desses lexemas, activado em qualquer situação que convoque seja a necessidade expressiva seja a necessidade apelativo-interactiva de cada indivíduo. O uso, no seu sentido linguístico, definido a partir de modalidades e funcionalidades variadas, estas recobrando áreas lúdicas, persuasivas, satíricas, ou moralizantes. Aquelas, actualizando-se através de "trá um coladera", "cantá um coladera", "cantá um morna", a primeira denotando uma criação original, as outras a selecção de entre um repertório existente¹⁷⁷.

3.3.2.1.2. Eugénio Tavares

Num país em processo de construção da sua identidade a utilização da língua materna, e nacional, tem-se revelado de uma importância que não pode ser ignorada. Em Cabo Verde, Eugénio Tavares, no final do século XIX, inícios do 20º, não está fora das preocupações que têm agitado o panorama das nações e a sua relação com a língua nacional. Vários desses momentos cruciais na história cultural e total da Europa Ocidental aconteceram ao longo do século XIX. Terão sido influenciados pelo movimento que revolucionava a Europa? Terá, aqui, o movimento romântico, exercido alguma influência em Eugénio Tavares¹⁷⁸? Um dos traços característicos deste movimento nascido na Alemanha (se bem que o rousseaunismo, anterior a Goethe, seja um dos seus antecessores. E não é por acaso que a consolidação do movimento se tenha dado numa Alemanha em processo de construção da sua

apenas 2 (2,6%) recaem sobre o desporto de massas - escolha de um futebolista internacional. Mais dados: Cf. Anexo O.

¹⁷⁷ Veja-se algumas das *coladeras*, no Anexo I.

¹⁷⁸ Ver Anexo H.

identidade nacional.) – estão ou não presentes em Eugénio Tavares, nomeadamente no culto às forças culturais autóctones, e que se expressa através da língua nacional? A qual está intrinsecamente ligada à expressão e conteúdo de um humanismo, produto do contacto de culturas, que em Cabo Verde se constitui em “modo singular de afirmação”¹⁷⁹ que passa pelo recurso à língua crioula, “autêntico reduto colectivo de um povo”¹⁸⁰ Isto independentemente de uma ou outra, quiçá necessária, concessão à doutrina vigente de um Portugal unido através da língua: de facto, a própria opção por escrever poesia em crioulo e não em português, pode ser interpretada como ideológica, e não, digamos, meramente funcional, e ou estética – ou seja, acharia o escritor que a língua caboverdiana servia mais do que a portuguesa para determinados usos. Assim, ao escrever em crioulo o escritor estava a procurar estabelecer a necessária relação entre língua e cultura, esta entendida no seu sentido integral, e não como vinha sendo perspectivada, nomeadamente por gente que revela noutras vertentes uma grande sensibilidade e apreço por CV, como uma manifestação particularística num contexto nacional português.

¹⁷⁹ Manuel Ferreira, *A Aventura Crioula*.

¹⁸⁰ *idem*.

3.3.2. Usos e Funções

A nível mundial, assiste-se ao fenómeno do despovoamento rural e consequente urbanização¹⁸¹. Urbanização com algumas reservas, é certo, visto que em muitos casos trata-se tão-só do arrastar de vidas para as periferias suburbanas onde as existências individuais se degradam no anonimato que as grandes concentrações humanas propiciam, sobretudo quando se caracterizam por uma desorganização total, decorrente da procura da sobrevivência acima de tudo e da incapacidade do poder de responder às transformações advenientes das novas correlações de forças¹⁸². O ideal a alcançar de cidades vivas ao lado de campos com vida – ainda está muitas vezes a léguas de ser ensinado/partilhado, quanto mais praticado...

Em Cabo Verde, por seu turno, observa-se a desproporcionalidade no equilíbrio entre uma grande cidade que num curto espaço de duas décadas viu a sua população mais que duplicada... e o consequente despovoamento das zonas rurais.

A toponímia urbana pode ser considerada disso reveladora, qual marcador no sentido sociolinguístico: Praia, uma cidade a crescer, onde nas horas de ponta pela primeira vez no dia não se consegue fazer ouvir a nossa voz acima da do marulhar de gente, como se a praia de Quebra-Canela, a pouco mais de meia dúzia de quilómetros se tivesse transplantado para aqui, para a rua principal. Esta é a Avenida que leva o nome do maior herói da independência, mas nenhuma placa a assinalá-lo. E para quê, e como? O Platô é uma pequena urbe onde a meia dúzia de ruas é “bilingue” – a citada avenida é também conhecida pelo nome que levava antes, o do herói da abolição da escravatura. Numa rua paralela, declina-se entre o dia nacional e a de um administrador da era colonial; a seguinte entre Serpa Pinto e outro nome da “hagiografia” da era colonial; a seguinte entre Guerra Mendes e a Horta, que por comum é a única que toda a gente sabe qual é; a Cândido dos Reis é conhecida por um nome comercial; a Andrade Corvo pelo nome da organização transnacional aí sediada. Portanto existe desde sempre, desde a independência porque só a partir daí seria de esperar um conjunto de medidas consentâneas com uma política de implantação de mecanismos de construção, consistente, da identidade nacional. A qual exigiria, nomeadamente, a promoção de determinados valores identificativos e de construção do indivíduo e que teriam de passar pelo Estado. Uma objecção se pode erguer ao que acaba de ser dito: que no país recém-independente importava em primeiro lugar criar o Estado. O que passava por várias medidas: combater todas as forças obstrutivas à criação da independência, promover a aceitação do novo status quo pela massa até aí

¹⁸¹ Fenómeno documentado ao longo da história. Mais recentes: os dados do PNUD acerca da demografia mundial – em 1975: 37,8%; em 97: 56,1%; em 2015 serão 54,4.

¹⁸² O bater de asas da borboleta no Japão que derruba o vaso em nossas casas, noutras latitudes.

alheada de todo o processo em marcha, envolver a população e criar novas imagens nomeadamente pela destruição ou ocultação das vigentes, às quais se fez o que se faz às más recordações. Foram enterradas em depósitos, armazéns de onde acabariam por sair década e meia depois. Estátuas de “colonialistas” restituídas aos seus espaços na urbe. Sem que tivesse tido lugar a criação de imagens suficientemente fortes que pudessem ombrear com as antigas. A primeira estátua de Cabral, sem contar a da “ilha do aeroporto” e que ilustra a sua dimensão universal, implantada na urbe santacatarinense, terra de origem dos pais e que veio a conhecer na adolescência¹⁸³, emparelha com a de um benemérito da então vila, um sacerdote.¹⁸⁴

Essa dificuldade em dar um único, unívoco nome às coisas e seres, está presente na antroponímia, na identificação do indivíduo, que recorde-se foi consagrado como direito inalienável apenas em 1911, no alvor da era republicana¹⁸⁵. No entanto, em Cabo Verde continuam a nascer crianças sem que sejam registadas. Ou seja, as instituições ainda não conseguiram estender o seu domínio a toda a sociedade. Teria sido diferente no passado?

Uma sociedade escravocrata e pós-escravocrata, como gere a questão da identificação dos indivíduos? Da sociedade colonial, chegam até nós os registos paroquiais, aqueles que ainda sobrevivem apesar da devastação pelas traças e, pior, da incúria dos homens, e que foram até à república, os únicos registos que davam conta acurada das transições de vida dos indivíduos na sociedade caboverdiana - nascimentos, casamentos, óbitos eram registados escrupulosamente nos livros mantidos pelos padres. Um trabalho meritório, que faz mesmo esquecer ou desculpar a pouca instrução de muitos dos oficiantes religiosos, manifestada nomeadamente na dificuldade em redigir em linguagem escoreita certos actos a que presidiam¹⁸⁶.

Quanto àquilo que constitui um direito também inalienável, o de os pais poderem escolher o nome para o seu filho, também aqui se nota o “bilinguismo”, fenómeno geral mas que assume configurações diferentes nos diversos estratos sociais¹⁸⁷.

¹⁸³ Cf. os vários artigos de imprensa consagrados a A. Cabral nas datas emblemáticas.

¹⁸⁴ Numa primeira visita aí em 1995, alguém ao lado perguntava: “Ó Mãe, porque é que o Cabral tem uma estátua mais pequena?” A resposta não pôde ser ouvida.

¹⁸⁵ Tem sido referida, não só ao nível da então metrópole, mas ainda das colónias, a obra da Maçonaria que, ao longo dos dois primeiros decénios do século XX, fez campanha a favor do registo civil obrigatório. Vd. A. H. O. Marques, *op.cit.*, p.46.

¹⁸⁶ E que uma visita ao Arquivo Histórico Nacional, na capital, revela. O contrário também está presente.

¹⁸⁷ Cf. o Capítulo II, 2.2.

3.3.3. Auto e Hetero- Imagens

Um conceito científico

O estereótipo é termo da linguagem científica. Tratado na psicologia (França, 1923) como uma afecção comportamental: “percepção rígida, enviesada de um objecto, animal, indivíduo ou grupo. O conceito do capitalista como um indivíduo enorme, inchado, avarento, com olhos de porco, é um estereótipo. 2. Forma de comportamento uniforme e inflexível.”¹⁸⁸ No entanto, tinha já sido percebido, antes, em 1845, por Balzac, o escritor analista de estados e emoções. O seu tratamento no campo da ciência linguística apenas se dará a partir de 1974, quando a sociolinguística assim o define: “Variáveis que por terem sido fortemente estigmatizadas são reconhecidas pelos membros de uma comunidade como “erros” ou maneiras afectadas de falar”. Hoje, que ganhou o estatuto de factor permitindo compreender o vasto campo das atitudes linguísticas, os métodos confluentes afinam-se e perfilam-se como termos relacionados os **Indicadores** (Variáveis, tais como os traços dialectais, distribuídas de maneira regular segundo os grupos sócio-económicos, etário, de sexo, etc., utilizadas por cada indivíduo com a mesma frequência, independentemente do contexto. Os indicadores escapam à correcção e constituem indícios de pertença de um falante a um dado grupo) e os **Marcadores**¹⁸⁹ (Variáveis que apresentam uma distribuição específica segundo os grupos sociais, mas cujos valores podem variar em função do grau de atenção que o locutor dispensa ao discurso que produz. As marcas apresentam uma estratificação social e estilística¹⁹⁰).

3.3.3.1. As marginalizações: facto social e facto sociolinguístico

Primeiramente, examinemos a marginalização de que é susceptível o estado do analfabeto: são em número de 67.038, constituindo 29, 1% da população-alvo (população com idade igual ou superior a 10 anos); residem maioritariamente em meios rurais (67,3% contra 32,7% urbanos)¹⁹¹

Observamos, através da transparência e opacidade que o léxico nos proporciona, que determinadas práticas são aceites em certos contextos,

¹⁸⁸ J.P. Chaplin, Dic. De Psicologia.

¹⁸⁹ “Marcas”, segundo alguma terminologia, nomeadamente Mateus, Dic. Termos.

¹⁹⁰ Réfiro-me aos estudos: 1. Cressot, Marcel. *O Estilo e as suas Técnicas*. Edições 70, Lisboa, 1980. 2. Marcellesi, J.B./Gradin, B. *Introduction à la Sociolinguistique. Linguistique sociale*. Larousse, Paris, 1974. 3. Garmadi, Juliette. *Introdução à Sociolinguística*. Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983. 4.

¹⁹¹ Dados do Censos de 1990. Duma população de 400 mil, o nº de escolarizados é de 230 371 – Urbana: 103.416, rural 126 995. (Na definição de analfabetos, dada pelos relat’s PNUD 1990-2000 (p. 248, 1999) de população com mais de 10 anos.

nomeadamente geográficos enquanto noutros não o são : é o caso, por exemplo, de uma prática comum na actividade piscatória de certos meios e reprovada noutros. Trata-se da pesca utilizando explosivos.

Porquê? Advém tal disparidade da necessária acomodação que certos meios fizeram dessa prática como meio de sobrevivência. Afastadas dos centros de poder, sofrendo uma marginalização adveniente da sua posição periférica, essas comunidades tiveram de se auto-organizar. Um facto que não é do passado colonial, mas que persiste ainda no dealbar do novo milénio.

IV. CONCLUSÃO

Perguntas...e Respostas

A Introdução abria com uma série de interrogações:

O Crioulo, a LCV, é uma língua subsidiária do português? Entenda-se, do português *tout-court*, o que só tem uma leitura, o português contemporâneo? Ou trata-se, tal como o português contemporâneo de uma língua que evoluiu pelo seu próprio caminhar, partindo de uma língua-mãe, o português medieval? Este não estaria representado nas variantes dialectais do português de hoje (que não do português contemporâneo, porquanto este é, digamo-lo, mais uma entidade normativizada do que outra coisa)?

Para responder a esta pergunta, era impossível ignorar todos os dados que se organizavam em factos, primeiro linguísticos, para uma melhor abordagem metodológica – mas cuja observação obrigou a um diálogo com (outras) áreas das ciências sociais. Ou seja, o deparar com alguns factos, que examinados à lupa da metodologia linguística, mostraram ainda a sua especial vocação para o diálogo com outras áreas do conhecimento. A prová-lo aí estão os elementos apresentados no Capítulo III.

Uma questão emergente foi a de saber se se deve continuar a considerar um Crioulo ou a Língua Caboverdiana, e a esta pergunta procurei responder, em especial no Capítulo III, 3.2, depois de ponderados todos os factores tratados anteriormente.

Em especial, decorre do tratamento de 3.3.2. Usos e funções, conclusões acerca de:

Usos e funções das línguas em coexistência na sociedade caboverdiana nas instituições e grupos sociais;

Formas de tratamento, entre as quais incluí a questão antroponímica decorrente da forte presença dos hipocorísticos. Consideradas foram, em especial, nas suas variações nas diversas situações: formais - na Administração, instituições -, informais – situações do quotidiano, que configuram várias graduações, desde estar ao serviço da relação social à vertente de afirmação ou de intervenção social.

Utilização da língua oficial nas relações institucionais, que é confirmada.

Confirmação de que os falantes que têm como língua materna o “Crioulo”, utilizam a língua portuguesa nas suas relações mais formais.

Confirmação de que os falantes que têm como língua materna o Crioulo, na terminologia interna a designação para a língua caboverdiana, perspectivam um grande futuro para a língua portuguesa no país pois é ela “que nos permite” manter relações com “o exterior”¹⁹². O que deve encontrar uma explicação na história, na permanente e na mais recente, do país. País de emigrantes, cujo número – consideradas as ditas 2ª, 3ª...etc gerações, que reivindicam uma identidade caboverdiana - ultrapassa a população residente. Pequeno país, com as especificidades da sua insularidade, a que se acrescentam a pobreza e consequente dependência - nomeadamente na ajuda externa¹⁹³.

Demonstrou-se a maturidade duma língua capaz de realizar todas as necessidades de comunicação. Capaz de exprimir aquilo que constitui o domínio primacial da realidade humana que é a faculdade lúdica, essa capacidade de brincar com as palavras, recrearmo-nos com elas, e de com elas transmitir esse lado perenemente pueril das nossas vidas. E capaz de exprimir todas as atitudes linguísticas, comportamento que implica uma abordagem interdisciplinar (cf. o capítulo I). De facto, como compreender todas as potencialidades da língua realizada nos diferentes domínios científicos senão através, por um lado, de uma perspectiva própria de cada uma delas e, por outro, como consegui-lo senão com o elemento unificador que a ciência linguística acaba por oferecer?

A antropologia social e cultural: forneceu-me os instrumentos de análise que permitiram a compreensão de elementos que partilham características que tanto as poderiam colocar do lado das ciências da natureza como do das ciências do cultural. Como teria sido possível compreender os “actos constitutivos” (na acepção de Searle, 1995) implicados nos ritos de enamoramento e amor ...? Como compreender os códigos linguísticos que desvendam as relações interaccionais mantidas entre os diferentes pares sociais, e a que uma leitura dos eufemismos permite aceder? É a contrapartida, a “face oculta” da linguagem. Ambas complementando a face neutra¹⁹⁴.

Os Fundamentos de Economia, ministrados num seminário de Desenvolvimento Social e Económico deu-me a chave de acesso à literacia nesta área que permite fazer falar os números e assim mantê-los no diálogo que

¹⁹² Vd. Anexo O

¹⁹³ Em 2000, está classificado em 106º lugar no relatório pnud de desenvolvimento humano, depois de em 1998 se ter quedado pela 127ª posição, em 196 países. Apesar das remessas dos emigrantes constituírem quase 1/3 do PNB, os relatórios do BM e do pnud, para 2000, indicam que a ajuda externa (per capita) continua a ser a segunda mais alta do mundo, o IDH

¹⁹⁴ Se é permitido parafrasear Drummond de Andrade.

percorre toda a dimensão do saber partilhado entre as várias áreas que aqui confluíram.

V. BIBLIOGRAFIA

Organizada por áreas científicas: Antropologia, História, Linguística.

V. 1. Antropologia

Andrade, Mário Pinto de. "Consciência histórica, identidade e ideologia na formação da nação", In *A construção da Nação em África. Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Ed. INEP, Bissau, 1989.

Frada, Gabriel. *Namoro à Moda Antiga. O Amor na Gândara*. Edições Colibri/Voz de Mira, Lisboa, 1992.

Boas, Franz (1908) "Handboook of American Indian Languages", citado in Strauss, Claude Lévi-(1958). *Anthropologie Strucutrale*. Plon, Paris.p. 206.

Freyre, Gilberto. "O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças", In *Conferência no Gabinete português de leitura do Rio de Janeiro, em 10/6/1962*. Edição particular, Lisboa, 1963.

Freyre, Gilberto. "Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira", In *Conferência no Gabinete português de leitura do Recife, em 1924*. Edição do autor(?), Rio de Janeiro, 1942.

Gonçalves, António Custódio (1991). *Questões de Antropologia Social e Cultural*. Afrontamento, Porto, 1992.

Hankamer, J. (1977) "Memória" In *Enciclopédia Einaudi*, vol. II INCM, Lisboa, 1984.

Mariano, Gabriel, 1959. "Do funco ao sobrado ou o "Mundo" que o mulato criou", In *Colóquios Caboverdianos*. J.I.U., Lisboa.

Piaget, Jean. *O Estruturalismo*. Moraes, Lisboa, 1981.

Sarup, Madan (1984). *Identidade, Cultura e o Mundo Pós-Moderno*. Seminário de Antropologia Socia e Cultural, CEAUP, Porto, 1998. (Cap. 4"Identidade e Diferença")

St. Maurice, Ana de. "De África a Portugal" In *Identidades Reconstruídas. Caboverdianos em Portugal*. Celta Editora, Oeiras, 1997.

Strauss, Claude Lévi. *Anthropologie Structurale*. Plon, Paris, 1958. Pp. 64-5.

V. 2. História

2. 1. Bibliografia Geral

Carvalho, Joaquim Barradas de (1972). *Da História - Crónica à História Ciência*. Horizonte, Lisboa, 1983.

Jacques, T. Carlos, 1969. *De selvagens e bárbaros a primitivos: África. Tipologias Sociais e História na Filosofia Francesa do Século XVII*. (Exemplar traduzido no âmbito do Seminário de História do I CEAUP)

Le Goff, Jacques (1977). "História" In *Einaudi*. Vol. I. INCM, Lisboa, 1984.

Le Goff, Jacques (1977). "Antigo / Moderno" In *Einaudi*. Vol. I. INCM, Lisboa, 1984.

Marques, A. H. de Oliveira. *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. D. Quixote, Lisboa, 1975.

Pereira, Duarte Pacheco (1505-7 ou 8). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905.

Pimentel, Maria do Rosário. *Viagem ao Fundo das Consciências. A escravatura na época moderna*. Colibri, Lisboa, 1994.

Strauss, Claude Lévi. "*Histoire et Anthropologie*", in *Anthropologie Structurale*. Plon, Paris, 1958.

VI. 2. 2. Bibliografia específica

FONTES MANUSCRITAS:

- Arquivo Histórico Nacional, Praia
. SGG\F2.2\Lv0872
. SGG\F2.2\Lv0874
. Assentos dos Registos Cívicos- Caixas 1, 25-37, 31- 38

- Arquivo Histórico Ultramarino , Lisboa¹⁹⁵

. *Cabo Verde (Pequena Monografia)*. Arquivos da Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1961.
Chelmicki, José e Varnhagen, Francisco A. *Chorographia Caboverdeana*.

Figueiredo, Amadeu (Capitão). "*Cabo Verde*". In *Conferência dos Governadores Coloniais*. Arquivos da Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1934. Vol. 1, pp. 153-180.

Lessa, Almerindo e Terry, Luís. *A Emigração Caboverdiana*". In *Colóquios Caboverdianos*. Junta Investigações do Ultramar, Lisboa, 1959.

Macedo, Jorge Borges de. *Um Caso de Luta pelo Poder e a sua Interpretação n' "Os Lusíadas"*. Associação Portuguesa de História, Lisboa, 1976.

Miranda, Nuno. *O Caboverdiano, um Portador de Cultura. Sugestões e Correções de Ensino em Cabo Verde*". In *Colóquios Caboverdianos*. Junta Investigações do Ultramar, Lisboa, 1959.

Múrias, Manuel. *Cabo Verde na Exposição-Feira de Angola*. Arquivos do Governo Geral, Praia, 1938.

Múrias, Manuel. *Cabo Verde. Memória Breve*. Arquivos da Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1939.¹⁹⁶

Pinheiro, J. F., Oliveira, Hermes A. e Leandro, O. *Subversão e Contraversão*. Junta Investigações do Ultramar, Nº 62, Lisboa, 1963.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Incluem-se alguns títulos que, apesar de publicados, não se encontram disponíveis em outras localizações (circuito comercial, bibliotecas, arquivos).

¹⁹⁶ Referência à mais antiga descrição, a de Valentim Fernandes, do início do século XVI, que no entanto parece ter lido a narração ditada por Diogo Gomes c. 1482, *De Prima Inventione Guynée*, onde este reivindicava a descoberta de Cabo Verde. Referência, ainda, ao novo plano da colonização iniciada no século XVIII, durante o reino de D. Maria I, "com o envio de casais que deveriam ser do Ribatejo, dando-lhes terras, sementes, instrumentos de lavoura, víveres para o primeiro ano e juntamente, para serviçais, 800 a 1000 casais de pretos da Guiné." Isto terá ocorrido a partir de 1778, ano em que a população santiaguense dirige uma petição à rainha. Pouco «depois, " em 1794, enviaram-se para Cabo Verde 19 presos para trabalharem nas ilhas e remeteram-se sementes de plantas alimentares para a colonização das ilhas desertas e ferramentas agrícolas para os novos colonos". Em 1795, terá ocorrido o primeiro povoamento de São Vicente a mando de D. Rodrigo Sousa Coutinho que nomeou o primeiro capitão-mor, e " (repartiu) terras por 232 colonos, entre os quais 20 casais da Madeira". Ainda de acordo com Múrias, "a provisão que nomeou o primeiro capitão-mor de São Vicente era um verdadeiro regimento de colonização, à maneira antiga, com instruções sobre a vida da nova povoação, bastecimento de águas, distribuição das terras, etc." De 1798 em diante, começa em Santiago, Santo Antão e São Nicolau a cultura do café. Referência ainda a Varnhagen, historiador brasileiro, que em carta a Sá da Bandeira descreve a povoação nascente em São Vicente e inclui algum vocabulário do crioulo.

¹⁹⁷ Trata-se de um regulamento destinado aos militares, e que, ainda, contém, mas sem o explicitar, muitas das técnicas dos trabalhos de campo dos cientistas sociais. Prevenindo uma eventual recepção destas directivas

Queirós, Fernão (Padre). *Conquista de Ceilão*. (?), s/d.
Renaudeau, Michel e outros. *Cabo Verde (P/F/I)*. Ed. Delroisse, Paris, 1981(?)
Vaz, José M. (Padre). *Os Caboverdianos em Lisboa e os seus Graves Problemas*. In *Revista Portugal em África, Lisboa, 1972*.

- Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa

. RMI – Nº 1623

- Biblioteca Nacional de Lisboa

. Bowdich, T. H. , 1823. BN HG 18631 V.

. Cabo Verde. 4 Meses e Meio de uma administração a pontapés. Lisboa, 1911. S C 11762-17 P

. Cabo Verde. *Curadoria dos Serviçais e Colonos* - Relatório. HG376 V(?). Cabo Verde, 1917.

. Cabo Verde. *Ensino Profissional*. Lisboa, 1909. SC 5874 V

. Cabo Verde. *Praia. Um Grupo de republicanos* . 11050-11 P

. Cabo Verde. *Praia. Legislação*. 12057 V

. Cabo Verde. Regulamento das Alfândegas. Cap. XVII. Lisboa 1874. SC 11440-18.

. Martins, Manuel Alfredo de Moraes, 1957-8. “*As Migrações de Indígenas nas Províncias ultramarinas*”, In *Estudos Ultramarinos, Vol. VII. Pp. 115-146*. Lisboa.

. Martins, Manuel António, 1822. *Memória*.. Lisboa. 1052977P e 10529-7 P.

. Martins, Manuel António, 1822. *Palinódia*. Lisboa. 9126-3 V e 1052-4 P.

. Martins, Manuel António, 1836. *Apologia do Cidadão MAM*. Lisboa. SC 0610-2 P e 10553-11 P.

. Pusich, António, 1822. *As Ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX*.

. Santos, Maria Emília Madeira, 1994. *As Estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a “fresca Serra Leoa”: Uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico*.

. Santos, Maria Emília Madeira, e Torrão, Maria Manuel, 1994. *Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: a legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI*.

. Torrão, Maria Manuel, 1994?. *Dietas alimentares: transformações e adaptações nas ilhas de Cabo Verde. 1460-1540*.

- Biblioteca Pública Municipal do Porto

. manuscrito com a cota ms. 603.

FONTES IMPRESSAS

a) Cabo Verde

como uma substituição dos vários serviços públicos – ensino, obras públicas, etc. – o autor vai avisando que “não se trata de sonegação de atribuições”.

- Almada, André Álvares de, 1594. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*. AGU, Lisboa, 1964¹⁹⁸.
- Andrade, Elisa Silva, 1995. "Do povoamento do arquipélago de Cabo Verde" In *Histórias de um Sahel Insular*. Spleen - Edições, Praia.
- Baleno, Ilídio. *Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: a necessidade das fontes locais através dos vestígios naturais*. Spleen, Praia, 1995.
- Barcelos, Cristiano J. de Senna. *Subsídios para a História da Guiné e de Cabo Verde*. Parte II: Tipografia da Academia das Ciências, Lisboa, 1899.
- Barcelos, Cristiano J. de Senna. *Subsídios para a História da Guiné e de Cabo Verde*. Parte IV: Tipografia da Academia das Ciências, Lisboa, 1899.
- Brásio, Pe. António (editor). *Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1964.
- Carreira, António. "A Guiné-Bissau e as Ilhas de Cabo Verde. A sua unidade Histórica e populacional", In *Ultramar*, Nº 32, 2º trimestre, 1968.
- Carreira, António. *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata*. Imprensa Portuguesa, Porto, 1972.
- Carreira, António. *Cabo Verde. Aspectos sociais, secas e fomes do século XX*. Ulmeiro Lisboa, 1977.
- Carreira, António. *Estudos de Economia Caboverdiana*. INCM, Lisboa, 1982.
- Carreira, António. *Documentos para a História das Ilhas de Cabo Verde e Rios da Guiné (sécs. XVII e XVIII)*. Edição do autor/PEA, Lisboa, 1983.
- Carreira, António. *Dissertações sobre as Ilhas de Cabo Verde por Manuel Roiz Lucas de Senna (1813)*. INCM(?), Lisboa, 1987.
- Chelmicki, José C.C. de. *Corographia Caboverdiana ou descrição geographico-historica da Provincia das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*. Tomos I e II. Typographia de L.C. da Cunha, Lisboa, 1844.
- Costa, A Fontoura da. "Sobre uma nova versão do descobrimento da ilha de Santiago de Cabo Verde", In *Memória da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras*. Tomo III, pp. 157-69. Academia das Ciências, Lisboa, 1938.
- Feijó, A. Ver **Carreira** 1983.
- Fernandes, Valentim. Ver **Carreira** 1983.
- Lima, A Germano. *Boavista: Ilha de Capitães (História e Sociedade)*. Spleen - Edições, Praia, 1997.
- Lopes, José Vicente. *Os Bastidores da Independência*. Instituto Camões/ICP, Lisboa, Praia, 1997.
- Martins, Manuel António. *Memória Demonstrativa, sobre a necessidade de novas Providências para as ilhas de Cabo Verde... em beneficio ... daqueles povos, e dos interesses da Nação*. Typografia Patriotica, Lisboa, 1822.
- Martins, Manuel António. *Apologia do cidadão Manuel António Martins ao Público Imperial*. Typografia Patriotica, de Carlos Jorge da Silva, Lisboa, 1836.
- Pereira, Carlos Lopes. "Cabo Verde: Resistência e Formação da Consciência Nacional", In *II Reunião Internacional de História de África: Relação Europa-África no 3º quartel do séc. XIX*. Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1989.
- Pereira, Daniel A. *Estudos da História de Cabo Verde*. ICLD, Praia, 1986.
- Pusich, Antónia Gertrudes. *Biografia de António Pusich*. Lallemant Frères Typ., Lisboa, 1872.

¹⁹⁸ Tb em microfilme o manuscrito (3 mãos), de muito difícil leitura. COD 297. BN F. 2437 e id 5329 (de 1501). A edição de 1946 considera vários textos: 1) a edição de 1841, a partir de manuscrito do Mosteiro de Tibães; 2) o manuscrito BPMP (ver *supra*), 3) o manuscrito BN 297, 4) o manuscrito BN 525. Nenhum, será o original de Alameda.

Senna, Manuel Roiz Lucas de. Ver **Carreira**, 1987.

Silva, Ant^o Leão Correia e. "O contexto histórico do achamento do arquipélago de Cabo Verde" In *Histórias de um Sahel Insular*. Spleen - Edições, Praia, 1995.

Vieira, António Vieira. *Cartas 1624-52*. INCM, Lisboa, 1996.

b) Descobrimentos – com ref^{as} a CV

Albuquerque, Luís de, 1994. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. 2 vols., Caminho, Lisboa.

Cortesão, Jaime, 1967. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Obra póstuma¹⁹⁹.

Cortesão, Jaime, 1960-1978. *Os Descobrimentos Portugueses*. 6 volumes. Obra póstuma²⁰⁰.

c) África

Boachen, Adu (1966). *Topics in West African History*. Longman, Londres, 1972.

Davidson, Basil (1968?). *The African Past: Chronicles from Antiquity to Modern Times*. Ed. Little Brown, Boston, 1981.

Davidson, Basil (1975?). *Os Camponeses Africanos e a Revolução*. Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1975.

Davidson, Basil (1981?). *The African: An Entry to Cultural History*. Ed. Little Brown, Boston 1981.

Fonseca, Quirino da. "O conhecimento das línguas africanas e orientais, auxiliando a expansão do Império português", In *Memória da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras*. Tomo II, pp. 175-7. Academia das Ciências, Lisboa, 1938.

Iria, Alberto. "Judeus em Moçambique, Angola e Cabo Verde: epigrafia e História", In *Memória da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras*. Tomo XX, pp. 143-88, Academia das Ciências, Lisboa, 1979.

Ki-Zerbo, Joseph (1972). *História de África*. Vols. I e II.. Publicações Europa-América, Lisboa, 1992. (Indicada, apesar de não trazer qualquer informação acerca de Cabo Verde. Por exemplo, a figura de Amílcar Cabral é apenas tratada no contexto da Guiné-Bissau)

Tinhorão, José Ramos. 1988. *Os Negros em Portugal. Uma presença silenciosa*. Caminho, Lisboa.

Publicações Periódicas

Artiletra, 1996-1997

África, N^o 7-8, 1985, Univ. São Paulo.

África, Lisboa, Ago 1988

Ponto e Vírgula

Raízes, N^o 2, Abr-Jun 1977.

Raízes, N^o 4, Out-Dez 1977.

A Voz de Cabo Verde N^o 244 a 294 (22/5/1916 a 9/5/1917).

- No AHN, Praia

Boletins Oficiais

¹⁹⁹ O A. faleceu em 1960.

²⁰⁰ O A. faleceu em 1960. Escrita nos anos de 1940.

Almanach Luso-Africano²⁰¹ - Apenas pôde ser consultada uma cópia. Ver BN, *infra*.

(No AHU, Lisboa)
Boletins Oficiais

(Na BN, Lisboa)
Boletins Oficiais

Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação, nomeadamente os N^{os} de 1907.

- Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação. Considerem-se duas fases: uma iniciada em 1907 (como indicam os ficheiros da BN, mas os exemplares não puderam ser encontrados, figurando sob a cota respectiva uma outra publicação). A segunda, em 1949.

- Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação, nomeadamente os N^{os} de 1949 a 1964²⁰². (Previsto para sair duas vezes por mês, a publicação tem uma periodicidade muito irregular: em 1949, saem três números, no ano seguinte onze, em 1951 três números, no ano seguinte sete (o n^o 25 é o último desse ano), em 1953 dois, de 1954 a 1956 são editados apenas nove. No entanto, em determinados anos publicam-se suplementos (com numeração autónoma, pois que não coincide, como se verá com a do *Boletim*): n^o 2 em 1962, n^o 4 em 1960, etc. (a não ser que se trate de erro na catalogação bibliotecária, e que não pôde ser convenientemente averiguado no decorrer das pesquisas para esta dissertação).

- O Luso-Africano²⁰³ - nomeadamente os N^{os}: 5, de 28/7/1892, n^o 11 de 18/1/1893, n^o 12 de 31/1/1893, n^o 14 de 22/3/1893, n^o 15²⁰⁴ de 24/4/1893, n^o 16 de 31/5/1893, n^o 17 de 7/6/1893,

²⁰¹ Fundado em 1892 pelo reitor do Seminário de São Nicolau (Ver capítulo II). Classifica-se como “Folha quinzenal”. No entanto, a confrontação entre datas de saída demonstra que teve uma existência bastante irregular, circunstanciada a dificuldades financeiras, mas possivelmente também ditada pela pertinência e necessidades de divulgação.

²⁰² Bi-mensário. Durante anos, o professor João Lopes aí assinou uma rubrica “Assuntos da linguagem”, na qual tece alguns comentários sobre a etimologia de certas palavras do léxico caboverdiano. Assim, no n^o 1, considera as palavras *chicra* (que em SN indicava tanto a armadilha de apanhar pardais e passarinhos quanto os residentes ingleses dessa ilha e da de BV. Possivelmente da designação inglesa do tabuleiro de xadrez) *urim* (que faz derivar do hebraico, com o sentido de “luz” e que referia a “placa metálica com quatro pedras preciosas, que o sacerdote trazia) que considera ser mais praticado em Santo Antão, São Nicolau e Santiago. A par de considerações judiciosas, surgem outras que parecem muito extravagantes: *mancá e fajã* relacionados com um muito improvável étimo francês (Vd. Anexos A. e D)

²⁰³ Fundado em 1892 pelo reitor do Seminário de São Nicolau (Ver capítulo II). Classifica-se como “Folha quinzenal”. No entanto, a confrontação entre datas de saída demonstra que teve uma existência bastante irregular, circunstanciada a dificuldades financeiras, mas possivelmente também ditada pela pertinência e necessidades de divulgação. Os temas são africanos. A colaboração conta com nomes ilustres das letras portuguesas, como Camilo Castelo Branco, que publicou nas suas páginas a novela *A Bruxa de Monte Córdova*, com um entrecho ilustrativo da pícara epopeia também africana: “Lembraram-lhe histórias dos seus avoengos... desonras chatinadas com alguns punhados de ouro pirateados na Ásia e África...”

Regista-se a colaboração de um “Dr Arundo Roxo”, identificado como “dentista americano” (N^o 193). A actuação parlamentar de “Augusto Vera Cruz, deputado por Cabo Verde. Proprietário, 48 anos de idade, natural da Ilha do Sal, CV, duas vezes Presidente da Câmara Municipal de São Vicente. Cônsul do Brasil e do Uruguay, (que discorre sobre assuntos como) a crise allimenticia, a plantação da purgueira nos baldios de Santo Antão, a conveniencia de se enviar para o Porto de São Vicente ma canhoneira para servir de escola aos inúmeros vadios alli existentes, licença ao funcionarios coloniaes, telegraphia sem fios, concelho nos Carvoeiros, direitos de tonelagem, direitos sobre a cerveja, a fabrica de assucar...”[Mantida a grafia].

²⁰⁴ Neste número, num artigo, assinado por um indecifrável “SGL”, sobre as Missões no Ultramar, exprobra-se “a concorrência dos estrangeiros, causa de rebeliões” que aumentam “o nosso desprestígio”. Ainda, se noticia a saída de navios para o Ultramar: em “2 de Maio, meio-dia” o paquete português “Bissau”, em viagem para São Thiago, São Vicente e Santo Antão e mais ilhas de Cabo Verde. “a 27/4, o “Africano”, da

nº 18 de 18/6/1893, nº19 de 19/6/1893, nº20 de 25/7/1893, nº21 de 22/8/1893, nº 22 de 31/8/1893, nº23 de 21/10/1893, nº24 de 28/10/1893, nº25 de 19/11/1893, nº27 de 21/1/1894, nº28 de 28/1/1894, nº29 de 20/3/1894, nº30 de 29/3/1894, nº 31 de 14/4/1894, nº 32 de 26/4/1894, nº 33 de 16/5/1894; 192 a 203. Ano XV a XVII, de 6/1/1911 a 30/9/1913.
- O Caboverdeano, nomeadamente os N.ºs de 1918 a 1919.

5.3. LINGUÍSTICA

1984.

5.3.1. Geral

Adragão, JV/MHMMateus/I.HubFaria. *Actas 1º Encontro APL-Lisboa 1985*. APL/FLUL, Lisboa, 1987.

Âmbar, Manuela. *A Inversão do Sujeito em português*. Ed.Colibri, Lisboa, 1991.

Andrade, Ernesto d'. *Temas de Fonologia*. Edições Colibri, Lisboa, 1991.

Barbosa, Jorge Morais-(1965). *Études de phonologie portugaise*. Univ. Évora, 1983, (1ª ed. JIU, Lisboa).

Barbosa, Jorge Morais, 1994. *Fonologia e Morfologia do português*. Almedina, Coimbra.

Basílio, Margarida. *Estruturas Léxicas do português: Abordagem Gerativa*. Vozes, Petrópolis, 1980.

Benveniste, Émile. *O Homem na Linguagem*. Vega, Lisboa, 1977.

Buescu, MªLeonor Carvalhão. *A Língua Portuguesa, espaço de comunicação*. Biblioteca Breve, Lisboa.

Bloomfield, Leonard (1935). *Language*. New York Press, N. York, 1984.

Bloomfield, Leonard. *Roots of Language*. Karoma Publishers. Ann Arbor, MI, 1981.

Bloomfield, Leonard e Hockett, Charles (1959). *A Leonard Bloomfield Anthology (Abridged)*. New York Press, N. York, 1984.

Câmara Jr., Joaquim Mattoso. *Problemas de Linguística Descritiva*. Vozes, Petrópolis, S. Paulo, 1971.

Catch, Nina (Direção de). *Pour une théorie de la langue écrite*. Éditions du CNRS, Paris, 1990.

Chomsky, Noam (1957). *Estruturas Sintáticas*. Ed. 70, Lisboa, 1977.

Chomsky, Noam (1975). *Reflexões sobre a Linguagem*. Ed. 70, Lisboa, 1977.

Chomsky, Noam (1980). *Règles et Représentations*. Flammarion, Paris, 1986.

Chomsky, Noam (1981). *Théories du Gouvernement et Liage*. Seuil, Paris, 1991.

Chomsky, Noam (1986). *O Conhecimento da Língua.Sua natureza, origem e uso*.Caminho, Lisboa, 1994.

Crystal, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. Amazon, N. York, 1997.

Cunha, Celso e Cintra, Lindley(1982). *Nova Gramática do português Contemporâneo*.Edições Sá da Costa, Lisboa, 1998 (?).

David, Jean e Kleiber, Georges. *Notion Semantico-Logique de Modalité*. Klincksieck, Paris, 1986.

David, Jean e Martin, Robert. *La Notion d'aspect*. Klincksieck, Paris, 1986.

Dias, Augusto Epiphânio Silva. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Clássica Editora, Lisboa, 1970, 5ª ed.

Hill, Archibald A. (Organiz). *Aspectos da Linguística Moderna*. Cultrix, S. Paulo.

linha Benchimol e Sobrinho, [com destino a] São Thiago, Príncipe e São Thomé, Loanda, Benguela e Mossamedes". [Mantida grafia.]

- Kleiber, Georges e outros. *L'anaphore et ses domaines*. Klincksieck, Paris, 1990.
- Laurian, Anne-Marie (coord). *Études de Linguistique Appliquée*. Klincksieck, Paris, Jul-Set. 1983.
- Leroy, Maurice. *As Grandes Correntes da Linguística Moderna*. Cultrix, S. Paulo.
- Liénard, J.S. *Le processus de la communication parlée*. Masson, Paris, 1977.
- Lima, M. P. *Inquérito Sociológico. Problemas de Metodologia*. Presença, Lisboa.
- Linguagem. Enunciação*. In Enciclopédia Polis. INCM, Lisboa, 1984.
- Lyons, John (Editor). *New Horizons in Linguistics*. 2 volumes. Pelican, Sussex, 1970.
- Lyons, John. *O que é a Linguagem? Introdução ao Pensamento Chomskyano*. Edit.Estampa, Lisboa, 1972.
- Lyons, John. *Semântica I*. Presença/MartinsFontes, Porto, 1980.
- Macedo, Jorge Borges de. *Luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Metodologia, Práticas e Resultados*. In ICALP, Nº 5, Mar 1989.
- Mahmoudian, Mortéza (1982). *A Linguística Hoje*. Ed. 70, Lisboa, 1983.
- Marandon, Georges. *La Communication Phatique*. Presses Univ. Mirail, Toulouse, 1990.
- Marcelo, Mª João Broa. *Introdução à Linguística Funcional*. ICALP/ME, Lisboa, 1992.
- Martins, Mª Raquel Delgado-. *Ouvir Falar. Introdução à Fonética*. Caminho, Lisboa, 1988.
- Martins, Mª Raquel Delgado-(1982). *Sept Études sur la Perception*. INIC, Lisboa, 1986, 3ª ed.
- Mateus, Mª Helena e Xavier, MªFrancª. *Dicionário de Termos Linguísticos*. Ed. Cosmos/APL/ILTComputacional, Lisboa, 1992.
- Mateus, MªHelena e Villalva, Alina. *Novas Perspectivas em Fonologia*. Labo. Fonologia da FLL, Lisboa, 1987.
- Mateus, MªHelena Mira (organiza.). *Actas 2º Encontro APL/ Lisboa 1986*. . Associação Portuguesa de Linguística/ FLL, Lisboa, 1987.
- Mateus, MªHelena Mira (organiza.). *Actas 3º Encontro APL/ Lisboa 1987*. Associação Portuguesa de Linguística/FLL, Lisboa, 1988.
- Mateus, MªHelena Mira. /I.Hub Faria/etc. *Encontro de homenagem a Óscar Lopes*. APL/FLL, Lisboa, 1991.
- Meillet, Antoine. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Librairie Honoré Champion, Paris, 1975.
- Meyer, Michel. *Logique, langage, argumentation*. Hachette, Paris, 1985.
- Mounin, Georges (1973). *Dictionnaire de la Linguistique*. Puf, Paris, 1993.
- Nique, Christian. *Iniciação Metódica à Gramática Generativa*. Publ. D. Quixote, Lisboa, 1978, 2ª ed.
- Núcleo de Estudos de Linguística Contrastiva. Bibliografia de Linguística Portuguesa*. Edições Litoral/UNL, Lisboa.
- Palmer, F.R. (1976). *A Semântica*. Edições 70, Lisboa, 1979.
- Pereira, Isabel /Ana I. Mata/MªJ. Freitas. *Estudos em Prosódia*. Edições Colibri, Lisboa, 1992.
- Santos, Rosine (1979). "Comparação entre a LCV e as línguas africanas". In Veiga, Manuel, et alii, *Colóquio do Mindelo 1979*. Exemplar dactilografado.
- Sapir, Edward (1955). *Language. An Introduction to The Study of Speech*. N. York Press, 1984.
- Saussure, Ferdinand de (1914-16). *Curso de Linguística Geral*. Publ. D.Quixote, Lisboa, 1986.
- Searle, John R. (1966). *Os Actos de Fala. Ensaio em Filosofia da Linguagem*. Almedina, Coimbra, 1984.
- Searle, John R. *The Construction of Social Reality*. Cambridge UP, 1997.
- Silva, AntºCarlos Leal. (Pref MalacaC). *Morfo-Sintaxe.Um Modelo Sintagmático e Transformacional do português*. Didáctica editora, Lisboa, 1981.

Silva, Vítor M. Aguiar e. *Competência Linguística e Competência Literária*. Almedina, Coimbra, 1977.

Storig, Hans-Joachim. *A Aventura das Línguas. Ensaio sobre a origem e história das línguas do mundo*. Melhoramentos, São Paulo, 1994.

Teyssier, Paul (1980). *História da Língua Portuguesa*. Sá da Costa, Lisboa, 1994, 2ª ed.

Todorov, Tzvetan e Ducrot, Oswald. *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Publ.D.Quixote, Lisboa, 1991.

Viana, A.R. Gonçalves. *Estudos de Fonética Portuguesa*. INCM, Lisboa, 1973.

Vasconcelos, José Leite de. *Etnologia e Linguagem*.

Vilela, Mário (Tradução e Introdução). *Problemas de Lexicologia e Lexicografia*. Livraria Civilização, Porto, 1979.

Vilela, Mário e Busse, Winfred. *Gramática de Valências*. Almedina, Coimbra, 1986.

Vilela, Mário. *Estruturas Léxicas do português*. Almedina, Coimbra, 1979.

Vilela, Mário. *Estudos de Lexicologia do português*. Almedina, Coimbra, 1994 .

Vilela, Mário. *O Léxico da Simpatia*. INIC, Lisboa, 1980.

5.3.2. Crioulística

Andrade, Ernesto d'/outros. *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. FLL, Lisboa, 1992.

Azevedo, Milton M. "Vernacular Features in Educated Speech in Brazilian Portuguese", In *Hispania*, N° 72, pp 862-872.

Baker, Philippe. *Changing Meaning, Changing Function*. Univ. Westminster Press, 1991(?) .

Bickerton, Derek. *Language and Species*. University of Chicago Press, Chicago 1990.

Bickerton, Derek e outros. *Development and Structures of Creole Language. Essays in Honor of Derek Bickerton*. Creole Language Library, University of Chicago Press, Chicago 1991.

Bickerton, Derek. *Dynamics of a Creole System*. University of Chicago Press, Chicago 1991.

Bickerton, Derek. *Roots of Language*. University of Chicago Press, Chicago 1991.

Bickerton, Derek e Calvin, William. *Lingua Ex Machina: Reconciling Darwin and Chomsky With The Human Brain*. University of Chicago Press, Chicago 2000.

Cortés, A. Alonso. *Lecturas de Linguística*. Ed. catedra, Madrid, 1989.

Hjelmslev. *Études sur la notion de parenté linguistique*. In *Revue d'Études Indo-Européennes*, 1930. Pp. 1271-1286.

Journal of Pidgin & Creole Languages. Editor: Glenn Gilbert.

Marbeck, Joan Margaret. *Ungua Adanza: An Inheritance*. (Crioulo de Malaca). FCG, Lisboa, 1995.

Mfwene, Salikoko S. *Les langues créoles peuvent-elles être définies sans allusion à leur histoire?* In *Études créoles*, n° 9, 1986. Pp 35-150.

Mfwene, Salikoko S. *Essay in Honor of Derek Bickerton*. In *Review of Pidgins & Croles*. John Ben, Amsterdam, 1991a.

Mfwene, Salikoko S. *Pidgins, Creoles, Typology & Markedness*. In *Review of Pidgins & Creoles*. John Benjamin, Amsterdam, 1991b.

Mühlhäusler, P. *Pidgins and Creoles Linguistics*. Blackwell, Oxford, 1986.

Romaine, S. *Pidgins and Creole Languages*. Longman, N. York, 1988.

5.3.2.1. Cabo Verde

- Almada, M^a Dulce Oliveira. *Cabo Verde. Contribuição p/Estudo Dialecto Falado no Arquipélago*. J.I.U., Lisboa, 1961.
- Almada-Duarte, M^a Dulce e Veiga, Manuel. /outros. *O. I Congresso sobre o Crioulo de Cabo Verde*. Mindelo, 1979. (Exemplar dactilografado)
- Almada, Dulce. "Uma Nova Pedagogia do Ensino do português em Cabo Verde" in *Raízes* n^o 2, Ano I Abr-Jun 1977 (Apresentado no XV Congresso de Linguística e Filologia Românica, RJ, 23-30 Jul 1976 (?))
- Cardoso, Eduardo A. (Pref.M.Veiga). *O Crioulo da Ilha de São Nicolau*. ICLD, Praia/INCM, Lisboa, 1989.
- Carreira, António. *O Crioulo de Cabo Verde. Surto e Expansão*. Ed. autor/PEA, Lisboa, 1982b.
- Coelho, Adolfo (1880). *Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América*. Soc. Geográfica de Lisboa, 1881.
- Lang, Jürgen (1990). "A categoria número no crioulo caboverdiano". In *Papia*, N^o 1, Brasília, 1991.
- Lang, Jürgen. *Das verbalsystem des kriolische Kabo Verde (Variante Santiago)*". In *Portugiesisch Basierten Kreolistisch*. TFM/Domus Editora Europaea, 1993.
- Lang, Jürgen. *O interesse da Linguística pelo crioulo caboverdiano*". In *Papia*, N^o 3, Brasília, 1994a.
- Lang, Jürgen. "Estruturas Eventualmente Africanas no crioulo de Santiago". In *Papia*, N^o 3, Brasília, 1994b.
- Lopes, Baltasar (1957). *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. INCM, Lisboa, 1984.
- Lopes, Baltasar. "Varia quaedam", In *Ponto e Vírgula*, n^o 3, Jun-Jul, 1983.
- Meinhoff, Carl. *Introduction to the Phonology to the Bantu Languages*, 1932.
- Neto, Serafim Silva. *Línguas Crioulas de Base Lexical Portuguesa*. Rio, 1960.
- Pereira, Zaida Maria C. *Lexicografia Bilingue Guiné-Bissau*. FLL, Lisboa, 1995.
- Perl, Mathias. *Acerca de alguns aspectos históricos do português e do Crioulo em África*. In *Biblos Homenagem a Paiva-Boléo*, n^o LVIII, Univ. Coimbra, Coimbra, 1982.
- Perl, Mathias. *Some Sociolinguistics aspects of the Crioulo-variants in West Africa: ein Zeitschrift fur Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationschung*. Univ. Mainz, 1984.
- Perl, Mathias (edit.). *Le portugais en Afrique, Linguistische Arbeitsberiche*. In *Heft 53*, Leipzig, 1986.
- Perl, Mathias, alii. *Reanalyse und Grammatikalisierung in den Romanischen Sprachen*. In *Beiträge Zur Afrolusitanisk und Kreolistik*. Bochum-Verlag, Dr N. Brockmayer, 1989.²⁰⁵
- Perl, Mathias (Hrsg.). *Beiträge Zur Afrolusitanisk und Kreolistik*. Bochum-Verlag, Dr N. Brockmayer, 1989.
- Perl, Mathias e Massa, J.-M. (Hrsg.). *La langue portugaise en Afrique*. Univers. de Rennes, Haute Bretagne, 1989.
- Perl, Mathias e outros. *Portugiesisch und Crioulo in Afrika. Geschichte, Grammatik, Lexik, Sprachentwicklung*. Bochum Universitäts- Verlag, Dr N. Brockmayer, 1994.

²⁰⁵ Situação que realça a síntese entre a cultura latina e a cultura africana, assim sintetizada: "Iberoromanisch basierten kreolsprachen Derzeit ist das in Kap Verde gesprachene Kriolu mit besonderer Berücksichtigung auf die Sprachpolitische Situation Untersuchungsgegenst and des Projectes. In Zusammenhang mit der Analyse von Kommunikation in kontext der Kapverdish Österreichischen Entwicklungszusammenarbeit weird die Situation von Kreolspracher/innen im alltäglichen Kommunikativen Haldeln untersucht Sprachpolitische Situation ink v – Afrikanität v. Latinita."

- Perl, Mathias e Schonberg, Axel (Hrsg.). *Studien Zur Portugiesisch in Afrika und Asie*. TFM-Verlag und DEE-Verlag, Frankfurt/Maine, 1991.
- Perl, Mathias, Petre, Thiele e Schonberg, Axel. *Portugiesisch Basierten Kreolsprach, Akten des Kolloquiums der Deutschsprachigen Linguistik und Katalanistik*. (Berlim, 10-12 Set. 1992). TFM-Verlag und DEE-Verlag, Frankfurt/Maine, 1993.
- Petre, Thiele. *Portugiesisch und Crioulo in Africa – Geschichte, Grammatik, Lexik, Sprachentwicklung*. Leipzig, Sektion TAS der Karl Marx Universitäten, 1989.
- Schmidt-Radefeldt, Jürgen. *Semiótica e Linguística Portuguesa e Românica*. Tübingen, Narr, 1993.
- Schuchardt, Hugo (1888?). *Die lingua franca*, In *Zeitschrift für Romanische Philologie*, Vol. 33, p. 441-61.
- Schuchardt, Hugo (1882-1890). *Kreolische Studien I-IX*.
- Schuchardt, Hugo (1888-1891). *Zur Kenntnis des Kreolischen Romanisch. I-IV*.
- Stolz, Thomas. *Der Aktionsart Repetitiv in Portugiesisch Basierten Kreolsprach*. In *Portugiesisch und Crioulo in Afrika. Geschichte, Grammatik, Lexik, Sprachentwicklung*. Bochum Universitäts- Verlag, Dr N. Brockmayer, 1994.
- Stolz, Thomas. *In Dubio pro Substrato: ein Einblick in the Negation in Portugiesisch Basierten Kreolsprach*. In *Portugiesisch und Crioulo in Afrika. Geschichte, Grammatik, Lexik, Sprachentwicklung*. Bochum Universitäts- Verlag, Dr N. Brockmayer, 1994.
- Veiga, Manuel (Pref. Dulce Almada). *Diskrison Strutural di Lingua Kaboverdianu*. ICLD/Plátano, Lisboa, 1982.
- Veiga, Manuel, 1995. *O Crioulo de Cabo Verde. Introdução à Gramática*. ICL, Praia 1996.
- Veiga, Manuel/Dulce Almada/outros, 1979. *I Congresso sobre o Crioulo de Cabo Verde. Mindelo*. (Exemplar policopiado)

5.3.2.1.1. Obras de interesse para o estudo literário, cultural e linguístico da LCV

- Almeida, José Evaristo d'. 1856. *O Escravo*. Republic. In *A Voz de Cabo Verde* N° 244-294(22/5/1916 a 9(?)5/1917).
- Almeida, Pe. Manuel de. *Catecismo Inicial*. (Séc. XVII)
- Barbosa, Jorge Morais-/ outros. *Cabo Verde, Guiné e São Tomé. Curso de Extensão Universitária 1965-6*. ISCSP Ultramar, Lisboa, 1967.
- Chevalier, A., 1835. *La flore de l'archipel*. Paris (Brochura na BN Lisboa).
- Courbe, M. J. de la. *Premier Voyage du Sieur de la Courbe fait à la côte d'Afrique en 1685*.
- Laban, Michel, 1992. *Cabo Verde. Encontro com Escritores*. Fundação Eng° António de Almeida, Porto.
- Lopes Filho, João. *Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*. ME, Lisboa, 1986.
- Ministério dos Negócios, Marinha e Ultramar. Regulamento do Ensino Profissional da Província de Cabo Verde. Decreto – Lei de 31/12/1908.
- Rocha, Agostinho. *A Ilha de Santo Antão*. ICLD, Praia, 1984.
- Romano, Luís. "Cem anos de Literatura Caboverdiana- 1880-1980" in *África*, N° 7-8, Univ. São Paulo. 1985. Pp 25-49.
- Santo, J. do Espírito, 1963. *Nomes vernáculos de algumas plantas da Guiné*. Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.
- Scanaburlo, Luigi. *Dicionário do Guineense. Vol I. Introdução e Notas Gramaticais*. Colibri, Lisboa e Faspebi, Bissau, 1999.
- Silva, Francisco Ferreira da. (1897) [Deão e vice-reitor do Seminário de S. Nicolau.] *Documentos de Cabo Verde. Apontamentos para a História do Seminário de São Nicolau*. Minerva, Lisboa, 1899.

5.3.2.1.2. Literatura em Língua Caboverdiana

- Cardoso, Pedro Monteiro. *Folclore Caboverdiano*. Editora Maranus, Porto, 1933.
- Silva, T. V. da. *Escada de Luz*. ICL, Praia, 1986.
- Silva, T. V. da. *Natal Y Kontus*. ICLD, Praia, 1988.
- Silva, T. V. da. *Kumuñon d'Afrika onti ôsi mañan*. ICLD, Praia, 1986.
- Silva, T. V. da. *Kardisantus*. ICLD, Praia, 1987.
- Silva, T. V. da. *Finasons di ña Nasia Gomi. Tradisons oral di CV*. ICL, Praia, 1985.
- Silva, T. V. da. *Ña Bibiña Cabral. Bida y obra*. ICLD, Praia, 1987.
- Silva, T. V. da. *Ña Gida Mendi. Simenti di onti na^Com di mañan*. ICLD, Praia, 1990.
- Tavares, Eugénio. *Mornas*. ICL, Praia, 1996.
- Veiga, Manuel. *Odju d'Agu*. ICL, Praia, 1986.

5.3.3. Sociolinguística

- Chambers, J. K. e Trudgill, Peter (1998). *Dialectology (Cambridge Textbooks in Linguistics)*. Cambridge UP.
- Chomsky, Noam. *O Conhecimento da Língua. Sua Natureza, Origem e Uso*. Edic. 70, Lisboa, 1996.
- Fairclough, Norman. *Discourse As Social Interaction*. In *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction*. Amazon, NY, 1996.
- Fairclough, Norman. *Discourse As Structure and Process*. In *Language and Power (Language in Social Life Series)*. Amazon, NY, 1996.
- Faria, Isabel Hub. /M.C.Viana/outras. *Acta Psiquiátrica Portuguesa*. Abr-Jun 1990, Vol XXXVI, pp 69-75.
- Faria, Isabel Hub. *Mulheres Agentes do Discurso: Alguns aspectos...* Separata da revista de Análise Social. Vol XXII, pp 547-555.
- Faria, Isabel Hub. *Para a Análise da Variação Sócio-Semântica*. INIC, Lisboa, 1992.
- Faria, Isabel Hub. *Para a História da Linguística na FLUL-Entrev LFLC*. FLUL, 1993.
- Fishman, Joshua A. (Editor). *Handbook of Language & Ethnic Identity*. Amazon, NY, 1999.
- Gamardi, Juliette. *Introdução à Sociolinguística*. D. Quixote, Lisboa, 1984.
- Garrett, Nancy Alison (1997). *The Effect Of Community Context on Intergenerational Spanish Maintenance and English Proficiency among Latina and Latino Children*. Cambridge UP.
- Gumperz, J.J. *Estratégias Discursivas*. Lisboa, D. Quixote.
- Kroll, Heinz. *O Eufemismo e o Disfemismo no Português*. Biblioteca Breve, Lisboa, 1984.
- Labov, William. *Padrões Sociolinguísticos*. D. Quixote, Lisboa, 1984.
- Labov, William. *Towards a Social Science of Language : Papers in Honor of William Labov : Social Interaction and Discourse Structures (Amsterdam Studies in the theory of language)* John Benjamin, Amsterdam, 1999.
- Labov, William. *Out of the Mouths of Slaves : African American Language and Educational Malpractice Principles of Linguistic Change : Internal Factors (Language in Society)*. Amazon.com, 2000a.
- Labov, William (Editor). *Atlas of North American English*. Amazon.com, 2000b.
- Labov, William. *Principles of Linguistic Change : Social Factors (Language in Society, No 18, Vol 2)*. Amazon.com, 2000c.
- Labov, William. *The Social Stratification of English in New York City*. Amazon.com, 2000d.
- Mackey, William Francis (1986). *Bilinguisme et contact des langues*. Klincksieck, Paris.
- Searle, John R. *The Construction of Social Reality*. Free Press, NY, 1995.
- Van Dijk, Teun A. (Editor). *Discourse and Social Change*. Amazon, NY, 1996.
- Wald, Paul, e outros. *Purilinguisme. Normes, situations, stratégies*. H'Harmattan, Paris.

5.4. Obras que desejaria ter consultado, mas cujo acesso não foi possível:

Nunes, Maria Luisa (1982). *Lopes, Belmira Nunes (n. 1899). A Portuguese Colonial in America: The Autobiography of a Cape Verdian-American.*

5.5. Outras (obras referidas):

a) Didáctica (obras referidas):

Adragão, JV, e Reis, Carlos, *Didáctica do português*. UA, Lisboa, 1992(?).

Egan, Kieran (1978). *O Desenvolvimento Educacional*. Colibri, Lisboa, 1992.

Sandoval, Padre Alonso de (1627). *Naturaleza, Política, Sagrado e Profano, Costumbres e Ritos. Disciplina e Catechismo Evangélico de todos los etíopes.*

b) Ficção (Fontes para a LCV²⁰⁶)

Almeida, Germano, *A Ilha Fantástica*. ICLD, Praia, 1995.

Almeida, Germano. *Estóreas de Dentro de Casa*. Spleen, Mindelo, 1996.

Amarilis, Orlanda²⁰⁷ (1974). *Cais-do-Sodré té Salamansa*. Plátano, Lisboa, 1984?

Ferreira, Manuel. *Terra Trazida*. Plátano, Lisboa, 1983.

Ferreira, Manuel. *Voz de Prisão*. Plátano, Lisboa, 1983.

Gonçalves, António Aurélio. *Recaída*. In *Claridade* Nº 6. Julho de 1948.

Gonçalves, António Aurélio. *Virgens Loucas*. ICLD, Praia, 1995(?).

Lopes, Baltasar. *Chiquinho. Circulo de Leitores*, Lisboa, 1984.

Lopes, Baltasar. *A Caderneta*. ICL, Praia, 1994.

Lopes, Manuel. *Chuva Braba*. ICL, Praia, 1986.

Lopes, Manuel. *Flagelados do Vento Leste*. ICL, Praia, 1986.

Lopes, Manuel. *Galo Cantou na Baía*. Edições 70, Lisboa, 1984.

Romano, Luís (1973). *Negrume*. ICLD, Praia, 1992.

Sousa, Teixeira de. *Ilhéu de Contenda*. PEA, Lisboa, 1987(?).

Sousa, Henrique Teixeira de, 198-. *Capitão-de-Mar-e-Terra*. PEA, Lisboa, s.d.

Sousa, Henrique Teixeira de (1972). *Contra Mar e Vento*. PEA, Lisboa, s.d.

Virgílio, Teobaldo. *Distância*. Horizonte, Lisboa, 1973.

²⁰⁶ Por desnecessário, não se indicam os autores/títulos já listados, acima, em "Literatura em LCV"

²⁰⁷ Amarilis Lopes Rodrigues Ferreira.

VI. ANEXOS

ANEXO A: UM DICIONÁRIO DA LCV

Sobre a Transcrição fonética utilizada para representar a pronúncia, consultar a tabela da pág. 50 ss²⁰⁸.

²⁰⁸ Do sistema de transcrição fonética proposto pela Association Phonétique Internationale com os seus c.120 sons (que pretendem representar todos os sons do mundo), seleccionaram-se 26, que coincidem em grande parte com os da escrita que se ensaiou aqui criar um padrão. Vinte e seis: tantos quantos se considerou viável para transcrever a pronúncia da LCV.

0. INTRODUÇÃO

Aprendiz de lexicografia

Bem antes de me decidir a fazer um mestrado, muitas vezes me tinha confrontado com as limitações que os dicionários apresentam. Limitações que por razões várias pude evidentemente confrontar na língua portuguesa, aquela que melhor conhecia enquanto locutora e estudiosa. As eventuais limitações apresentadas pelos dicionários da língua de comunicação internacional, o latim dos nossos dias, eram camufladas pela ausência de aprofundamento do contacto com a língua inglesa. Quanto à língua francesa, língua de estudo e também de trabalho tendo-a leccionado durante alguns anos, as limitações apresentadas pelos seus dicionários já se me tinham apresentado aquando duma primeira estadia em França, em 1984, quando fui literalmente esmagada pela evidência: em Paris, (depois de 8 anos no ensino secundário e 2 anos de faculdade durante os quais tive uma imersão na língua e cultura francesa orientada por falantes nativos) tive aquilo que se pode chamar de um choque – na rua e nos lugares públicos habituais frequentados por turistas muitas vezes tive de pedir que repetissem quando não eram os próprios nativos a levarem-me a repetir o que acabara de ser dito, situação que dentro em pouco foi sanada, diga-se de passagem, comigo a perceber que tinha de fazer outras escolhas a nível do vocabulário sobretudo o do quotidiano. Mais tarde, acolhida numa comunidade de emigrantes cabo-verdianos no leste – numa espécie de reduto de emigrantes cabo-verdianos, a maioria emigrada na década de 60, a impressão parisiense manter-se-ia: os franceses opunham ao francês “mal bâti” de imigrantes conhecidos o francês da escola, “bcbg”, ou seja, mais próxima do que é a norma.

Tudo isto levou-me a ter uma percepção ainda mais aguda dos níveis de discurso e do modo como estes podem influenciar na nossa relação com os outros.

As decisões de dicionarizar:

-Baseadas em provas reais obtidas a partir de amostras para mostrar realmente como uma palavra tem sido usada na LCV.

Dediquei o tempo a procurar exemplos interessantes de palavras em contexto.

Depois, numa segunda fase, procurei obter junto de locutores diferentes a confirmação quanto a se a palavra em questão correspondia a um uso – condicionado por variáveis como

. Idade

. Área geográfica

Se se tratava de uma palavra de uso

. Mais comum

. Mais raro

Confirmada se pertencia ou não ao domínio escrito

OPÇÕES

Porquê definições dadas com a metalinguagem da língua portuguesa:

Porque é difícil a uma língua predominantemente oral e pouco escrita apresentar uma metalinguagem autónoma relativamente à língua portuguesa;

Porque, dada a motivação orientadora da sua concepção e realização (o dicionário foi pensado primordialmente para um público escolar²⁰⁹) o seu objectivo fundamental será o de levar o utente a compreender, numa abordagem contrastiva, as estruturas de ambas as línguas em presença. A metalinguagem, além de sistematizar conhecimentos da língua materna, permitirá adquirir competência na língua segunda²¹⁰.

²⁰⁹ Limite que acabou por ser ultrapassado, e assim aproximando-o de um público mais alargado.

²¹⁰ Ambição que não parece desmesurada. Antes, se pode alargar: o falante de outra língua poderá encontrar neste dicionário um instrumento de descodificação permitindo a comunicação com a comunidade dos caboverdianos.

ORGANIZAÇÃO DO DICIONÁRIO

Entrada : a negro. Pode ser precedida de um número sempre que houver homonímia.

Pronúncia: entre barras, em minúsculas²¹¹. Se pertinente, indica-se a variante/subvariante em nota de rodapé, eventualmente com informação.

Classificação gramatical.

Definição: Metalinguisticamente, procura-se transmitir um conteúdo inerente ao signo que é a entrada.

Exemplo:

O exemplo enquanto fragmento de um enunciado tem a função de mostrar o uso concreto da palavra ao nível do discurso.

Ao signo enquanto conteúdo concreto estável se vêm acrescentar outras potencialidades: outros conteúdos virtuais podem ser produzidos, visando a sua concretização na imensidade de discursos contínuos e possíveis dos falantes.

Apresentado em itálico.

Campo Semântico:

Sempre que pertinente, procurou-se mostrar todas as relações e conexões que o signo mantém com outros.

Apresentado a negro.

Étimo:

Tem a função de estabelecer a genealogia da palavra, contar a sua história. Tarefa árdua numa língua oral. Mas que surtiu alguns resultados, implicando muitas e muitas consultas a utentes, a quem era preciso voltar para confirmar **um determinado uso**. Consultas dicionarísticas – os de Moraes, Texto Editora, Porto Editora, o Dicionário Etimológico de José Pedro Machado, o Webster, o Longman, a Encyclopaedia Britanica, o Robert, o Larousse, Dicionários de Espanhol, Italiano, Alemão. Glossário de árabe, Dicionários de Quimbundo²¹², Banto. Consultas na

²¹¹ Sobre a Transcrição fonética utilizada para representar a pronúncia, consultar a tabela da pág 50 ss. Vd. Notas na Introdução a este Anexo.

²¹² Dic. Elementar Português – Omumbum-Mussele, Dialectos Kimbundo e Mbundu, por António Silva Maia [Missionário Secular da Arquidiocese Luanda-Angola]. De 1955, em edição de autor. Dic. Português –

Internet que se revelaram frustrantes, sobretudo pela pouca credibilidade perante muita da informação.